

A Celebração do Mistério Pascal Tempo Pascal

IX ENCONTRO NACIONAL
DE PASTORAL LITÚRGICA

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 AVEIRO

Telef.: 034 - 22172

★

Condições de assinatura anual:

		<i>Via normal</i>	<i>Via aérea</i>
Portugal, Espanha e Países de expressão oficial portuguesa	300\$00	300\$00	500\$00
Outros países estrangeiros .	425\$00	425\$00	600\$00
Este número especial . . .	300\$00	425\$00	600\$00

33-36

JANEIRO / DEZEMBRO 1984

ANO IX

Apresentação	<i>Direcção</i>
Palavras de encerramento	<i>D. Júlio Tavares Rebimbas</i>
O Tempo Pascal na Tradição da Igreja	<i>José Ferreira</i>
O Tempo Pascal no Leccionário	<i>Luís Ribeiro</i>
O Tempo Pascal nas Orações do Missal e da Liturgia das Horas	<i>Pedro Ferreira</i>
A Igreja e o Tempo Pascal	<i>José de Leão Cordeiro</i>
A Virgem Maria no Tempo Pascal	<i>Luciano Guerra</i>
O Canto na Assembleia Litúrgica	<i>A. Ferreira dos Santos</i>
Crónica do IX Encontro	<i>Direcção</i>
Críticas e sugestões	<i>Direcção</i>
Programa do X Encontro Nacional	<i>S. N. L.</i>

Composto e impresso na Tipografia «A Lusitânia» Aveiro — 1500 exs.

Arquivam-se, neste número do Boletim, as conferências feitas no IX Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, que foi dedicado à celebração do TEMPO PASCAL.

Ao estudo do Tríduo Pascal, que «brilha como o vértice de todo o Ano Litúrgico», como diz o Calendário Romano, seguiu-se esta reflexão sobre o Tempo Pascal.

O Tempo Pascal abrange «os cinquenta dias que vão do domingo da Ressurreição ao domingo do Pentecostes e se celebram na alegria e exultação, como se fora um único dia de festa, «um grande domingo» — para usar a feliz expressão do Calendário.

Os domingos deste Tempo são considerados domingos de Páscoa e não depois da Páscoa, como se dizia antes da reforma litúrgica.

No quadragésimo dia da Páscoa celebra-se a Ascensão do Senhor, e as férias a seguir à Ascensão, até ao sábado do Pentecostes, inclusivé, servem de preparação para a vinda do Espírito Santo, cuja solenidade encerra o Tempo Pascal.

Como se pode verificar facilmente, os costumes pascais do nosso povo estão muito longe de reflectir a mentalidade que o Tempo Pascal, considerado como «um grande domingo», traduz e impõe.

Nas regiões do nosso País onde se faz a visita pascal, por exemplo, nota-se com frequência uma preocupação quase obsessiva por que tudo se realize e conclua no dia de Páscoa. E ainda se fosse por causa dos condicionamentos da nossa sociedade a caminho da industrialização, com os dias de trabalho rigorosamente estabelecidos, ainda se compreendia. Mas não, é a convicção generalizada de que a Páscoa abrange só o domingo e de que, a seguir, mesmo durante a oitava, é já o Tempo depois da Páscoa.

Por isso, a catequese sobre o Tempo Pascal surge como uma necessidade imperiosa e urgente. Para muitos, possivelmente, esta catequese constituirá porventura uma agradável surpresa,

contribuindo para dar à própria celebração da Páscoa um sentido mais profundo e um projecção mais alargada. Até o Pentecostes deixa de aparecer como uma solenidade à parte, sem ligação íntima com a Páscoa.

A direcção do Boletim agradece reconhecidamente aos conferentistas do IX Encontro o cuidado que tiveram com a redacção dos seus trabalhos que, por sua vez, muito ajudarão os leitores na formação de uma consciência mais esclarecida sobre a celebração do Mistério Pascal.

De resto, a renovação cristã do nosso povo não se fará sem um esforço persistente e criterioso da pastoral litúrgica, tão ausente das preocupações de tantos pastores, que pensam que a evangelização dos baptizados só se faz falando e não celebrando.

Neste contexto, vale a pena citar as palavras que o Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia dedicou à pastoral litúrgica no encerramento do IX Encontro:

«A renovação das nossas Igrejas particulares e das nossas paróquias não se fará sem passar pela pastoral litúrgica. Sem promoção da participação nas celebrações da fé em Jesus Cristo, principalmente nos sacramentos, com relevo especial para a Eucaristia; sem uma Liturgia evangelizadora e assumida conscientemente pelas comunidades, e antes de mais pelos que a elas presidem; sem uma Liturgia atraente, pedagógica e expressiva; sem uma preparação e formação litúrgica nos Seminários, nas comunidades de Religiosas e entre os Religiosos; sem uma Liturgia pastoral ou Pastoral litúrgica que reúna e promova o sentido de pertença à Igreja que somos e não dê imagem de isolamentos de perfeições ou de clausuras de santidades privadas que não podemos ser; sem a preocupação doentia da rubrica que leva ao enredo da casuística, em vez de esclarecer e aprofundar o sentido da Liturgia; sem a formação permanente do Clero e sem o seu empenhamento pastoral.»

Palavras de Encerramento

Dom Casel definiu assim o mistério litúrgico:

— «Uma acção sagrada e cultual na qual a obra redentora do passado se torna presente por um certo rito: em que a comunidade de culto cumprindo este rito sagrado participa do facto redentor evocado e adquire assim a sua própria salvação».

Sendo a Liturgia, por excelência, o acto da Igreja, no qual ela exprime mais perfeitamente e vive mais intensamente o seu mistério, é natural que nele encontremos os paradoxos do próprio mistério: reflexo e prolongamento da Incarnação do Verbo de Deus.

Imutável nos seus elementos essenciais, a Liturgia está marcada como acto social pela diversidade das idades e das culturas. É mistério e tempo, tem história.

Desde as origens, onde raream os documentos, foram-se introduzindo novidades importantes, reformas periódicas até aos novos tempos. Houve pioneiros que tiveram longas esperas, eruditos que descobriram textos de ritos antigos e iluminaram com os seus estudos as etapas da renovação litúrgica. Houve santos que sofreram, porque o encontro de Deus e dos homens em Jesus Cristo e, por conseguinte, a união fraterna entre os homens, é o mistério da Igreja e não se faz sem sofrimento. Houve montes de polémicas, pequenas «liturgias» de parcialidades sentimentais, cultos desviados do mistério central da fé em Jesus Cristo. Veio até nós a concepção principalmente cerimonial que se tinha da Liturgia, com etiquetas e rubricas cada vez mais minuciosas e cujo estudo constituía quase toda a bagagem litúrgica da formação dos futuros padres. Por essa forma conseguia-se que o culto divino tivesse uma dignidade desconhecida noutros tempos. A

instituição de novas festas visava, antes de mais, o ensino doutrinal e a devoção afectiva. Mas o sentido da Liturgia como celebração, como acto por excelência da vida da comunidade cristã, não tinha visibilidade, nem reaparecia aos olhos dos que esperavam.

★ ★ ★

Não é possível, aqui e agora, descrever, nem sumariar a história das tentativas de renovação litúrgica, desde os primórdios, passando pela Idade Média, Concílio de Trento e pelos séculos XVII e XVIII até aos nossos dias. Vinte séculos não se podem resumir em breves minutos, mesmo que se mandem alguns para a eternidade...

Foi sobretudo Dom Guéranger e a sua abadia de Solesmes, apesar das insuficiências do seu tempo, que reencontraram o sentido da celebração.

S. Pio X, levado pelo seu sentido pastoral e amor à Tradição autêntica da Igreja, deu novo impulso à reforma da Liturgia, marcando-lhe o carácter pastoral, condição essencial da sua renovação. Esta orientação seria a alma do «movimento litúrgico paroquial», da abadia de Mont-César, em Lovaina, onde um monge formado no mistério pastoral, Dom Lambert Beauduin se tornou o principal animador.

Cinquenta anos mais tarde, em 1947, Pio XII publicava a «Mediator Dei» e nove anos depois, em 1956, tinha lugar o primeiro Congresso Internacional de Liturgia Pastoral, em Assis.

Em Portugal, nos anos quarenta, houve um homem e um Seminário que, imbuídos de autêntico espírito de renovação litúrgica e pastoral, tiveram acção preponderante, não sem dissabores, na formação de padres e de leigos que, espalhados por várias dioceses do País, criaram núcleos de renovação litúrgica e pastoral. Refiro-me, e sem excluir outros, a Monsenhor Pereira dos Reis e ao Seminário dos Olivais, em Lisboa. Estamos aqui, hoje, porque eles existiram.

Veio o Concílio e, vinte anos passados, estamos neste IX.º Encontro, sabendo que por toda a Igreja floresce a renovação da pastoral litúrgica. Talvez com lacunas e retraimentos, com obstinações gregárias de sinal contrário; ou com certos exageros como é próprio das humanidades.



A renovação das nossas Igrejas particulares e das nossas paróquias não se fará sem passar pela pastoral litúrgica. Sem promoção da participação nas celebrações da fé em Jesus Cristo, principalmente nos sacramentos, com relevo especial para a Eucaristia; sem uma Liturgia evangelizadora e assumida conscientemente pelas comunidades, e antes de mais pelos que a eles presidem; sem uma Liturgia atraente, pedagógica e expressiva; sem uma preparação e formação litúrgica nos Seminários, nas Comunidades de Religiosas e entre os Religiosos; sem uma Liturgia pastoral ou Pastoral litúrgica que reúna e promova o sentido de pertença à Igreja que somos e não dê imagem de isolamentos de perfeição ou de clausuras de santidades privadas que não podemos ser; sem a preocupação doentia da rubrica que leva ao enredo da casuística, em vez de esclarecer e aprofundar o sentido da Liturgia; sem a formação permanente do Clero e sem o seu empenhamento pastoral.



Estamos após o Concílio Vaticano II, em pleno «tempo pascal» da vida litúrgica e da acção apostólica, onde é importante descobrir a íntima ligação existente entre a Liturgia e a vida quotidiana de contacto apostólico com os homens. Há uma harmonia, ou deve haver, entre o ministério do Culto e o ministério da Palavra e o ministério de Pastor do Povo de Deus.

Aqueles, embora não sejam muitos, que estão a ser formados nos nossos Seminários, devem neles viver com verdadeiro espírito comunitário, porque o Seminário é uma comunidade eclesial onde deve estar à vista a qualidade e exemplaridade das celebrações litúrgicas. O mesmo direi dos Institutos Religiosos Femininos e Masculinos e das suas Casas e Comunidades, nas quais se pode celebrar bem ou mal, sendo as consequências óptimas ou desastrosas, dada a mobilidade dos seus membros constitutivos. Os sacerdotes e os leigos mais empenhados na Igreja, e os religiosos e religiosas na sua formação permanente, devem ter muito presente a participação na Liturgia do Bispo, na Igreja Catedral e quando o Bispo se desloca às comunidades. Perceberão melhor a Igreja Particular onde estão inseridos como Povo de Deus, congregado e presidido pelo seu Bispo.



— Nós, os Bispos, que fomos chamados e enviados para arautos da Boa Nova no mundo inteiro, que somos amigos do Senhor, se fizermos o que Ele nos manda, como celebramos a Liturgia nas nossas comunidades, como presidimos e reunimos e congregamos ?...

Talvez o sarilho do rubricismo ainda nos carregue demasiadamente; talvez que a marca da nossa desidratação litúrgica pese muito e seja difícil criar em nós e naqueles que nos estão confiados, não só «um recto sentido de criatividade litúrgica», como o próprio assumir das consequências conciliares quando mexem com hábitos longamente adquiridos. Pertence-nos valorizar e enriquecer as expressões litúrgicas sugeridas e autorizadas, orientar pastoralmente o respeito pelas regras litúrgicas e pelos textos oficialmente aprovados.

Quando faço estas referências não é por crítica ou como insinuação a quem quer que seja, mas porque, analisando-me, vejo as minhas dificuldades e imagino as dos meus Irmãos no Episcopado, neste capítulo da pastoral litúrgica. Em qualquer caso, se não assumimos a renovação eclesial pela via da pastoral litúrgica, é impossível a renovação autêntica da Igreja.



Encerramos com estas minhas palavras, o IX.º Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica. Desde 1975 (esse verão foi muito quente), estes encontros vêm-se realizando com regularidade exemplar e com número crescente de participantes, ultrapassando, desta vez, o milhar, o que põe novos problemas de planeamento, objetivos e organização ao Secretariado Nacional.

Os assuntos, reflectidos e partilhados, sem pretensões de brilhos académicos, mas com fortes tempos vivenciais, foram :

- em 1975: A Assembleia Litúrgica.
- em 1976: A Celebração Litúrgica.
- em 1977: A Celebração da Eucaristia na Comunidade Cristã.
- em 1978: Os Ministérios na Celebração Litúrgica.
- em 1979: A Descoberta da Oração Eucarística.

- em 1980: A Iniciação Cristã dos Adultos.
- em 1981: A Liturgia das Horas — Oração da Igreja.
- em 1982: A Celebração do Mistério Pascal:
 - I. O Tríduo Pascal.
- em 1983: A Celebração do Mistério Pascal:
 - II. O Tempo Pascal.

Esta regularidade e o notável êxito pastoral que têm constituído os encontros devem-se à existência de um Secretariado Nacional de Liturgia, atento, constituído por pessoas dedicadas e empenhadas, que dão o seu esforço generoso e a sua competência ao serviço das comunidades das Igrejas Diocesanas. É uma «diaconia nacional», dirigida por Mons. Aníbal Ramos e integrada por óptimos colaboradores, que ao longo destes anos têm servido exemplarmente a Igreja em Portugal. Alguns já foram ficando pelo caminho e evoco, neste momento, o Dr. Manuel Luís e o Dr. Manuel Faria. Excelentes as suas intervenções, passaram à Casa do Pai, como nos irá acontecendo na hora em que formas chamados, sem com isso a nossa peregrinação na vida nos dever causar angústias. Seremos recapitulados em Cristo na eterna Liturgia Celeste.

★ ★ ★

— A seguir, o que vamos fazer ?...

Vamos continuar. Certamente com o X.º Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, mas também com encontros diocesanos, desmontados de possíveis tentações académicas e que sejam educação permanente dos elementos mais disponíveis e dispostos a assumirem-se neste verdadeiro apostolado: sacerdotes, religiosos e religiosas e leigos. Analisando situações, avaliando possibilidades e procurando soluções evangélicamente reformadoras.

A sementeira não pode ser só aqui, uma vez por ano. É sempre, nas paróquias, nas várias assembleias litúrgicas, mas aponto principalmente às Igrejas Particulares e aos Institutos Religiosos.

É preciso investir aí, motivar as pessoas mais responsáveis, organizar e reorganizar, assumir e trabalhar.

Se me é permitido, como Presidente e em nome da Comissão Episcopal de Liturgia, da Conferência Episcopal Portuguesa e de todos os participantes neste IX.º Encontro Nacional de Pastoral

Litúrgica, lanço um apelo à efectiva generalização pelas Dioceses de «encontros» que reforcem o muito qu já se vai fazendo no campo da Pastoral Litúrgica e se criem novas formas de renovação nesta área eclesial nas nossas Igrejas Particulares e, repito, nos Institutos Religiosos.

Falem com os vossos Bispos, com os vossos Superiores/as, ou como lhes queiram chamar, e em coordenação com o Secretariado Nacional que talvez precise de ser reforçado, vamos continuar a renovar na fidelidade às orientações da Igreja que, sendo imutável, tem sempre muito que reformar e actualizar.

Por mim vou fazendo o que puder. E como Bispo do Porto sugeria, desde já, aos padres, religiosas e religiosos e leigos aqui presentes em grande número e frequentadores já de vários Encontros Nacionais, que pensassem reunir, próximamente, comigo, para ver melhor, no diálogo, o que havemos de fazer. Porque há muito a fazer na Diocese do Porto e certamente nas outras Dioceses.

Mais nada, caríssimos amigos.

Em nome dos Bispos Portugueses, da Comissão Episcopal e do Secretariado Nacional agradeço a vossa presença interessada, o vosso futuro comportamento de dinamização intensiva e extensiva, e a todos desejo alegria, paz e renovação da pastoral litúrgica nas suas comunidades.

Fátima, 23 de Setembro de 1983.

† JÚLIO, ARC. BISPO DO PORTO

O Tempo Pascal na Tradição da Igreja

INTRODUÇÃO

Foi intenção do Secretariado Nacional de Liturgia percorrer, durante alguns anos, nestes encontros de Pastoral Litúrgica de Fátima, o ciclo litúrgico que gira em volta da celebração anual do Mistério Pascal. Foi assim que, o ano passado, tomámos como tema do nosso Encontro o *Tríduo Pascal*, que é o centro de toda a celebração da Páscoa. Logicamente estava apontado o tema deste ano: o *Tempo Pascal*, isto é, o espaço dos cinquenta dias durante os quais se prolonga a celebração da Páscoa, a partir do Domingo da Ressurreição até ao Domingo de Pentecostes. E disse logicamente, porque o *Tempo Pascal* é o prolongamento do terceiro dia do Tríduo Pascal, o Domingo da Ressurreição, prolongamento que se estende por oito Domingos, uma verdadeira oitava de Domingos. É o espaço de 50 dias, o «*laetissimum spatium*»¹, o *tempo da grande alegria*, como o designaram os nossos antepassados na fé.

Aqui estamos, pois, de novo, para nos ocuparmos, este ano, durante alguns dias, com este tempo de alegria, que historicamente falando foi o primeiro tempo litúrgico do ano a ser organizado, logo depois do Domingo e do Tríduo Pascal, ainda antes da Quaresma.

Apesar da sua origem tão antiga e da importância que todos lhe reconhecem e o Calendário Romano, de novo, lhe atribui, logo a seguir ao Domingo e ao Tríduo Pascal, antes de qualquer outro tempo litúrgico, a sensibilidade cristã e a pastoral dos últimos séculos parece não o ter tido em muita consideração. E não só a sensibilidade popular, porque, até certo ponto, a própria Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia desconheceu este parente pobre do ano litúrgico. Pobre, não pela importância que tem, mas

empobrecido, porque quase ignorado, e, por consequência, pouco considerado e até, por vezes, desfigurado.

Mas a reforma litúrgica pós-conciliar, essa reconheceu-o e deu-lhe, outra vez, embora não ainda completamente, o lugar que lhe pertencia de pleno direito.

Vamos também nós tentar redescobrir este «grande Domingo», como lhe chamou S. Atanásio de Alexandria no Egipto, para o podermos celebrar como convém e viver, em consequência, nas nossas comunidades cristãs.

I. — DO PENTECOSTES JUDAICO AO TEMPO PASCAL CRISTÃO

1. *Os nomes*

Comecemos pelo nome. Os nomes têm a sua significação.

O nome primitivo dado pelos cristãos aos 50 dias pelos quais se prolonga a alegria da Ressurreição, por estranho que isso nos possa parecer, foi *Pentecostes*, palavra grega que significa *quinquagésimo*.

Entre os judeus, a palavra Pentecostes designa, já desde longa data, a festa do quinquagésimo dia depois da sua festa da Páscoa. Deste modo, *Pentecostes* é palavra que aparece com dois sentidos: entre os judeus, designa *um só dia* de festa, a sua festa do Pentecostes, 50 dias depois da sua Páscoa; entre os cristãos, Pentecostes designava o *espaço de 50 dias* festivos, desde o Domingo de Páscoa até ao Domingo que hoje chamamos Domingo de Pentecostes. A designação «Pentecostes», aplicada apenas ao Domingo de Pentecostes, vem já de há séculos, e o Calendário agora reformado não voltou a aplicá-la ao Tempo Pascal; no entanto, ela aparece ainda, por vezes, para designar todo esse Tempo. Para evitar confusão, só usaremos aqui o nome de Pentecostes para falarmos do Domingo de Pentecostes, a não ser nas citações em que ele é usado no outro sentido.

Uma coisa pode parecer incoerente: é que a palavra que significa etimologicamente «quinquagésimo», referida aparentemente ao último elemento de uma série de 50, passasse a designar todo o conjunto, o espaço de 50 dias. A explicação não deve ser procurada no sentido etimológico do vocábulo, mas no uso que os primeiros cristãos faziam dos termos bíblicos já em voga entre os judeus, embora dando-lhes significação nova. Foi assim que o nome da

festa judaica do Pentecostes passou a ser usado pelos cristãos para significar não um dia de festa, mas uma festa de 50 dias, que terminava precisamente no dia da festa do Pentecostes judaico.

O nome grego «Pentecostes» não foi normalmente traduzido para latim. Todavia, nas Gálias, usou-se, por vezes, o nome de *Quinquagésimo*, que traduz o grego *Pentecostês*, porque os cristãos da Gália não usavam o grego mas o latim. Coisa semelhante viria a acontecer com a palavra *Quadragesima*, que, sendo um numeral, veio a significar um tempo de 40 dias, a Quaresma.

2. O Pentecostes judaico

O judaísmo não conheceu, portanto, nada de semelhante ao Tempo Pascal da Igreja cristã. Conheceu, sim, a festa do Pentecostes, festa de um só dia, como vimos, por vezes de dois, celebrada cinquenta dias depois da Páscoa. É nessa festa que os *Actos dos Apóstolos* colocam a vinda do Espírito Santo sobre os Apóstolos.

A festa judaica do Pentecostes é referida na Sagrada Escritura em vários lugares, como uma das grandes festas do calendário de Israel; e nem sempre com a mesma significação:

a) no *Êxodo* (23, 16), é chamada festa da colheita, festa das primícias do trabalho, «daquilo que semeaste no campo»;

b) ainda no *Êxodo* (34, 22), é chamada «festa das semanas», por ser celebrada sete semanas, ou uma semana de semanas, depois da Páscoa, «no tempo das primícias da colheita do trigo»;

c) no *Deuterónimo* (16, 9-12) é, de novo, dita «festa das semanas», «sete semanas a partir do momento em que começares a meter a foice nas searas», ou seja, a partir da festa da Páscoa, em que se começava a ceifa da cevada, ceifa esta relacionada com a festa dos Ázimos, também ela uma festa de primícias;

d) no *Levítico* (23, 15-22), fala-se igualmente na festa do quinquagésimo dia como festa de primícias, acompanhada de sacrifícios vários.

Para os citados livros do Pentatêuco bíblico, a festa das semanas, no quinquagésimo dia após a Páscoa, é uma festa de primícias da colheita do trigo. Tais festas eram sempre, como o foram até aos nossos dias, antes de as debulhadoras terem substituído o duro mas feliz trabalho da debulha ou das malhas nas nossas eiras, ocasião de alegria, como o eram no tempo de Isaías, no texto tantas vezes recordado na liturgia do Natal: «Multiplicastes a alegria, aumentastes o júbilo; alegram-se diante de Ti, como

os que se alegram no tempo da colheita» (*Is* 9, 2); ou como no salmo 125, onde a felicidade do regresso do exílio é comparada à alegria dos ceifeiros: «Os que semeiam em lágrimas recolhem com alegria. A ida vão a chorar, levando as sementes; à volta, vêm a cantar, trazendo os molhos de espigas» (*Sl* 125, 6).

Ao tema da colheita e das primícias, veio juntar-se, na festa do Pentecostes judaico, outra significação. «No tempo de Cristo, a festa do quinquagésimo dia depois da Páscoa, era celebrada, no judaísmo oficial, como festa da colheita, mas ela tinha tomado já, em certos círculos religiosos, o sentido de comemoração da teofania do Sinai. O acento era então posto mais sobre a aliança entre Deus e o seu povo, de que sobre o dom da Lei»².

Alguns destes temas do Pentecostes do Antigo Testamento vieram, por vezes, ao de cima e foram evocados na tradição da Igreja, de forma mais ou menos explícita, a propósito do Pentecostes cristão, sobretudo na pregação dos Santos Padres, em particular, o tema das primícias, que é considerado ter sido realizado, de maneira perfeita, na Ascensão do Senhor. Voltaremos a este tema.

3. *O Pentecostes cristão*

No ano passado tivemos ocasião de verificar que, dentro do ano litúrgico, o dia originário e fundamental é o Domingo, o Dia do Senhor, o qual como diz o próprio Concílio Vaticano II, «teve origem no próprio dia da Ressurreição» (*SC* 106), e que o seu tema é o Mistério pascal.

Vimos também que, para além desta celebração do Mistério Pascal no primeiro dia de cada semana, se começou a celebrá-lo, de maneira mais solene, uma vez por ano, na Vigília da noite da Páscoa, e que esta já existia no século II.

Vamos ver este ano como o ambiente festivo, próprio daquele Domingo que nasce na Vigília pascal, o Domingo da Ressurreição, se vai prolongar pelos Domingos seguintes, e respectivas semanas, até ao oitavo, o Domingo que hoje chamamos Domingo de Pentecostes. É uma série de oito Domingos, os quais constituem verdadeira oitava pascal. São os 50 dias (= 7 semanas \times 7 dias + o oitavo Domingo), que formam, desde a origem, uma unidade perfeita, indivisível, que nenhuma outra solenidade pode vir quebrar. É o «*laetissimum spatium*», o «tempo da muita alegria», com características litúrgicas e significação espiritual muito próprias,

que os séculos seguintes vieram perturbar em parte, mas que a restauração litúrgica pós-conciliar reconduziu à pureza das suas origens.

O tema da celebração desta Cinquentena é, tal como em cada Domingo o Mistério pascal, na sua totalidade e na sua unidade, vivido sacramentalmente pela comunidade cristã, como que em antegozo da vida celeste, onde Cristo entrou, na glória de Senhor, como primícias da humanidade nova, por Ele remida.

Vejamos mais em pormenor como nasceu e foi vivido desde o princípio este Tempo litúrgico, como depois se perturbou a sua estrutura e a sua celebração e como agora foi restaurado pela reforma litúrgica pós-conciliar, para assim melhor o podermos celebrar, e vivermos do mistério que nele se celebra, como viveram os nossos antepassados na fé.

II. — A TRADIÇÃO LITÚRGICA PRIMITIVA

A existência de um espaço de 50 dias, que prolonga a festa do dia da Ressurreição, é referida logo desde os fins do século II, quase na mesma data em que se fala da celebração da Páscoa anual na Vigília da noite santa. Quer dizer, o Tempo pascal começou a ser celebrado ao mesmo tempo ou quase ao mesmo tempo que a Vigília pascal. É por isso o tempo litúrgico mais antigo, e este facto, só por si, faz pensar como os cristãos entenderam e viveram, logo desde o princípio, o Mistério pascal. Ele é, na verdade, o fundamento de todo o cristianismo, é ele que constitui o que há de mais específico na fé cristã, e, por isso, é ele que dá sentido a todas as expressões da vida cristã, quer no que se crê, como no que se celebra, como no que se vive no dia a dia. É ele o «mistério da fé», proclamado em cada celebração da Eucaristia.

Podemos colher vários testemunhos * sobre este tempo litúrgico logo a partir do século III:

a) em S. Ireneu, bispo de Lyon, que morreu no ano 202, no princípio do século III;

b) nos *Actos de Paulo*, obra apócrifa do fim do século II, atribuída a um escritor da Ásia;

c) em Tertuliano, escritor cristão do norte de África (+c. 220);

d) em S. Hipólito de Roma, na sua célebre *Tradição Apostólica*, de cerca do ano 215;

e) em Orígenes, presbítero da Igreja de Alexandria do Egipto (+ 254).

Escutemos, a título de exemplo, um testemunho de Tertuliano:

«Nós, por nosso lado, segundo a tradição que recebemos, devemos abster-nos disto (o rezar de joelhos) somente no dia da Ressurreição do Senhor;... igualmente durante o tempo do Pentecostes, cuja celebração goza do mesmo carácter de alegria» ⁴.

E noutro lugar:

«Se há uma nova criação em Cristo, deverá haver também solenidades novas.

Se o Apóstolo abrogou tudo o que consagra os tempos, os dias, os meses e os anos, porque celebramos a Páscoa no primeiro mês do ano? Porque passamos nós em grande alegria os cinquenta dias que se lhe seguem?» ⁵.

E ainda outra passagem que nos dá mais claramente o conteúdo destes dias pascais:

«O Pentecostes vem em segundo lugar (depois da Páscoa), como o tempo mais feliz (*laetissimum spatium*) para conferir o banho sagrado (do Baptismo). É o tempo em que o Senhor ressuscitado vem frequentemente ao meio dos discípulos, o tempo em que foi comunicada a graça do Espírito Santo e que faz entrever a esperança da vinda do Senhor. Foi então, depois de ter subido aos céus, que os Anjos disseram aos Apóstolos que Ele havia de vir como tinha subido aos céus, precisamente no Pentecostes» ⁶.

A partir destes testemunhos de Tertuliano, a que seria fácil juntar muitos outros, podemos já tirar algumas conclusões, que nos podem até dar luz para compreendermos o que a seguir se dirá:

- 1.^a — Existe desde os fins do século II um tempo de 50 dias, especialmente festivo, a partir da solenidade da Páscoa ;
- 2.^a — Nele se prolonga a celebração do Mistério pascal;
- 3.^a — Os temas que mais tarde serão objecto de solenidades mais ou menos autónomas, como sejam a Ressurreição do Senhor, a Ascensão aos céus, a vinda do Espírito Santo, a expectativa da vinda gloriosa, são ainda celebrados, nesta época, na unidade não diversificada, que dá a todo este tempo um sentido único ;
- 4.^a — É característica deste tempo a alegria espiritual (*laetissimum spatium*) e a ausência dos tradicionais

sinais de penitência, em particular, o rezar de joelhos e o jejum ;

- 5.^a — Por fim, todo este tempo é designado, no princípio, pelo nome de Pentecostes, palavra que não designa um só dia de festa, mas um tempo festivo.

III. — O «GRANDE DOMINGO»

É de S. Atanásio (+ 373) a definição do Pentecostes — Tempo pascal como o «Grande Domingo», expressão que o Calendário, agora renovado depois do Concílio, voltou a utilizar. Isto significa que o sentido último do tempo pascal deve ir procurar-se ao próprio sentido do Domingo.

1. O «oitavo dia»

O cristianismo não é só a realização das figuras anunciadas na Antiga Aliança; ele introduziu-nos num mundo novo, o mundo de Cristo ressuscitado, termo de toda a esperança dos cristãos.

Jesus, o Crucificado, apareceu ressuscitado no «primeiro dia da semana» (*Mt 28, 1*), dia que, por isso, os cristãos chamaram «Dia do Senhor» (cf *Ap 1, 19*), isto é, dia de Jesus Cristo ressuscitado e glorioso. A fé cristã assenta precisamente no facto de Jesus pela sua imolação na Cruz, ter passado deste mundo para o Pai, agora exaltado com o nome divino de «Senhor». É este o Mistério pascal, o mistério da passagem do homem para a glória da imortalidade, que é a do Senhor ressuscitado. No primeiro dia de cada semana, no «Dia do Senhor», os cristãos celebram, «até que Ele venha», este mistério da passagem da morte à vida gloriosa. Assim dão graças a Deus pelo dom inefável da salvação e vão alimentando a sua fé e a sua esperança.

Na realidade, o Domingo cristão nada tem a ver com o Sábado judaico. Ele não se define já pelo descanso depois do trabalho que fatigou, mas como o dia que está para além da fadiga, para além do trabalho, para além da morte, o dia que ultrapassa o tempo e introduz na vida eterna, na glória da Ressurreição. É assim que, desde o século II, o Domingo é também chamado «oitavo dia» ⁷, porque é «o dia em que Jesus ressuscitou dos mortos e, depois de Se ter manifestado, subiu ao céu». E S. Justino, cerca do ano 150, afirma que «o primeiro dia, continuando a ser o primeiro de todos os dias, contando-o de novo depois de todos os dias da se-

mana, é chamado oitavo, sem deixar por isso de ser o primeiro»⁸. Os sete dias da semana são o símbolo do tempo presente; por isso, o sábado judaico era o último dia da semana, dia do repouso depois do trabalho. O Domingo cristão, se é também dia de repouso, já o não é como descanso relacionado principalmente com o trabalho do homem, mas como figura do repouso eterno em Deus, dia de contemplação e acção de graças, dia de festa, pela vida nova introduzida neste mundo por Cristo ressuscitado, como agora diz o Concílio e já o explicava, logo no início do século II, S. Inácio de Antioquia: «Os que viviam segundo a ordem antiga das coisas (o povo da antiga Aliança) chegaram à nova esperança; não observam já o sábado, mas o Domingo, dia em que a nossa vida se levantou por Cristo e pela sua morte».⁹

Este acesso à vida divina pela fé em Jesus, manifestado «Senhor» pela Ressurreição, constitui a característica mais própria do Domingo como oitavo dia. Pois, é esta característica pascal do Dia do Senhor que vai ser estendida a todo o Tempo pascal, o qual é, por isso mesmo, o «grande domingo».

2. A «semana de semanas»

Não admira, pois, que os primeiros cristãos tivessem como único dia de festa o Domingo, o Dia do Senhor. Nele celebravam todo o Mistério pascal de Jesus, o *Senhor*.

Mas sabemos como desde cedo apareceu a celebração mais solene do Mistério pascal uma vez em cada ano, no Tríduo pascal. Não foi a Páscoa anual que se começou a repetir em cada Domingo, mas o mistério do Domingo que tomou relevo especial na solenidade da Páscoa de cada ano.

É natural que o simbolismo do «oitava dia» aplicado ao Domingo tenha inspirado o simbolismo das sete semanas e dos oito Domingos, do Domingo da Ressurreição até ao oitavo, ou seja, os 50 dias do Tempo pascal. O Tempo pascal foi assim um «Pentecostes», uma Cinquentena, uma semana de semanas, uma oitava de Domingos. S. Hilário de Poitiers (+ c. 367) assim explicava o simbolismo deste tempo :

«É a semana de semanas, como o mostra o número setenário, obtido pela multiplicação de sete por si mesmo ($7 \times 7 = 49$). É, no entanto, o número 8 que o leva à perfeição, pois que é o mesmo dia que é, ao mesmo tempo, o primeiro e o último, acrescentado à última semana, conforme a plenitude do Evangelho. Esta semana

de semanas é celebrada segundo uma prática que vem dos Apóstolos: nestes dias do Pentecostes ninguém adora com o corpo prostrado por terra, nem põe obstáculo com o jejum a esta solenidade de alegria espiritual. É aliás o mesmo que está estabelecido para os Domingos». ¹⁰

O Tempo pascal é, pois, uma semana de semanas. Não nos interessa a taboada com que se possa explicar o número 50 nele contido, mas o mistério que por ele se simboliza e nele é celebrado. Trata-se da celebração, ampliada até ao oitavo Domingo, do mistério pascal, celebração que tem o seu ponto de partida no Tríduo pascal e se conclui no oitavo Domingo, dito hoje de Pentecostes.

Esta perspectiva era bem clara para a Igreja dos primeiros quatro séculos. Do século IV, a época da grande estruturação das Igrejas locais, abundam os testemunhos de muitos dos seus bispos, que, por falta de tempo, não podemos agora citar.

3. *Um «único dia de festa»*

Por mais que os séculos posteriores tenham como que esboçado a unidade do Tempo pascal, essa unidade esteve sempre subjacente à celebração de todos os 50 dias, e continua a estar, mas sobretudo agora que o Calendário reformado depois do Concílio assim apresenta o Tempo pascal :

«Os 50 dias que vão do Domingo da Ressurreição até ao Domingo de Pentecostes celebram-se, na alegria e na exultação, como um único dia de festa; mais, como um «grande Domingo». ¹¹ O Calendário assumiu, de novo, a expressão «Grande Domingo» de S. Atanásio numa das suas *Cartas Festais*, espécie de Cartas Pastorais enviadas todos os anos pelos patriarcas de Alexandria às Igrejas do Egipto para anunciar as festas pascaís, e que terminavam sempre com a indicação da data da Páscoa e das solenidades que dela dependiam. Na primeira dessas Cartas, do ano 329, escrevia S. Atanásio: «Como este tempo (o Tempo pascal) é para nós o símbolo do mundo que há-de vir, celebrá-lo-emos como um grande Domingo». ¹²

Os 50 dias do Tempo pascal são «um grande Domingo», «um único dia de festa», porque eles celebram o mesmo e único Mistério pascal de Jesus Cristo, que foi crucificado, mas é agora o Ressuscitado, elevado à direita de Deus, recebendo do Pai o Espírito Santo e derramando-o sobre os seus, «como vedes e ouvis», dizia S. Pedro aos seus ouvintes no dia de Pentecostes (cf. *Act.* 2,33).

IV. — A «MARCA» DO ESPÍRITO NA PÁSCOA DE JESUS

Em visão cristã da história, toda ela é manifestação da presença e da acção do Espírito de Deus. Essa presença e essa acção tornou-se mais palpável em Jesus Cristo, que «foi concebido pelo Espírito Santo» (*Simb.*), «sobre quem o Espírito desceu e permaneceu (cf. *Jo* 1, 32), que foi conduzido pelo Espírito ao deserto para aí triunfar do Espírito do mal (cf. *Mt* 4, 1), que pelo Espírito Se ofereceu a Si mesmo a Deus para obter para os homens uma redenção eterna (cf. *Hebr* 9, 14), que, elevado à direita de Deus d'Ele recebeu o Espírito e O derramou sobre os Apóstolos, desde o próprio dia da Ressurreição (cf. *Jo* 20, 22) e, por eles, sobre todos aqueles que, do meio de todas as nações, seriam chamados a formar a sua Igreja (*Act* 2, 9 ss.).

O dom do Espírito Santo é a «marca» divina na obra da redenção realizada por Jesus Cristo no seu Mistério pascal, é o selo indestrutível desta nova Aliança, que será eterna, selada por Deus com os homens em Jesus Cristo, pelo seu Sangue derramado na Cruz. Por isso, a vinda do Espírito Santo sobre os discípulos de Jesus é parte integrante do seu mistério pascal. Se a acção do Espírito de Deus acompanha toda a história da salvação desde o início — «No princípio, quando Deus criou o céu e a terra,... o Espírito de Deus pairava sobre as águas» (*Gén* 1, 1-2), era Ele quem falava pelos profetas e que estava prometido para os tempos messiânicos, — essa acção manifestou-se em plenitude quando o Senhor foi exaltado na glória da Ressurreição. Antes dessa «sua hora», não se revelara nunca tão poderosa a presença e a acção do Espírito como se revelou depois da Ressurreição, pois «o Espírito ainda não viera, porque Jesus não tinha sido ainda glorificado» (*Jo* 8, 37-39).

Mas, logo que o Senhor foi glorificado, «na tarde desse dia, o primeiro da semana, estando fechadas as portas da casa onde os discípulos se encontravam reunidos, com medo dos judeus, veio Jesus, pôs-Se no meio deles e disse-lhes:... 'Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos'» (*Jo* 20, 19-23). Esta descida do Espírito sobre os discípulos, procedendo da boca de Jesus e no próprio dia da Ressurreição, mostra a ligação íntima e a continuidade necessária entre a Ressurreição do Senhor e a vinda do Espírito Santo. De facto, a descida do Espírito Santo é o selo divino, posto sobre a Páscoa de Jesus, a

realização perfeita da obra da redenção. Por isso, a evocação da epifania do Espírito Paráclito, que os *Actos dos Apóstolos* colocam no quinquagésimo dia depois da Ressurreição, tornou-se, muito naturalmente, objecto principal do último dia do Tempo pascal, no Domingo que veio a absorver o próprio nome de Pentecostes entre os cristãos, como já entre os judeus designava a sua festa do quinquagésimo dia depois da Páscoa. Se, com tudo isto, quisermos chamar também, ao Domingo de Pentecostes, Domingo do Espírito Santo, teremos de considerar sempre tal solenidade como uma festa pascal, como a «clausura», o encerramento da Páscoa, como os antigos lhe chamaram, e não como outra festa independente daquela. O dom do Espírito Santo é o fruto completo e total da Páscoa do Senhor.

Vem a propósito chamar aqui a atenção para este termo, a «marca» ou «selo» do Espírito, palavra que nos vem já de S. Paulo, e que continua a ser usada na liturgia a propósito do Espírito Santo. É a palavra que, muito pouco claramente aliás, está contida na fórmula da Confirmação: «Recebe por este *sinai* o dom do Espírito Santo». Aquele *sinai* é uma tradução deficiente da palavra grega *sphragis*, que quer dizer a *marca*, como a de um sinete.

V. — A EXALTAÇÃO DO SENHOR E O MISTÉRIO DA ASCENSÃO

A Ascensão do Senhor é a última aparição do Ressuscitado, e reveste significação particular. Ela revela que a Ressurreição elevou Jesus à glória do Pai, à direita do Pai, e, com Ele, toda a humanidade por Ele redimida. A Ascensão é a resposta exaltante à situação degradante do homem no paraíso perdido. Aí foi dito: «Voltarás à terra donde vieste» (cf. *Gén* 3, 19); da Ascensão está escrito: «Subiu às alturas, levou consigo os cativos» (*Ef* 4, 8).

Há na Sagrada Escritura duas maneiras de falar do mistério pascal de Jesus: umas vezes, fala-se de *morte* e *ressurreição*; outras vezes, fala-se de *humilhação* e *exaltação*. São dois binómios, que fazem referência ao mesmo acontecimento histórico, mas que o apresentam em duas perspectivas diferentes, embora complementares. A morte na Cruz é a situação máxima da humilhação do Filho de Deus, que, «aparecendo como homem, Se humilhou ainda mais, obedecendo até à morte, e morte de Cruz» (*Flp* 2, 7-8); a Ressurreição é a exaltação do Crucificado, a quem «Deus exaltou

e deu o nome que está acima de todos os nomes», (*ib.* 9-10), o nome de *Senhor*, o nome que toda a língua proclama, para glória do Pai, ao dizer : «Jesus Cristo é Senhor» (*Cor* 12, 3).

Se a Ressurreição manifesta directamente a *passagem* da morte à vida, a Ascensão sublinha particularmente a *exaltação* na glória, em contraste com a *descida*, o abatimento, a humilhação, a «quenosis» da Paixão. Assim as referências à Ascensão, quer nos *Actos dos Apóstolos*, quer nos *Evangelhos*, não pretendem tanto fazer a descrição de um facto, como proclamar o mistério, a exaltação do Senhor ressuscitado. S. Lucas, nos *Actos*, coloca a Ascensão no quadragésimo dia depois da Ressurreição, pormenor que o mesmo S. Lucas não refere no seu Evangelho, nem nenhum dos outros evangelistas. O número terá um sentido simbólico, mesmo que o facto narrado tenha acontecido nesse dia. Isso não traz consigo necessariamente nenhuma implicação litúrgica, pois que a celebração litúrgica não pretende reproduzir um calendário histórico, como se fora uma série de efemérides, mas celebrar o mistério da história, da história da salvação, mistério que não é limitado por nenhum tempo.

Não admira, por isso, que também a Ascensão não tenha sido celebrada, desde o início, com uma solenidade própria. E, quando o começou a ser, não o foi necessariamente no quadragésimo dia após da Páscoa. Assim, encontramos até ao século IV, a celebração da Ascensão nalgumas Igrejas, sobretudo no Oriente, no quinquagésimo dia, ou seja, no último dia do Tempo pascal, aquele que hoje é o Domingo de Pentecostes.

Não é por isso completamente aberrante que hoje, entre nós, embora por razões diferentes, a Ascensão seja celebrada no VII Domingo da Páscoa.

VI. — A PERDA DE UNIDADE DO TEMPO PASCAL

O Tempo pascal, que nós conhecemos até à reforma do Calendário em vigor desde o 1 de Janeiro de 1970, tinha perdido muito, quer quanto à organização interna, quer mesmo quanto ao espírito, da concepção do «Pentecostes» primitivo.

Eram estas as principais modificações introduzidas ao longo dos séculos e que deformavam aquela unidade primitiva :

1.^a — A Ascensão e o Domingo de Pentecostes passaram a ser considerados como solenidades autónomas. Cada uma delas

recebeu uma *vigília*, considerada até como penitencial, (a do Pentecostes era então uma das quatro vigílias *jejuadas* do ano!), coisa indispensável para os cristãos do século III dentro do Tempo pascal.

2.^a — Cada uma destas solenidades recebeu a sua *oitava*, porque se tinha perdido a noção de que todo o Tempo pascal era uma oitava, a grande oitava da solenidade pascal. Além disso, a oitava do Pentecostes prolongava o Tempo pascal por mais sete dias além dos 50, até à solenidade da S.ma Trindade. Tínhamos então um Tempo pascal, um «Pentecostes», de 57 dias, contra toda a tradição anterior e em contradição com o próprio nome de Pentecostes, Cinquentena.

Acontecia até que o jejum das tēmporas do verão, que caía sempre na semana a seguir ao Domingo de Pentecostes, vinha ainda dentro do Tempo pascal! Este jejum era, na origem, o jejum normal das quartas e sextas-feiras, que os cristãos sempre praticaram desde as origens, excepto precisamente no Tempo da Páscoa.

3.^a — Todo o Tempo pascal, desde que se perdeu a consciência de que ele era a celebração prolongada da Páscoa, passou a considerar-se «Tempo depois da Páscoa», e assim os Domingos do Tempo pascal chamavam-se «Domingos depois d Páscoa», até que, a partir de 1970, se voltaram a chamar «Domingo II, III, IV, etc. da Páscoa».

4.^a — Os três dias imediatamente anteriores à solenidade da Ascensão tornaram-se, desde o século V, primeiro na Gália, depois em toda a Igreja, dias de Rogações, dias de oração penitencial, de novo em contradição com o espírito deste Tempo. Acrescia ainda que estas Rogações tinham em vista, ao menos na origem, as culturas agrícolas, situação que só se verificava no nosso hemisfério norte, onde o Tempo pascal coincide com a primavera. Por isso, o novo Calendário prevê que as Rogações sejam adaptadas, na forma e no tempo, às diversas regiões do globo. Em Portugal ficaram reduzidas a um só dia, mas na quinta-feira da sexta semana, o dia da Ascensão no nosso Calendário anterior.

5.^a — Em consequência de toda esta perturbação, como causa e, ao mesmo tempo, efeito dessa situação, o povo cristão quase não dava pelo Tempo pascal. Por isso, ocupou-o com outras devoções, boas sem dúvida, mas desarticuladas da estrutura e do espírito da Cinquentena pascal, tão querida das primeiras gerações da Igreja, e tempo em si mesmo tão denso e tão bem definido, como aconteceu com as devoções dos meses de Maio e Junho, quando o tempo litúrgico nunca conheceu a estrutura dos meses.

6.^a — Também em consequência desta perda de visão do que é o Tempo pascal, o tempo de preparação para a Páscoa, que é a Quaresma, embora com todas as suas deficiências, viu voltar-se para ele a atenção dos cristãos, mais facilmente sensíveis ao seu triste mundo de pecado do que ao dom misericordioso da novidade pascal, que Deus gratuitamente lhes oferece em Jesus Cristo e no seu Espírito. Nós somos, de facto, mais facilmente *religiosos* do que *cristãos*!

VII. — A RESTAURAÇÃO DO TEMPO PASCAL

Tudo o que foi dito só pretendia levar-nos mais facilmente à compreensão do que é hoje a celebração do mistério da Páscoa celebrado ao longo do Tempo pascal, de novo reconduzido às estruturas e ao espírito das suas origens. Mais do que uma *reforma*, o que se fez foi uma verdadeira *restauração*, acompanhada até de certos enriquecimentos. De facto, bastava aliviar o Tempo pascal das sobrecargas que, ao longo dos séculos, ele tinha indevidamente recebido, para reencontrar a sua estrutura límpida, clara, e o espírito que presidiu à sua organização, que aliás as próprias narrações bíblicas sugeriram ; depois enriquecê-lo talvez com alguns novos elementos. Foi o que, de facto, se fez.

Agora, basta acolher o mistério deste Tempo como a celebração litúrgica no-lo apresenta, e deixar-se conduzir pelo seu espírito.

São estes os principais pontos daquela restauração:

a) O Tempo pascal voltou a ser, como o Pentecostes primitivo, *Tempo uno*: é a festa única da Páscoa que se prolonga por cinquenta dias. Neste sentido, é elucidativa a rubrica que o Missal Romano apresenta, aliás como texto único para esse dia, na página, quase em branco, do Sábado Santo:

«No Sábado Santo, a Igreja permanece junto do sepulcro do Senhor, meditando na sua Paixão e Morte, e abstendo-se do sacrifício da Missa, até ao momento em que, depois da solene Vigília ou expectação nocturna da ressurreição, se dê lugar à alegria pascal, cuja riqueza se prolongará por cinquenta dias».

O Tempo pascal nasce, pois, da Vigília pascal, continua a alegria da ressurreição e prolonga-se por cinquenta dias; e não

mais por cinquenta e sete. Volta a ter sete semanas e mais um oitavo Domingo, e não já oito semanas, como anteriormente acontecia.

A Ressurreição nascida da Cruz do Senhor e a alegria que daí resulta é precisamente o tema da grande expectativa da Vigília de que fala a rubrica do Sábado Santo, e é ela que vai encher toda a cinquentena pascal.

b) A solenidade do oitavo Domingo, o do Pentecostes, deixou de ser precedida de uma vigília, e, para mais, jejuada, como anteriormente, o que fazia desse dia uma outra solenidade. O Domingo de Pentecostes é, de novo, o encerramento das solenidades pascais e, de algum modo, o seu vértice, para o qual toda a cinquentena se encaminhou.

Com a vigília, foi suprimido o *jejum* desse dia, coisa aberrante no «*lactissimum spatium*» do Tempo pascal.

Por lógica semelhante, foi suprimida a *oitava* do Domingo de Pentecostes, que, na realidade, era como que a oitava de uma oitava. Em consequência, o Tempo pascal já não se prolonga até à solenidade da Santíssima Trindade, e o jejum das Têmporas poderá reaparecer sem brigar com o Tempo pascal. Em qualquer caso, com o Domingo de Pentecostes termina o Tempo pascal, e podemos agora regressar, depois deste quase êxtase celeste que foi o Tempo da Páscoa, ao simples, humilde, mas tão simpático, porque tão parecido com a nossa vida de cada dia, Tempo comum.

c) A solenidade da Ascensão foi também, de novo, integrada, demonstrando claramente que fazia parte do «Pentecostes» pascal; voltou, por isso, a não ter nem vigília nem oitava, com que tinha sido deformada alguns séculos atrás.

d) Suprimindo-se a oitava do Domingo de Pentecostes, os dias feriais entre a Ascensão e o Pentecostes foram, em contrapartida, valorizados, e adquiriram especial importância: «foram enriquecidos com formulários próprios, nos quais se trazem à memória as promessas de Cristo a respeito da vinda do Espírito Santo»¹³.

e) A primeira semana continua a ser considerada como oitava do Páscoa, semana tradicionalmente destinada à catequese mistagógica para os neófitos da Vigília pascal. Conserva, no Missal, os textos anteriores sobre as aparições do Senhor ressuscitado e as primeiras pregações dos Apóstolos sobre o mistério da Páscoa de Jesus.

VIII. — O ESPÍRITO DO TEMPO PASCAL

1. *O tempo do Espírito*

De tudo o que pudemos observar, quer quanto às origens, quer quanto à evolução do Tempo pascal, poderíamos concluir que ele é o Tempo do Espírito. Do Espírito são todos os tempos, pois que o Espírito de Deus, desde as origens, paira sobre o mundo. Mas é sobretudo desde que o Senhor foi glorificado que o Espírito de Deus encheu a terra inteira. Os grilhões da morte, que a ressurreição quebrou, soltaram também o vento do Espírito. É Ele que traz a este mundo, que o homem semeou e continua a semear de pecado, o sopro vital de Deus, fonte de vida nova, a vida do Senhor glorificado e glorificador.

2. *O tempo da Igreja*

Logo na própria Vigília pascal a Igreja celebra os sacramentos da iniciação cristã. Ela sabe que nasceu do lado do Senhor adormecido na Cruz, donde jorraram os símbolos sacramentais do Sangue e da Água, e que fez a sua grande epifania no mundo, quando o Espírito desceu e, de todos os povos, fez um só povo, o povo dos remidos pelo Sangue de Cristo.

O Tempo pascal foi sempre, e devia voltar a sê-lo, o tempo da redescoberta dos sacramentos, da Igreja, particularmente dos sacramentos da iniciação cristã, Baptismo, Confirmação e Eucaristia, também eles entendidos na unidade da mesma acção do Espírito. Por eles, ao longo das idades, o Espírito de Deus vai tornando presente aos homens o mistério pascal do Senhor Jesus. Por isso, ele é, por excelência, o tempo da mistagogia.

Faz também parte desta mistagogia pascal, a descoberta e o aprofundamento do mistério da própria Igreja, da vida da comunidade cristã onde nos inserimos. Seria possivelmente o tempo de certas experiências comunitárias, tendentes a fazer compreender e viver algumas actuações fundamentais da vida das comunidades cristãs, da comunidade local, paroquial e sobretudo diocesana, em volta do Bispo, possivelmente na igreja catedral, que, noutras ocasiões, pouco se poderão sentir.

3. *Tempo de acção de graças*

O facto de o Tempo pascal ter sido o primeiro tempo litúrgico a ser organizado e de o ter sido ainda antes da Quaresma, o facto, portanto, de primeiro se ter celebrado o mistério da Páscoa

e só depois se ter organizado um tempo de especial preparação para essa celebração leva-me, uma vez mais, a esta reflexão: nós temos mais facilidade em olhar para as nossas limitações do que em alargar os olhos e abrir o coração ao dom de Deus. Soa-me aos ouvidos a palavra de Jesus à Samaritana: «Se conhecesses o dom de Deus...» (Jo 4, 10). Foi em consequência da revelação desse dom que ela deixou o cântaro junto à fonte e iniciou o caminho da penitência.

Na perspectiva espiritual cristã, o homem recolhe o dom de Deus e responde a esse dom, em reconhecimento, louvor e acção de graças pelo que sente — converte-se —, pelo que diz — louva —, pelo que faz — vive —. O Tempo pascal é, por excelência, este tempo de reconhecer, de louvar e dar graças, de viver da vida pascal do Espírito do Ressuscitado.

Se os antigos punham de parte as formas penitenciais, concretamente o rezar de joelhos e o jejum, não era por não terem consciência de que a conversão é atitude de todos os dias; era porque sabiam que cada coisa há-de ter o seu tempo e o seu lugar, e que nestes dias, os dias em que o Esposo estava com eles, tinham de alegrar-se e viver em festa.

Esta festa nasce do coração encantado com a presença do Ressuscitado, glorioso, dador do Espírito de Deus. Durante o Tempo pascal, a Igreja parece continuar a atitude de Maria Madálena na manhã da ressurreição: procura o Senhor, não tira os olhos d'Ele, contempla-O, encanta-se com a sua presença e só sabe dizer-Lhe palavras de quem está encantado: «Rabuni! Este é o dia que o Senhor fez! Dai graças ao Senhor, porque Ele é bom! A sua misericórdia é eterna! A terra inteira está cheia da sua glória! Cantai um cântico novo! Anuncia até aos confins da terra: 'O Senhor libertou o seu povo!'» Contempla-O como o Bom Pastor, que deu a vida por ela; acolhe-O nas suas aparições; senta-se com Ele à mesa; partilha do mesmo pão. Não fica românticamente triste no dia da Ascensão, porque O vê glorificado e n'Ele contempla a sua própria glória, a glória a que também ela se sabe chamada; e tem consciência de que é agora que Ele está mais com ela, e com ela ficará até à consumação dos séculos (cf. Mt. 28, 20).

4. *O símbolo do mundo que há-de vir*

Não é para admirar que um dos aspectos mais sublinhados pela tradição cristã, nos Padres da Igreja, seja a perspectiva es-

catológica do Tempo pascal. Ele é ainda «tempo», e, por isso, ainda deste mundo; mas, pelo mistério que celebra — o Mistério pascal —, e até pela sua própria estrutura, — uma semana de semanas mais o oitavo Domingo —, o Tempo pascal é o símbolo do «mundo que há-de vir». Um testemunho entre muitos de S. Basílio, bispo de Cesareia da Capadócia (+ 379):

«Todo o Pentecostes nos recorda a ressurreição que esperamos no outro mundo. Na verdade, este dia um e primeiro, sete vezes multiplicado por sete, completa as sete semanas do santo Pentecostes, porque ele começa no «primeiro (dia)» e nele termina, desdobrando-se cinquenta vezes, no intervalo, em dias semelhantes. Por isso, o Pentecostes imita, de certo modo, a eternidade, porque, à maneira do movimento circular, vem a terminar onde começou. Nele, é a atitude de pé na oração que as leis da Igreja nos ensinaram a preferir; esta evocação em acto faz, por assim dizer, emigrar a parte superior do nosso espírito do presente ao que há-de vir».¹⁴

E S. Isidoro de Sevilha, ainda nos fins do século VI ou já no século VII, podia, na nossa península hispânica, continuar a escrever: «Sete multiplicado por sete dá cinquenta, se lhe juntarmos uma unidade, que, segundo a tradição vinda da autoridade dos antigos, prefigura o século futuro. Este dia é sempre o oitavo e o primeiro; mais ainda, ele é sempre único, é o Dia do Senhor».

Todos estes dias do Tempo pascal são O DIA, o dia que o Senhor fez, anunciador e já portador da «vida do mundo que há-de vir».¹⁵

JOSÉ FERREIRA

N O T A S

1. TERTULIANO, *De Bapt.* 19, 2.
2. R. CABLÉ, *La Pentecôte*, Tournai - Paris, 1965, p. 27. Em todo este trabalho nos socorremos desta obra fundamental.
3. Cf. R. CABLÉ, *op. cit.*, p. 37 ss.
4. TERTULIANO, *De or.* 23, 2, in CABLÉ, *op. cit.*, p. 39.

5. Idem, *De jej.*, 14, 2, *ib.* p. 39.
6. Idem, *De Bapt.* 19, 2, *ib.* p. 40.
7. *Ep.*, de Barnabé, éd. H. HEMMER, Picard, 1926, p. 88-89, *ib.*, p. 47.
8. S. JUSTINO, *I Apol.* 67, *ib.*, p. 47.
9. S. INÁCIO DE ANTIOQUIA, *Magn.* 9, *ib.*, p. 48.
10. S. HILARIO DE POITIERS, *Super psalm.*
11. *Cal. Rom.* 22.
12. S. ATANÁSIO, *Ep. fest. I.*
13. *Cal. Rom.*, *Commentarius*, 1, 2, A), 3).
14. S. BASÍLIO DE CESAREIA, *De Spir. Sancto*, 27, col. *Sources Chrétiennes*, 17, p. 237 c) ; cf. H. CABÍE, *op. cit.*, p. 51.
15. S. ISIDORO DE SEVILHA, *De eccl. Offic.*, I, 24, in CABÍE, *op. cit.*, p. 51.

○ Leccionário do Tempo Pascal

OS ANTIGOS LECCIONÁRIOS

Na Igreja primitiva a proclamação da Palavra de Deus fazia-se naturalmente pelo próprio livro das Escrituras. A tradição judaica fazia ler na sinagoga, em leitura contínua ou semi-contínua, a Lei (Pentateuco) e os Profetas. A Igreja acrescentou-lhes, depois, a leitura dos livros do Novo Testamento.

Por volta do ano 150, S. Justino, na sua *Apologia* em favor dos cristãos dirigida ao imperador Antonino, descreve-nos brevemente a Liturgia da Palavra na Missa. Aí se lêem os profetas e as memórias dos apóstolos e aquele que preside explica a Palavra proclamada ⁽¹⁾.

As *Constituições Apostólicas*, pelo fim do século IV, indicam-nos a leitura da Lei, dos Profetas, das Cartas, dos Actos dos Apóstolos e do Evangelho ⁽²⁾. Este número parece ter-se mantido nas Igrejas da Síria. A antiga liturgia bizantina, segundo S. João Crisóstomo, proclamaria três leituras, o que aconteceria também em África no tempo de S. Agostinho, na Espanha, na Gália, em Milão e em Roma.

Quanto mais as celebrações se multiplicavam mais se tornava necessário um modo prático de determinar as passagens dos textos a proclamar. No princípio, o modo mais simples e prático de indicar as leituras era a anotação marginal nos livros da Bíblia. Logo em seguida se começaram a constituir listas destas anotações marginais, com a indicação das primeiras e últimas palavras da perícope. A estas recolhas ou colecções deu-se o nome de *capitulares*.

Para se tornar ainda mais prática a utilização das leituras, passou-se à sua transcrição por extenso em livros próprios, chamados *leccionários*. Quando apareceram os *missais plenários*, reunindo num só volume todos os livros necessários para a cele-

bração da Missa, também os textos das leituras lhe foram incorporados.

Em Roma, antes de S. Gregório Magno, conhece-se bastante mal a disposição e a escolha das leituras da Missa. Para o tempo comum encontram-se poucas ligações entre a primeira leitura, ou as duas primeiras leituras, e o evangelho, visto seguir-se o sistema de leitura contínua ou semi-contínua. Mas encontramos também Missas bem organizadas, como as dos domingos de Quaresma e as das quarta, sexta e sábado do mesmo tempo.

Quanto às leituras do tempo pascal, parece terem sofrido uma evolução ou reforma não muito acertada. Com efeito a Liturgia romana lia neste tempo as epístolas católicas enquanto as outras Liturgias faziam proclamar os Actos dos Apóstolos e o Apocalipse de S. João.

Pelos sermões de S. João Crisóstomo ⁽²⁾ e de S. Agostinho sabemos que já no início do século V se liam, em todo o Tempo pascal, os Actos dos Apóstolos. S. Agostinho refere mesmo que se tratava já de uma tradição: «Este livro começa a ler-se no domingo de Páscoa, como é tradição da Igreja» ⁽²⁾. De tradição antiga é também a leitura do Evangelho segundo S. João, leitura que começa a meio da Quaresma.

Quanto à Liturgia milanesa e galicana, é difícil pronunciar-se sobre as leituras apresentadas de diversas formas nos múltiplos leccionários. Mas podemos dizer que, no rito ambrosiano, havia três leituras em cada domingo sendo a primeira leitura, no tempo pascal, tirada do livro dos Actos dos Apóstolos e a terceira do Evangelho segundo S. João.

No rito hispânico (três leituras), a primeira leitura é, em geral, do Apocalipse, a segunda dos Actos dos Apóstolos, mas o evangelho pode ser dos Sinópticos.

As Igrejas orientais começam o seu ano litúrgico na festa da Páscoa com «os santos e célebres domingos da Páscoa». Na Liturgia bizantina, que só tem duas leituras, a selecção é muito clara: começa-se no domingo de Páscoa a leitura dos Actos dos Apóstolos e do evangelho de S. João e prossegue-se com estas leituras até ao domingo de Pentecostes, salvo raras excepções para certos dias.

O NOVO LECCIONÁRIO DO MISSAL ROMANO

Desde o Concílio de Trento até ao Concílio do Vaticano II,

a Liturgia romana utilizou o leccionário do Missal de Pio V, ainda mais empobrecido que o seu modelo, o *Leccionário de Murbach*, em que as Missas de quarta, sexta e sábado do Tempo Comum tinham leituras próprias. Fora da Quaresma e da Oitava da Páscoa, o precedente leccionário não apresentava, durante a semana, leituras próprias para cada dia e, por isso, fora da celebração das festas dos santos, era necessário repetir em cada dia as leituras do domingo.

O desejo da *Constituição sobre a sagrada Liturgia* do Vaticano II era tornar acessível aos fiéis uma grande parte da sagrada Escritura ⁽³⁾. Mas não era fácil a realização deste desejo. Tratava-se de introduzir cerca de 90% da Escritura no Leccionário.

Primeiramente organizou-se para cada domingo um ciclo de três anos (A-B-C). Para os dias da semana foram organizados um ciclo de dois anos (pares e ímpares) para a primeira leitura, e um ciclo único para o evangelho, pois os dias feriais comportam só duas leituras. Nos domingos comuns a primeira leitura, do Antigo Testamento, foi escolhida a partir do evangelho, segundo uma larga concordância.

O Leccionário do Missal Romano, saído da reforma conciliar do Vaticano II, representa um considerável enriquecimento para a Igreja. Publicado em Roma, em Agosto de 1969, o novo Leccionário é um edifício riquíssimo. Aí se encontra, com efeito :

- um leccionário dominical (ciclo de três anos, com três leituras para cada missa e respectivo salmo responso-rial) ;
- um leccionário ferial (ciclo de um ou dois anos conforme o tempo litúrgico, com duas leituras para cada missa) ;
- um leccionário santoral (com uma grande selecção de leituras próprias ou comuns) ;
- um leccionário ritual (com grande elenco de leituras para a celebração dos sacramentos, funerais, profissão religiosa, etc.) ;
- um leccionário votivo (com um elenco bastante desenvolvido de leituras para celebrações de devoção ou necessidades da Igreja e do mundo).

Como acontece com os outros livros litúrgicos, também o novo Leccionário é antecedido de uma introdução sobre a «Orde-nação das Leituras da Missa». Impressa pela primeira vez em

edição típica no ano de 1969, esta introdução foi publicada em segunda edição típica em 1981, com um texto significativamente aumentado e teologicamente enriquecido.

Respondendo aos requisitos da Constituição sobre a sagrada Liturgia, o novo leccionário propõe «uma leitura da sagrada Escritura mais abundante, mais variada e mais adaptada» ⁽⁴⁾, abrindo «mais largamente os tesouros da Bíblia, de modo que, dentro de um certo número de anos, sejam lidas ao povo as partes mais importantes da sagrada Escritura» ⁽⁵⁾.

Mas se esta finalidade pastoral se realiza em qualquer tempo ela é mais conseguida nos tempos fortes do ano litúrgico, como tempos especiais de catequese para o povo cristão :

«Em todo o ano litúrgico, mas principalmente no tempo da Páscoa, Quaresma e Advento, a selecção das leituras e a sua ordenação procuram que os fiéis conheçam, de uma forma gradual e cada vez mais profunda, a fé que professam bem como a história da salvação» ⁽⁶⁾.

LEITURAS PRÓPRIAS DO TEMPO PASCAL

Além dos princípios que regem a ordenação das leituras em cada parte do leccionário, há outros de ordem mais geral que são enunciados nos *Preliminares* do Leccionário :

«Pela sua importância intrínseca e pela tradição litúrgica, na presente Ordenação alguns livros da Sagrada Escritura são reservados a certos tempos litúrgicos. Conserva-se, por exemplo, a tradição tanto oriental como ocidental (ambrosiana e hispânica) de ler os Actos dos Apóstolos no Tempo pascal. Deste modo se ilustra muito bem que toda a vida da Igreja tem o seu princípio no Mistério pascal. Conserva-se igualmente a tradição, quer ocidental quer oriental, de ler o evangelho de S. João nas últimas semanas da Quaresma e no Tempo pascal» ⁽⁷⁾.

Vejam, de seguida, algumas notas características de cada um dos livros propostos pela Igreja para o Tempo pascal.

Os Actos dos Apóstolos

Retomando a antiga tradição, a Igreja propõe-nos de novo a leitura dos Actos dos Apóstolos durante o Tempo pascal, a começar no próprio domingo da Ressurreição.

A leitura dos Actos dos Apóstolos no Tempo pascal preten-

de fazer voltar a nossa fé à sua fonte. Se orientamos a nossa vida em função da ressurreição de Cristo, é sobre a palavra dos Apóstolos e o testemunho das primeiras comunidades cristãs que o fazemos. Os Actos dos Apóstolos mostram-nos a génese destas comunidades e dão-nos a conhecer o centro da mensagem original (Kérigma) e o desenvolvimento da evangelização.

Os Actos dos Apóstolos animaram a fé da Igreja dos primeiros tempos e guiaram a vida dos cristãos desde o baptismo ao martírio. A imagem da primeira comunidade cristã inspirou todas as formas de comunidade cristã ao longo dos séculos, não havendo movimento reformador ou missionário que não apele à forma de vida apostólica tal como é evocada nos Actos.

Tal é também para nós, hoje, a importância dos Actos dos Apóstolos e particularmente da sua leitura no Tempo pascal: ela evoca para nós o próprio quadro em que viveram as testemunhas da ressurreição e o essencial da mensagem de que eram portadoras.

O Evangelho de S. João

As leituras evangélicas do Tempo pascal são tiradas, salvo raras excepções, do Evangelho segundo S. João.

O evangelista S. João supõe não só a tradição sinóptica mas também uma geração cristã de reflexão sobre o Evangelho. Daí que se sinta em condições não só de seleccionar, de entre os acontecimentos da vida de Jesus, aqueles factos que melhor respondam às intenções do seu próprio ensino, como de interpretar o próprio significado do Evangelho.

Por exemplo, quando se alcança o ponto culminante do Evangelho na confissão de Tomé e na resposta de Jesus (Jo 20, 24-29), o leitor cai na conta de que João lhe vinha dizendo continuamente que tudo quanto se viu fazer e dizer a Jesus são «sinais» das realidades presentes que se vivem e celebram na Igreja. De facto, o verdadeiro significado das palavras e dos gestos de Jesus só agora pode ser entendido com a presença e a iluminação do Espírito Santo.

No Evangelho de S. João os «sinais» mais significativos são de facto aqueles que apontam para a vida sacramental da Igreja: o vinho de Caná (2, 1-11), a água vivificante que brota de Cristo (3, 5-7; 4, 10-14; 7, 37-38), o pão do céu (6, 51): todos eles representam os sacramentos, que recebem a sua eficácia do mistério pascal de Cristo e conferem o Espírito Santo que é a

vida da Igreja e fruto do mesmo Mistério pascal (19, 34; 20, 22 ss.; cf 1 Jo 5, 6-8).

É por isso que, ao lado dos evangelhos sinópticos, de uma outra maneira e, geralmente, noutros períodos da Liturgia, a Igreja escuta também a quarta voz, a de João, meditando os próprios factos, revelando a sua profundidade para além do visível, exprimindo uma dimensão do mistério que não terá sido tão perceptível para as restantes testemunhas de Jesus. Por isso, o quarto evangelho é uma obra cujo pleno sentido só pode ser captado pelo cristão que participe conscientemente na vida da própria Igreja.

A primeira Carta de Pedro

Como segunda leitura, o Leccionário propõe para o Ano A do Tempo pascal a primeira Carta de Pedro. O seu contributo é análogo ao dos Actos e do Evangelho e completa-os. Os Apóstolos, nos seus testemunhos, não se limitam a descrever-nos Jesus mas dizem-nos como foram marcados por Ele, tanto no seu pensamento como na sua acção.

Pedro, na sua primeira Carta, considerada por muitos autores como uma catequese baptismal ou mistagógica, lembra-nos a graça que nos foi feita ao sermos resgatados pelo Sangue de Cristo e tornados, pelo Baptismo, povo eleito, sacerdócio real, pedras vivas do templo do Senhor.

O pensamento que imprime unidade à primeira Carta de Pedro é que Deus chama os cristãos a uma vida nova, à vida eterna. Este facto deve estimular a fé e a esperança dos baptizados e induzi-los a levar com paciência as provações, a viver uma vida santa e a permanecer firmes na fé e na caridade.

A primeira Carta de João

Embora o Evangelho e a primeira Carta de S. João tenham uma estreita afinidade literária, há diferenças teológicas que sugerem uma certa distância no tempo.

Muitas vezes se considerou que a *1 Jo* é uma espécie de comentário ao Evangelho de João feito pelo seu próprio autor. Pelo menos em sentido amplo, podemos considerá-la um comentário ao Evangelho tal como este se ensinava na escola joânica.

Como acontece com muitas outras cartas, antigas e moder-

nas, o desenvolvimento das ideias na *1 Jo* resulta difícil de determinar segundo um esquema rígido. João faz-nos partilhar, ao longo da sua epístola, de uma reflexão que volta sem cessar aos mesmos temas: a vida no amor e na luz e a participação na glória do Ressuscitado.

A finalidade da Carta é apresentada logo nos primeiros versículos: «O que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplámos, o que tocámos com as nossas mãos acerca do Verbo da vida, é o que vos anunciamos... para que estejais também em comunhão connosco. E a nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho, Jesus Cristo» (1, 1-3).

O Apocalipse

O autor dá-nos a conhecer uma série de visões que revelam (apocalipse = revelação) às Igrejas cristãs que as suas provações conduzirão ao triunfo dos crentes e à derrota dos inimigos.

A Liturgia do Tempo pascal deixa de parte a descrição simbólica das perseguições e do julgamento dos perseguidores e prefere apresentar-nos algumas visões que conservam para os cristãos um valor permanente.

As duas séries de visões, as que nos manifestam Cristo e as que nos apresentam o mundo futuro, são correlativas : Cristo é o salvador, o príncipe da vida, o primeiro e o último, o Cordeiro imolado, o Cordeiro-Pastor que conduz às águas vivas. Os que n'Ele crêem são os cidadãos do mundo futuro, o novo povo dos resgatados. E a criação desse mundo novo, sem lágrimas nem luto, é a obra de Deus em Cristo.

O LECCIONÁRIO DOMINICAL DO TEMPO PASCAL

Antes de analisarmos cada uma das celebrações é necessário enquadrá-las numa síntese temática, de modo que as suas linhas particulares se desenvolvam no arco de um mesmo tempo litúrgico, o Tempo pascal.

Procuremos agora pôr em relevo a organização progressiva do Leccionário dos domingos e solenidades (Páscoa, Ascensão e Pentecostes) e ao mesmo tempo mostrar, a título de exemplo, como se pode procurar, num mesmo domingo ou solenidade, um núcleo temático que possa constituir o conteúdo central da homilia.

Primeiramente analisaremos as solenidades que, no seu

conjunto, celebram os vários momentos do Mistério pascal. Em seguida ocupar-nos-emos dos domingos que exaltam uma ou outra perspectiva mais importante do mesmo Mistério.

A. As solenidades

Páscoa

A leitura do Evangelho para a Missa do Dia de Páscoa é de S. João: a descoberta do túmulo vazio. Pode ler-se também, à escolha, qualquer dos evangelhos propostos para a Vigília, ou, onde se celebra a Missa vespertina, a narração de Lucas sobre a aparição aos discípulos de Emaús.

A primeira leitura é dos Actos dos Apóstolos que, no Tempo pascal, são utilizados em vez da leitura do Antigo Testamento.

A leitura do Apóstolo (2.^a leitura) refere-se ao Mistério pascal e à sua vivência na Igreja (⁸).

O conjunto das leituras acentua o valor sacramental da celebração Pascal do Senhor entrando numa condição de vida nova.

A possibilidade de duas leituras alternativas como segunda leitura não modifica substancialmente o tema fundamental, mas oferece a possibilidade de diversas acentuações.

Os Apóstolos, escolhidos como testemunhas, «comeram e beberam com Ele, depois de ressuscitar dos mortos» (*Act* 10, 41).

Na II leitura (*Col* 3, 1-4) a insistência da comunhão com Cristo é importante:

v. 1: ressuscitados *com* Cristo;

v. 3: a vossa vida está escondida *com* Cristo em Deus;

v. 4: também vós aparecereis *com* Ele na glória.

Na leitura alternativa (*1 Cor* 5, 6-8) o tema também está presente: «Cristo, *a nossa Páscoa*, foi imolado.

Lucas e Paulo descrevem assim a condição dos cristãos que, nos sacramentos da iniciação cristã, se tornam participantes de Cristo, saboreando já a condição de uma pessoal e total comunhão com Cristo e, por Cristo, com o Pai.

A Páscoa é celebrada de modo especial na Eucaristia porque nela se torna presente o nosso Cordeiro pascal e se recebem os ázimos da vida nova e da ressurreição.

Ascensão

A solenidade da Ascensão apresenta como primeira leitura

a narração dos acontecimentos segundo os Actos dos Apóstolos, que se completam com a segunda leitura sobre Cristo exaltado à direita do Pai. Para a leitura do Evangelho, cada ciclo prevê um texto próprio segundo cada um dos evangelistas sinópticos ⁽⁹⁾.

A escolha de Actos 1, 1-11 como primeira leitura é óbvia: contém a narração da Ascensão (vv. 9-11) precedida do sumário do ministério e dos factos pascaes de Jesus (vv. 1-3), e da promessa do dom do Espírito para a missão de testemunho no mundo inteiro (vv. 4-8).

A segunda leitura (Ef 1, 17-23) dá à festa da Ascensão o seu sentido eclesial, já notado para a Páscoa: A Igreja é o Corpo de Cristo, o seu *Plerôma*, de que Ele é a Cabeça (vv. 22 ss.); à Igreja está reservada pelo Pai a herança do Senhor Jesus, ressuscitado e glorificado; ela é chamada desde já, pelo Espírito, a viver esta realidade (v. 17).

O Evangelho de S. Mateus, escolhido para o Ano A, é o testamento de Cristo antes da sua partida: «Foi-me dado todo o poder no céu e na terra»: Jesus é o Senhor, o *Kyrios*, e é no seu poder que os discípulos são enviados a todos os povos.

Note-se o v. 20: «E Eu estou *convosco* todos os dias até ao fim do mundo». Cumpre-se assim a promessa do início do Evangelho (Mt 1, 23): Jesus é o *Emmanuel*, o *Deus connosco*.

O mesmo tema se encontra também no final do Evangelho de Marcos (16, 20: Ano B): os Apóstolos, depois da Ascensão, partem a pregar e o *Senhor actua com eles*.

Em Lucas (24, 46-53: ano C), é explicitado que o Senhor permanecerá com eles e agirá com eles mediante o Espírito do Ressuscitado, a promessa do Pai.

Pentecostes

Na Missa vespertina da Vigília do Pentecostes são propostos quatro textos do Antigo Testamento, à escolha, de modo a ilustrar a múltipla significação da solenidade. A segunda leitura revela a actuação concreta do Espírito na Igreja. O Evangelho recorda a promessa do Espírito, feita por Cristo antes de ser glorificado.

Na Missa do Dia, a primeira leitura é a narração do grande acontecimento do Pentecostes segundo o livro dos Actos dos Apóstolos. A segunda leitura revela os efeitos do Espírito na vida da Igreja. O Evangelho apresenta-nos Jesus com os seus discípulos a quem comunica o Espírito Santo na tarde de Páscoa ⁽¹⁰⁾.

O novo Leccionário mantém, em relação ao precedente, a narração do Pentecostes nos Actos dos Apóstolos (2, 1-11) como primeira leitura, mas substitui a antiga leitura de *Jo* 14, 23-31 (promessa do Paráclito) por *Jo* 20, 19-23 (dom do Espírito na tarde da Ressurreição). João não pretende distinguir os dois momentos (Páscoa e Pentecostes) mas apresentar o Mistério pascal como um todo.

O importante para nós é ver como a Liturgia entende o mistério que hoje se celebra ao proclamar o Evangelho de João em união com a primeira leitura (relato do Pentecostes) e com a segunda (em que S. Paulo recorda o baptismo num mesmo Espírito para formar um só corpo).

Esta segunda leitura (1 *Cor* 12, 3b-7. 12-13) retoma o tema principal das solenidades da Páscoa e da Ascensão: a Igreja, nos seus sacramentos (v. 13: alusão ao Baptismo e à Eucaristia), é constituída, no Espírito, uma só realidade com o Senhor Jesus: o corpo de Cristo. Um só Deus (Pai), um só Senhor, um só Espírito, um só Corpo que é a Igreja (vv. 4-6. 12).

A Igreja, de facto, é a comunhão dos que foram baptizados num mesmo Espírito para formar um só Corpo. Esta chamada a fazer parte do único Corpo é dirigida a todos os povos, pelo ministério dos Apóstolos: estes são enviados de Cristo, como Cristo foi enviado do Pai; por isso, como Ele, recebem o dom do Espírito Santo (Evangelho).

A concluir, podemos notar ainda a dimensão trinitária e eclesiológica de muitas perícopas das três solenidades que, pela sua íntima relação, parecem formar uma única e grande celebração do Mistério pascal: I e II leituras da Páscoa; I e II leituras e Evangelho da Ascensão; e II leituras e Evangelho de Pentecostes.

B. Domingos

A multiplicidade dos temas que emergem das nove leituras de cada domingo é tal que desencoraja uma tentativa de análise em poucas páginas. Daremos só alguns apontamentos para ajudar a descobrir nas várias leituras uma temática principal.

II Domingo

Este segundo domingo da Páscoa situa-se «oito dias depois» dos grandes acontecimentos pascais. É de novo «o primeiro dia da

semana». Muito naturalmente, a Liturgia apresenta-nos, nos três ciclos, o Evangelho de S. João em que Cristo aparece aos Apóstolos com oito dias de intervalo: a primeira vez, estando Tomé ausente; oito dias depois, na presença de Tomé. O Apóstolo tinha mantido uma atitude de reserva e queria verificar, por si mesmo e de maneira física, o facto da ressurreição do Senhor. Mas desde agora é outro o modo de reconhecer Jesus: «Felizes os que acreditam sem terem visto» (*Jo* 20, 29; cf. *Lc* 24: reconheceram-n'O ao partir do pão).

Como primeira leitura, escolheu-se para cada ano um dos quadros dos Actos dos Apóstolos sobre a primeira comunidade de Jerusalém. Na realidade era muito importante, ao manifestar a vida pascal da Igreja (1.^a leitura), sublinhar a fenomenologia da fé cristã. Esta fé sem ter visto, a partir da experiência sacramental da Igreja, caracteriza a primeira comunidade cristã como qualquer comunidade que queira invocar a sua relação a Jesus Cristo.

A segunda leitura desenvolve, nos três ciclos, um aspecto da teologia da Ressurreição: Jesus ressuscitado, nossa regeneração (ano A); os que nascem de Deus vencem o mundo (ano B); Cristo que foi imolado vive para sempre (ano C).

Os temas mais comuns aos três ciclos são: a *Ressurreição do Senhor* como objecto e fundamento da *fé*, como fonte da *vida nova* e da *alegria* dos crentes.

III Domingo

O terceiro domingo, para além do Evangelho de João no ano C, que narra a refeição do Ressuscitado com os Apóstolos junto ao lago Tiberíades (*Jo* 21, 1-19), vem muito bem integrado por duas perícopas de *Lc* 24 que narram outras tantas refeições do Ressuscitado com os seus discípulos:

Com os discípulos de Emaús (ano A) e com os Apóstolos em Jerusalém (ano B). O terceiro domingo adquire assim uma forte dimensão eucarística, reforçada ainda pelo tema do *Cordeiro* na segunda leitura do ano A e do ano C. E a estas leituras faz eco, ainda que implicitamente, a segunda leitura do ano B.

As três leituras dos Actos são tiradas dos discursos de Pedro, testemunha privilegiada da Morte e da Ressurreição de Cristo, Mistério celebrado na Eucaristia.

A segunda leitura continua esta teologia viva da Morte e da Ressurreição: fomos resgatados com o sangue do Cordeiro (ano A),

a vítima de expiação pelos nossos pecados (ano B), o Cordeiro imolado e glorificado (ano C).

Em resumo, podemos assim apresentar uma certa harmonização nos três ciclos.

Evang.: Jesus ressuscitado *aparece* aos seus e *come com eles*.

1.^a leit.: Os Apóstolos *testemunham* a morte e a ressurreição de Cristo;

2.^a leit.: Cristo morto e ressuscitado é o verdadeiro *Cordeiro pascal*.

São estes os três grandes aspectos da Eucaristia: *banquete pascal* na presença do Senhor, no qual se come o verdadeiro *Cordeiro*, dando assim *testemunho* dos acontecimentos pascais.

IV Domingo

O quarto domingo é dedicado ao tema do Bom Pastor, com a leitura, distribuída pelos três ciclos, do capítulo décimo do Evangelho de S. João.

Para não quebrar a série de narrações das aparições do Senhor, as leituras do Bom Pastor, que até aqui ocorriam no segundo domingo depois da Páscoa, são agora atribuídas ao quarto domingo da Páscoa.

A proclamação litúrgica enquadrará a leitura do Evangelho com as outras leituras que o explicitam. Para facilitar a harmonização, antecipa-se no ano A a leitura da 1 Pe 2, 20-25 (Cristo pastor).

V Domingo

É sempre difícil descobrir uma verdadeira e própria harmonização entre as maravilhosas leituras deste domingo. De facto, a leitura continuada dos Actos dos Apóstolos e do Evangelho de S. João não facilitam o paralelismo entre os distintos temas oferecidos pela Palavra proclamada nesta celebração.

Pode talvez reconhecer-se um tema global nas nove leituras deste domingo: a circularidade do amor que abraça na unidade o Pai, o Filho, o Espírito e a Comunidade.

Outro tema dominante é a eleição divina e os ministérios na comunidade: Cristo, pedra *escolhida* e preciosa (1Pe 2, 4); o povo sacerdotal (1Pe 2, 4-9); Apoc 21, 1-5a); os diáconos (Act 6, 1-7), os presbíteros (Act 14, 21-27); Paulo acolhido entre os Apóstolos (Act 9, 26-31).

VI Domingo

É o domingo mais rico em textos pneumatológicos (referentes ao Espírito Santo): no ano A e no ano C em todas as leituras; no ano B na primeira leitura.

O Espírito Santo é o verdadeiro agente das realidades pascais: ressuscita Cristo; é comunicado aos crentes de todas as nações; é ciência verdadeira e força de testemunho; guia os Apóstolos na orientação da Igreja para que prossiga na caridade de Cristo. Assim ela será revestida da glória de Deus e iluminada pela luz do Cordeiro.

VII Domingo

Também para este domingo é difícil descobrir uma harmonização temática no interior de cada ciclo.

A escolha das perícopas dos Actos é claramente influenciada pela posição deste domingo entre a Ascensão e o Pentecostes e, por isso, nos anos A e B lê-se a segunda parte do capítulo primeiro dos Actos dos Apóstolos.

Tendo voltado a Jerusadém, depois da Ascensão do Senhor, os Apóstolos perseveravam unânimes na oração (ano A) e elegeram Matias para o lugar de Judas (ano B). No ano C lê-se a visão de Cristo glorioso por parte de Estêvão e o seu martírio. Como Estêvão, toda a Igreja pode dizer, no Espírito Santo: «Vem, Senhor Jesus» (Apocalipse).

A Igreja vive antecipadamente esta realidade na Eucaristia, pelo Espírito Santo — o amor de Deus infundido nos nossos corações (1 Jo). Assim se realiza a suprema oração de Jesus ao Pai: «Que todos sejam um só, como Tu em Mim e Eu em Ti: que também eles sejam um só em Nós» (Ev. do ano B e C).

Deste modo os discípulos podem ser verdadeiras testemunhas de Jesus mesmo no meio das adversidades (Ev. B; II/A; I/C), participando na alegria e na glória de Cristo.

SÍNTESE TEMÁTICA

Depois de termos feito referência aos critérios gerais da ordenação das leituras no Tempo pascal, indicaremos agora, à maneira de conclusão, alguns critérios particulares em relação a cada uma das leituras.

O Evangelho

Até ao terceiro domingo da Páscoa, as leituras do Evangelho narram as aparições de Cristo ressuscitado. Estes relatos aproximam-nos do mistério da presença do Senhor ressuscitado de que os Apóstolos fizeram a experiência. Esta presença continua hoje e é uma afirmação essencial da nossa fé.

As leituras sobre o Bom Pastor estão atribuídas ao quarto domingo da Páscoa. A alegoria evangélica da relação do Bom Pastor com as suas ovelhas é para ser vivida por nós na nossa relação com o Senhor ressuscitado.

No quinto, sexto e sétimo domingos da Páscoa, continua a fazer-se a leitura do Evangelho segundo S. João, agora com excertos do discurso (dom. V e VI) e da oração do Senhor (dom. VII) depois da última Ceia. O que S. João põe na boca de Jesus, na véspera da sua morte, assume agora uma significação nova mas não menos actual: os cristãos têm de afrontar pessoalmente as provações sabendo que Cristo invisível está presente e age com eles, depois de ter vivido por eles a sua Paixão.

A I Leitura

A primeira leitura é tirada dos Actos dos Apóstolos, num ciclo de três anos, de modo paralelo e progressivo. Apresentam-se assim, em cada ano, algumas passagens sobre a vida, o testemunho e o desenvolvimento da Igreja primitiva:

Dom. II e V: sumários da vida da Comunidade primitiva;

Dom. III e IV: discursos kerigmáticos;

Dom. V: Eleição de diáconos, presbíteros e aceitação de Paulo entre os Apóstolos;

Dom. VI: dom e presença operante do Espírito Santo;

Dom. VII: a escolha dos textos é ditada pela posição deste domingo entre a Ascensão e o Pentecostes. Entre nós, celebra-se neste domingo a solenidade da Ascensão e por isso as leituras são da solenidade.

A II Leitura

Como leitura apostólica (2.^a leitura), lê-se, de forma semi-contínua, a 1.^a Epístola de Pedro no ano A, a 1.^a Epístola de João no ano B, e o Apocalipse no ano C, livros que estão sumamente de

acordo com o sentido de fé jubilosa e firme esperança, próprio do Tempo pascal.

As perícopas quase sempre se harmonizam com o Evangelho e, com esta finalidade, nota-se mesmo uma ou outra mudança de ordem: por exemplo, no II Dom./B é antecipada a leitura de *1 Jo* 5, 1-6 por causa do tema da fé em *Jo* 20. O mesmo se diga em relação ao IV Dom./A em que se antecipa a leitura de *1 Pe* 2, 20-25 (Cristo-pastor).

Em resumo, poderíamos apresentar assim as linhas essenciais do Leccionário do Tempo pascal :

1. *Proclamação dos acontecimentos pascais*: Morte-Ressurreição — Ascensão — Dom do Espírito.
2. Os mistérios pascais são *para nós* a fim de que sejamos participantes da *vida* do Senhor ressuscitado.
3. A proclamação dos acontecimentos pascais e a nossa participação neles acontece principalmente na *Eucaristia*, a *nostra Páscoa*.
4. Na Eucaristia e da Eucaristia provém o *testemunho* pelo dom do Espírito Santo que
 - a) une os irmãos no *amor* tornando-os uma só realidade com o Pai e o Filho;
 - b) anima o exercício dos *carismas* e, em particular, do *ministério* para que a comunidade se estabeleça no amor;
 - c) sustenta os fiéis na adversidade até ao martírio, como sustentou Cristo até à Cruz, para participarem com Ele na sua glória.

Fátima, 20 de Setembro de 1983.

LUÍS RIBEIRO

NOTAS:

- (1) Justino, *Apologia*, I, 67: PG 6, 432.
- (2) S. João Crisóstomo, *In Actus Apostolorum*, *sermo IV*, 5: PG 51, 103.
- (3) *SC* 51.
- (4) *SC* 35.

- (5) *SC* 51.
- (6) *Preliminares do «Ordo Lectionum»*, n. 58. Desde que não se diga o contrário, citaremos sempre a segunda edição típica.
- (7) *Preliminares*, n. 74.
- (8) Cf *Preliminares*, nn. 99-102.
- (9) *Preliminares*, n. 102.

O Tempo Pascal nas Orações do Missal e da Liturgia das Horas

INTRODUÇÃO

A oração cristã celebra o diálogo salvífico de Deus com o homem. Esta celebração realiza-se através da proclamação da Palavra que Deus dirige ao seu povo, e através da oração que acolhe, interpreta e aclama a salvação que Deus oferece na sua Palavra.

O esquema da oração bíblica e eclesial consta essencialmente da Palavra e da respectiva resposta orante. Porém, tornou-se comum chamar oração aos textos que expressam a voz da Igreja. Assim, na Missa temos as chamadas orações presidenciais (Colec-ta, Sobre as Oblatas, Oração Eucarística e Oração depois da Co-munhão) que expressam a Igreja diante de Deus e dos homens: os destinatários são o Pai a Quem é dirigida a oração e o povo que faz sua a oração e a sela com o Amen final.

O Autor do Eclesiástico ou Ben-Sirá descreve-nos o valor das orações com estas palavras:

«Quando eu era ainda jovem, antes de ter viajado, procurei abertamente a sabedoria nas minhas orações. Junto do santuário, tentei apreciá-la e hei-de procurá-la até ao fim da vida. (...) Mal lhe prestei ouvidos, logo a recebi e encontrei para mim grande instrução. Graças a ela fiz progressos, e darei glória Àquele que me concedeu a Sabedoria» (Sir 51, 18.19.21-23).

A pedagogia divina que ensinou os homens da Antiga Aliança a rezar com palavras dignas de Deus, como é o caso dos Salmos, levou a Igreja a compôr orações dignas de Cristo, que Ele, como Cabeça da Igreja, dirige ao Pai em nome do Seu Corpo.

Enquanto que a Sagrada Escritura encerra a Palavra de Deus aos homens, a eucologia ou oracional da Igreja encerra a resposta do homem a Deus. Deste modo, a compreensão do mistério de Deus passa pela escuta da Palavra e da oração. Entra-se no diálogo salvífico escutando a interpelação de Deus e assumindo a resposta da Igreja.

A revelação de Deus na história da salvação compreende-se melhor à luz da oração da Igreja: esta revela ao homem o mistério de Deus e proporciona-lhe o acesso à realização dos mesmos mistérios.

As nossas relações com Deus nascem da fé. A fé ganha corpo na vida e expressa-se em fórmulas. Os textos da oração da Igreja são a melhor fonte, depois da Sagrada Escritura, para conhecer o mistério de Deus e da Igreja. Concebidos no diálogo salvífico, os textos da oração da Igreja partilham a capacidade criadora da Palavra de Deus ao realizarem o que anunciam.

Os textos próprios da oração da Igreja no Tempo Pascal oferecem um precioso contributo à compreensão dos mistérios celebrados no Tempo Pascal.

1 — A EUCOLOGIA DO TEMPO PASCAL

A eucologia é o conjunto de textos que integram um formulário destinado à oração. Distingue-se do Leccionário que contém as leituras e do Antifonário que contém as antífonas e os cânticos.

Os textos eucológicos mais importantes do Missal são as orações da Colecta, Sobre as Oblatas, Prefácio, e Depois da Comunhão. Estes textos próprios proporcionam a cada celebração a sua identidade, e fazem-na realizar o que anuncia. São proferidos pelo presidente da assembleia, e por isso são chamadas orações presidenciais (cfr IGMR 10). O Missal oferece-nos um total de 164 orações, cânticos e outras fórmulas presidenciais. As Colectas são 51 (+2 Vigília e Páscoa e 3 repetidas), as Sobre as Oblatas são 19 (+2 Vigília e Páscoa e 14 repetidas), os Prefácios são 8 e as orações Depois da Comunhão são 19 (+ 2 Vigília e Páscoa e 14 repetidas). Ao conjunto das orações próprias para cada Missa chama-se formulário. O Tempo Pascal tem 33 formulários (+ 2 Vigília e Páscoa): 6 Oitava, 6 Domingos de Páscoa, 1 Ascensão, 2 Pentecostes, 6 Semanas pares (II, IV e VI) com

Colecta própria para cada dia, 6 Semanas ímpares (III e V) com Colecta própria para cada dia e 6 para a VII Semana da Páscoa. Cada formulário expressa a totalidade da celebração: a Colecta descreve a dimensão eclesial da celebração, a Sobre as Oblatas refere-se à dimensão sacramental, o Prefácio proclama a dimensão eucarística e a Depois da Comunhão recorda a dimensão vital e escatológica da celebração. Cada texto concorre, a seu modo, para descrever a totalidade do mistério celebrado.

1.1 — As Colectas do Tempo Pascal

A oração da Colecta é uma oração presidencial e põe em relevo a mediação do sacerdócio, que exerce o seu ministério entre Deus e o povo em nome de Cristo. É pronunciada após o convite e a oração silenciosa do povo, e serve para congregar os sentimentos da assembleia e expressar a fé da Igreja reunida para a celebração de determinado mistério.

A estrutura fundamental da Colecta consta de uma invocação seguida dos atributos divinos correspondentes à Pessoa divina invocada. Recordando o acontecimento celebrado, faz-se uma prece e indica-se a finalidade do pedido. A oração termina com uma conclusão e é selada com a aclamação dos fiéis.

O conteúdo da Colecta põe de relevo a dimensão eclesial do mistério celebrado: o passado e o futuro actualizam-se na celebração do presente. Teologicamente, relaciona e situa o tempo da salvação. Doutrinalmente, relaciona a celebração como a vida.

1.1.1 — O Deus da Páscoa cristã

As Colectas do T. Pascal são todas dirigidas a Deus Pai que é invocado em relação ao mistério pascal. A invocação comum é «*Senhor nosso Deus*», mas aparecem outras como «*Senhor Deus do Universo*», «*eterno e onnipotente*», «*de eterna misericórdia*», «*todo-poderoso*», «*fonte da liberdade e da salvação*» e «*de infinita bondade*».

A invocação na Colecta vai, geralmente, seguida duma frase na relativa, onde Deus é apresentado como autor do acontecimento salvífico que está na origem da celebração. Essas palavras constituem a proclamação do mistério celebrado: «*Senhor, — que todos os anos nos alegrais com a solenidade da Ressurreição de Cristo*» (4 f. Oit.)

- «*que na Páscoa da Nova Aliança ofereceste aos homens o dom da reconciliação e da paz*» (6 f. Oit.)
- «*que reanimais a fé do vosso povo na celebração anual das festas pascais*» (Dom II)
- «*que pelo baptismo aumentais continuamente a vossa Igreja com novos filhos*» (2 f. Oit.)
- «*que abris as portas do reino aos homens renascidos pela água e pelo Espírito Santo*» (3 f. III)
- «*que pela ressurreição de Cristo nos regenerastes para a vida eterna*» (3 f. V)
- «*que neste tempo pascal nos fizestes conhecer mais profundamente a grandeza do vosso amor*» (5 f. III)
- «*que resgatastes o homem elevando-o acima da sua dignidade original*» (5 f. IV)
- «*que na festa do Pentecostes completais os cinquenta dias do mistério pascal*» (Vig. Pent.)
- «*que no mistério do Pentecostes santificais a vossa Igreja, dispersa entre todos os povos e nações*» (Pent.)

1.1.2 — Os dons da Páscoa do Senhor

A Colecta resume e congrega a oração silenciosa da assembleia e dirige um pedido ao Senhor, de acordo com o mistério celebrado, e antes proclamado. Eis alguns dos pedidos das colectas do Tempo pascal:

- «*concedei que, celebrando estas festas na terra, mereçamos chegar às alegrias do céu*» (4 f. Oit.)
- «*fazei que realizemos na vida o que celebramos na fé*» (6 f. Oit.)
- «*concedei-lhes (aos neófitos) a graça de serem fiéis na vida ao sacramento que pela fé receberam*» (2 f. Oit.)
- «*protegei os que nasceram em Cristo*» (Sab III)
- «*concedei àqueles que nasceram pela água do baptismo a graça de viverem unidos na fé e na caridade*» (5 f. Oit.)
- «*fazei que, renascidos pelo sacramento do baptismo, sejam revestidos da vida imortal na glória celeste*» (Sab Oit.)
- «*conduzi-nos à posse das alegrias celestes*» (Dom IV)
- «*concedei-nos a graça de viver dignamente estes dias de alegria em honra de Cristo ressuscitado*» (Dom VI)
- «*fazei crescer em nós o espírito de adopção filial*» (2 f. II)
- «*concedei a graça de manifestar na vida o poder de Cristo ressuscitado*» (3 f. II)

- «*fazei-nos viver em amor constante o mistério que anualmente celebramos na fé*» (4 f. II)
- «*fazei-nos ressuscitar para uma vida nova pelo poder do Espírito Santo*» (6 f. III)
- «*concedei-nos que a nossa vida se conforme plenamente ao mistério que celebramos*» (6 f. V)
- «*que os dons recebidos neste tempo dêem fruto abundante em toda a nossa vida*» (5 f. II)
- «*desça sobre nós a força do Espírito Santo*» (2 f. VII)
- «*concedei que o Espírito Santo venha habitar em nossos corações e se digne estabelecer em nós o templo da sua glória*» (3 f. VII)
- «*fazei que toda a nossa vida seja um testemunho fiel do Senhor ressuscitado*» (Sab VIII)
- «*fazei que, pela acção do Espírito Santo, os povos dispersos se reúnam de novo e todas as línguas proclamem numa só fé a glória do vosso nome*» (Vig. Pent.)
- «*derramai sobre a face da terra os dons do Espírito Santo e renovai hoje na comunidade dos fiéis os prodígios que o vosso amor operou nos primórdios da pregação do Evangelho*» (Pent.)

1.1.3 — A finalidade dos dons pascais

O objecto da oração não é recordar a Deus o que necessitamos, mas fazer-nos tomar consciência dos dons que Deus tem para nos conceder, se nos dignarmos acolhê-los. «*Na oração, as palavras servem para nos estimular e para compreendermos melhor o que pedimos; não pensemos que são necessárias para informar ou forçar a sua vontade*» (S. Agostinho, *A Proba*; Ep. 130, 11, 21: CSEL 44, 63). Ora, para que a graça não seja em vão ou mal administrada, as orações indicam, com frequência, o uso ou finalidade do pedido. Assim, os dons pascais servem:

- «*para que (o povo) goze um dia no céu a alegria que já começou a saborear na terra*» (3 f. Oit.)
- «*para compreendermos melhor as riquezas inesgotáveis do baptismo com que fomos purificados, do Espírito com que fomos regenerados e do Sangue com que fomos redimidos*» (II Dom.)
- «*de modo que a nossa vida corresponda sempre aos mistérios que celebramos*» (VI Dom)

- «*para que demos fruto abundante e cheguemos às alegrias eternas*» (Sab. IV)
- «*para que no meio da instabilidade deste mundo fixemos os nossos corações onde se encontram as verdadeiras alegrias*» (2 f. V)
- «*para que, aspirando sempre aos dons mais excelentes, possamos viver plenamente o mistério pascal*» (Sab VI)

1.2 — As orações Sobre as Oblatas do Tempo Pascal

As orações Sobre as Oblatas, como o próprio nome indica, são rezadas sobre os dons, após a sua colocação no altar para serem oferecidos na oração eucarística e comungados como dons eucarísticos. O sentido desta oração é o realçar a dimensão sacramental da celebração, como actualização do mistério da encarnação e redenção: o Verbo anunciado na Liturgia da Palavra faz-Se carne na Liturgia Eucarística, mediante a conversão dos dons oferecidos no Corpo e Sangue de Cristo. A oração Sobre as Oblatas evoca este mistério, como podemos verificar numa oração que, sob este ponto de vista, podemos considerar um modelo perfeito;

«Senhor, estes dons colocados sobre o vosso altar sejam santificados pelo mesmo Espírito que fecundou com a Sua virtude o Seio da Bem-aventurada Virgem Maria» (Dom IV Advento).

A celebração do mistério pascal no Tempo Pascal é realizada, sobretudo, mediante a comunhão dos «*dons pascais*», também chamados «*mistérios pascais*», como podemos verificar nas orações Sobre as Oblatas:

- «*Recebei, Senhor, as preces, do vosso povo juntamente com estes dons; e o que no mistério pascal teve o seu início, nos sirva, por vossa graça, de remédio para a vida eterna*» (Vig. Pascal: refere-se à origem do mistério pascal dos dons eucarísticos instituídos na Última Ceia e oferecidos na Cruz)
- «*Nós Vos oferecemos estes mistérios (dons) pelos quais a vossa Igreja se alimenta e se renova*» (Páscoa)
- «*Aceitai, Senhor, o sacrifício da redenção humana, e dai-nos, benigno, a saúde da alma e do corpo*» (4 f. Oit)
- «*Realizai bondosamente em nós, Senhor, a misteriosa permuta*

dos dons pascais, a fim de passarmos dos afectos terrenos aos desejos celestes (6 f. Oit)

- *«A continua renovação da nossa redenção seja para nós a causa de alegria eterna»* (3 f. II)
- *«Ó Deus, que em troca desta oblação nos dais a comunhão convosco...»* (4 f. II)
- *«Pela participação nestes sagrados mistérios, fazei que nos elevemos às realidades do Céu»* (Ascensão).
- *«Derramai, Senhor, a benção do vosso Espírito sobre os dons que apresentamos ao vosso altar»* (Pent.)

1.3 — Os Prefácios do Tempo Pascal

O Prefácio é um texto variável na oração eucarística. Serve para proclamar o motivo do louvor e da acção de graças da liturgia eucarística.

Os Prefácios do Tempo Pascal são apenas 8, sendo 2 para a Ascensão, 1 para o Pentecostes e 5 para os outros dias do Tempo Pascal. Cada um destes Prefácios, como é indicado num sub-título canta um aspecto do mistério pascal:

- I — O mistério pascal: a destruição do pecado do mundo e da morte, e a restauração da vida.
- II — A vida nova em Cristo: o renascimento dos filhos da luz para uma vida nova, a abertura das portas do céu, a redenção da nossa morte e a ressurreição da vida.
- III — Cristo vive e intercede por nós: vítima por nós e nosso perpétuo intercessor. Foi sacrificado, mas não morre mais porque vive para sempre nos sinais da Sua paixão.
- IV — A restauração de todas as coisas por meio do mistério pascal: destruição do antigo (pecado e morte), renovação do universo decaído e reparação da integridade da vida em Cristo.
- V — Cristo sacerdote e vítima: ofereceu o Seu Corpo na Cruz e deu cumprimento aos sacrifícios antigos, e, entregando-Se pela nossa salvação, tornou-Se altar, vítima e sacerdote.
- VI — (Ascensão I) O Rei da glória, vencedor do pecado e da morte subiu aos céus para ser mediador de Deus e dos

homens. Não abandonou a nossa humilde condição humana, mas precedeu na glória os membros do Corpo de quem Ele é Cabeça e princípio.

- VII — (Ascensão II) O mistério da Ascensão: o Senhor Jesus subiu ao céu para nos tornar participantes da Sua divindade.
- VIII — (Pentecostes) A descida do Espírito Santo é a plenitude do mistério pascal, a revelação aos povos do mistério escondido, e a união da diversidade de línguas na profissão duma só fé.

1.4 — As orações Depois da Comunhão do Tempo Pascal

«Na oração depois da Comunhão, o sacerdote implora os frutos do mistério celebrado e o povo faz sua esta oração por meio da aclamação: Amen» (IGMR 56). Como toda a oração presidencial, também a oração depois da Comunhão é dirigida a Deus para agradecer os dons eucarísticos e dirigida aos fiéis para lhes recordar o uso que deles devem fazer na vida, fazendo desta dificuldade uma prece ao Senhor. A característica desta oração é a sua dimensão vital e escatológica: relaciona a comunhão com a vida cristã e abre a celebração da vida à vida da celebração. Alguns exemplos:

- «A comunhão do Corpo e Sangue de vosso Filho nos purifique do velho pecado e nos transforme em nova criatura» (4 f. Oit)
- «O sagrado banquete da nossa redenção nos auxilie na vida presente e nos prepare para as alegrias eternas» (5 f. Oit)
- «À vossa Igreja, peregrina sobre a terra, Vós concedeis a familiaridade com as realidades divinas; suscitai em nós o desejo ardente da morada eterna, onde Cristo introduziu a nossa humanidade» (Ascensão)
- «A participação nos vossos mistérios nos comunique o fervor do Espírito Santo que destes aos vossos Apóstolos no dia de Pentecostes» (Vig. Pentec.)

Resumindo a mensagem das orações Depois da Comunhão, podemos concluir que o Tempo Pascal é o tempo da experiência

pascal, através dos sacramentos pascais recebidos na Comunhão. A liturgia pascal ilumina com a palavra e renova com os dons pascais, para que dos sinais sacramentais se passe à realidade dos bens eternos (cfr 5 f. VII). A comunhão dos dons pascais cria em nós a familiaridade com as realidades divinas, de modo que a união do divino com o humano na terra (encarnação e comunhão) conduz à introdução da nossa humanidade na morada celeste (cfr. Ascensão). A comunhão é um dom pascal, alimento espiritual, onde opera sempre o poder do Espírito Santo (cfr Pentec.) que é comunicado à Igreja em cada celebração eucarística, como no dia de Pentecostes (cfr Vig. Pentec.)

1.5 — A temática das orações do Missal no Tempo Pascal

As orações do Tempo Pascal oferecem-nos uma grande variedade de temas sem uma grande unidade lógica. Desenvolvem a ideia da plenitude já presente, o que se torna difícil de exprimir tematicamente. Poderíamos resumir as ideias essenciais, expressas ao longo dos Domingos de Páscoa:

- I — Natureza do Mistério Pascal.
- II — Conhecimento do Mistério Pascal nos sinais da água, do Espírito e Sangue.
- III — O valor do Mistério Pascal na dignidade filial e na esperança da ressurreição.
- IV — A força do Mistério Pascal : o poderoso Pastor conduz o pequeno rebanho.
- V — Os frutos do Mistério Pascal são a verdadeira liberdade e herança.
- VI — A eficácia do Mistério Pascal na vida.

Ascensão — O fim do Mistério Pascal é conduzir à glória da Cabeça os membros do Corpo.

Pentecostes — A universalidade do Mistério Pascal que santifica todos os povos, renovando os prodígios da Igreja nascente.

A síntese da temática das orações de cada um dos dias do Tempo Pascal oferece-nos uma panorâmica da riqueza da oração da Igreja:

Páscoa	A abertura das portas do céu. Ressurreição para uma vida nova pela graça renovadora do Espírito (Colecta). Nascimento e edificação da Igreja (Sob. Oblatas)
2 f.	A vida dos baptizados é uma vida de ressuscitados: exprimir na vida o sacramento recebido na fé.
3 f.	Alcançar a liberdade perfeita
4 f.	Passar das festas pascais às alegrias eternas
5 f.	Os mais diversos povos unidos na fé e na caridade
6 f.	O mistério pascal é o dom da reconciliação e da paz
Sáb.	Os baptizados são revestidos da vida imortal
Dom. II	A compreensão do mistério pascal no Baptismo que nos purificou. Espírito que nos regenerou, Sangue que nos redimiu.
2 f.	Fazer crescer o espírito filial em nossos corações.
3 f.	Manifestar na vida o poder de Cristo ressuscitado.
4 f.	O mistério pascal restaura a dignidade da natureza humana na esperança da ressurreição. Viver em amor constante o mistério que anualmente celebramos na fé.

5 f.	Os dons recebidos no tempo pascal dão fruto abundante em toda a vida.
6 f.	A graça da ressurreição liberta-nos do poder do inimigo.
Sáb.	Os frutos da redenção e da filiação adoptiva são a verdadeira liberdade e a herança eterna.
Dom. III	A renovada juventude da alma, restituída à glória adopção divina, na esperança do dia da ressurreição.
2 f.	A verdadeira identidade dos cristãos encontra-se na rejeição do que é indigno do seu nome e na fidelidade às exigências da fé.
3 f.	A abertura das portas do reino aos renascidos pela água e pelo Espírito Santo.
4 f.	A graça da fé faz-nos participar na ressurreição de Cristo.
5 f.	Livres das trevas do pecado podemos aderir mais firmemente à palavra de vida eterna.
6 f.	O anúncio da ressurreição do Senhor faz-nos ressuscitar para uma vida nova pelo poder do Espírito Santo.
Sáb.	A renovação baptismal protege os que renasceram em Cristo para conservarem os dons da graça.
Dom. IV	O pequeno rebanho conduzido pelo poderoso Pastor às pastagens eternas.
2 f.	A humilhação de Cristo levantou o mundo decaído.

3 f.	A celebração dos mistérios de Cristo ressuscitado aumenta a alegria da redenção.
4 f.	A abundância dos dons pascais sacia a sede das promessas.
5 f.	O sacramento do Baptismo resgata o homem e eleva-o acima da sua dignidade original.
6 f.	Os redimidos no Sangue de Cristo vivem por Cristo e em Cristo, onde encontram a felicidade eterna.
Sáb.	A vivência do mistério pascal produz fruto abundante e conduz às alegrias eternas.
Dom. V	Os frutos da redenção e da filiação adoptiva são a verdadeira liberdade e a herança eterna.
2 f.	A união dos fiéis num único desejo consiste em amar o que Deus manda, esperar o que Ele promete e fixar os corações onde se encontram as verdadeiras alegrias.
3 f.	O mistério pascal fortalece a fé e a esperança para não duvidarmos do cumprimento das promessas.
4 f.	Viver na luz da verdade
5 f.	A perseverança dos que foram justificados pela fé.
6 f.	Conformar a vida ao mistério pascal.
Sáb.	O Baptismo regenera para a esperança da imortalidade.
Dom. VI	A vida deve corresponder sempre aos mistérios que celebramos.

2 f.	Os dons recebidos no tempo pascal dão fruto abundante em toda a vida.
3 f.	A renovada juventude da alma, restituída à glória da adoção divina, na esperança do dia da ressurreição.
4 f.	A celebração do mistério da ressurreição conduz à alegria com todos os Santos no retorno glorioso.
5 f.	Os mistérios da redenção conduzem à alegria da ressurreição.
6 f.	Pela pregação do Evangelho realiza-se a obra da salvação e estende-se a todos os homens a plenitude da adoção filial.
Sáb.	A vivência do mistério pascal conduz aos dons mais excelentes.
Dom. VII Ascens.	A ascensão de Cristo é a nossa esperança A Cabeça precede na glória os membros do Corpo
2 f.	O Espírito Santo ajuda a conhecer a vontade de Deus para a testemunhar na prática das boas obras.
3 f.	O Espírito Santo habita nos nossos corações, onde estabeleceu o templo da Sua glória.
4 f.	O Espírito Santo reúne a Igreja e coloca-a ao serviço de Deus na unidade.
5 f.	O Espírito Santo transforma interiormente e cria um coração novo.
6 f.	A glorificação de Cristo e a vinda do Espírito Santo abriram as portas da vida eterna.

Sáb.	As festas pascais devem conduzir a um testemunho fiel do Senhor ressuscitado.
Vig. Pentec.	O Pentecostes completa os cinquenta dias do mistério pascal: pela acção do Espírito Santo os povos dispersos reúnem-se de novo na profissão da mesma fé.
Pentec.	O mistério do Pentecostes santifica a Igreja dispersa entre os povos e nações, e renova na comunidade dos fiéis os prodígios dos primórdios da pregação do Evangelho.

2 — O ANTIFONÁRIO DO TEMPO PASCAL

2.1 — As Antífonas de Entrada

Os Cânticos de Entrada ⁽¹⁾ destinam-se a acompanhar o rito de entrada. «*A finalidade deste cântico é dar começo à celebração, estabelecer a união dos fiéis reunidos e introduzi-los no mistério do tempo litúrgico ou da festa*» (IGMR 25).

A característica própria dos Cânticos de Entrada é a de introduzir no mistério do tempo litúrgico. Juntamente com os restantes textos, o Cântico de Entrada canta o mistério celebrado, introduzindo-o e convidando à sua celebração.

Os Cânticos de Entrada do Tempo Pascal foram escolhidos segundo o critério da tradição e em ordem à realização da sua função. O Missal oferece 34 Antífonas diferentes, para o Tempo Pascal, agrupando as férias pares (II, IV, VI) e as ímpares (III, V). Para os Domingos e Oitava temos a proclamação do mistério pascal nas suas grandes fases:

- «*O Senhor ressuscitou verdadeiramente*» (Páscoa)
- «*Como crianças recém-nascidas, desejai o leite puro*» (Dom. II)
- «*Homens da Galileia, porque estais a olhar para o céu? Como*

(1) — (Cfr. IGMR 17 e a interessante reflexão litúrgico-pastoral: *O Canto de Entrada da Missa*, in *Boletim de Música Litúrgica* n. 48 (1982) 2-7).

vistes Jesus subir ao céu, assim há-de voltar na sua glória»
(Ascens.)

— «*O Espírito do Senhor encheu a terra inteira*» (Pentec.)

Os dias feriais apresentam uma temática comum, expressa em três formulários diferentes (II = IV = VI + III = V + VII) :

Segunda-feira **Cristo ressuscitado** : «*Ressuscitou o Bom Pastor*»
(2 f. III)

Terça-feira **O triunfo dos ressuscitados no fim dos tempos** :
«*louvai o nosso Deus porque nos veio a salvação*»
(3 f. III)

Quarta-feira **O cântico dos redimidos** : «*A minha boca está cheia do vosso louvor*» (4 f. III)

Quinta-feira **O novo Êxodo**: «*Quando saíste, Senhor, à frente do vosso povo*» (5 f. II)

Sexta-feira **A salvação no Sangue de Cristo ressuscitado** : «*Vós nos resgatastes, Senhor, com o vosso Sangue*»
(6 f. II)

Sábado **A vida nova em Cristo ressuscitado**: «*Com Cristo fostes sepultados no Baptismo e também com Ele fostes ressuscitados pela fé*» (Sab II)

2.2 — As Antifonas de Comunhão do Tempo Pascal

A Antífona de Comunhão, com o respectivo cântico, destina-se a acompanhar o rito da Comunhão, proclamando o seu mistério. A Comunhão é o ponto culminante de toda a celebração: por ela se realiza o banquete pascal, comungar é celebrar a Páscoa. A Antífona de Comunhão é particularmente importante no Tempo Pascal, porque ensina o modo como se celebra e se vive a Páscoa. O Missal apresenta 3 Antifonas diferentes para o Tempo Pascal e destinadas aos Domingos e Oitava, dias feriais das semanas pares (II, IV, VI) e ímpares (III, V) e última semana (VII).

Uma breve leitura demonstra bem a importância destes textos :

- «*Os discípulos conheceram o Senhor Jesus na fracção do pão*» (4 f. Oit)
- «*Põe aqui a mão e reconhece o lugar dos cravos, e não sejas incrédulo, mas crente*» (Dom II)
- «*Eu sou a videira verdadeira, e vós sois os ramos. Aquele que permanece em Mim e Eu nele, esse dará muito fruto*» (Dom V)
- «*Eis que Eu estarei convosco todos os dias até ao fim dos tempos*» (Ascensão)
- «*No último dia da festa, Jesus exclamava em alta voz: Se alguém tem sede, venha a Mim e beba*» (Vig. Pentec.)
- «*Todos ficaram cheios do Espírito Santo e proclamavam as maravilhas de Deus*» (Pentecostes)

As Antífonas de Comunhão convidam-nos a fazer a experiência do Senhor ressuscitado, mediante a Comunhão, onde Ele se torna tão presente à Igreja dos nossos dias como no tempo que procedeu à Ascensão. A Igreja aprende com os Apóstolos a reconhecer Jesus ressuscitado nos sinais sacramentais que O tornam presente.

3 — A LITURGIA DAS HORAS DO TEMPO PASCAL

A Liturgia das Horas do Tempo Pascal oferece-nos um precioso contributo à compreensão e celebração do mistério pascal, na continuação do que acontece no Tríduo Pascal, objecto da nossa exposição no último Encontro Nacional.

Todos os textos da Liturgia das Horas, e cada um a seu modo, proclamam o mistério pascal de Cristo. A celebração contemplativa deste mistério associa a Igreja de tal modo ao mistério pascal de Cristo que bem se poderia falar da celebração do mistério pascal da Igreja de Cristo. Assim como na Celebração da Eucaristia o que celebra a Páscoa passa a fazer parte dos redimidos, de igual modo o que celebra a Liturgia das Horas contempla a obra da redenção realizada nele. Todos os textos proclamam o mistério pascal de Cristo, e se bem que nem todos falem de Cristo, todos se referem ao Cristo total, ou Corpo de Cristo ressuscitado e presente na Sua Igreja.

A abundância de textos não nos permite uma análise detalhada para esta breve exposição, mas é possível a apresentação dos textos e a metodologia da oração da Igreja no Tempo Pascal.

3.1 — A oração dos Salmos

No Tempo Pascal todo o Saltério da Liturgia das Horas é rezado à luz do mistério pascal. Há uma série de Salmos próprios para este tempo, escolhidos pelo seu carácter pascal e Salmos comuns, que recebem, por meio da Antífona própria do tempo, uma interpretação pascal.

A oração pascal do Saltério proporciona à oração das Horas uma riqueza insondável: todos os Salmos proclamam o mistério pascal de Cristo, e isto segundo uma boa tradição da Igreja. A ressurreição de Jesus deu origem a uma nova leitura e uma nova oração dos Salmos, como Jesus ensinou: *«Foram estas as palavras que vos dirigi, quando estava ainda convosco: tem de se cumprir tudo o que está escrito a Meu respeito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos. Abrãulhes então o entendimento para que entendessem as Escrituras»* (Lc 24, 44-45). A Liturgia das Horas dá-nos a chave da leitura cristã dos Salmos.

Sabemos que na distribuição dos Salmos pelo Ofício, *«para o Domingo foram escolhidos aqueles Salmos que, segundo a tradição, melhor traduzem o mistério pascal»* (IGLH 129). Estes Salmos encontram-se com frequência no Tempo Pascal, onde recebem com todo o Saltério o colorido especial duma interpretação pascal que imprime à oração da Igreja o seu carácter pascal: oração de Cristo ressuscitado a interceder ao Pai pelos homens que redimiu com a Sua Paixão, Morte e Ressurreição.

3.2 — As Antífonas da Liturgia das Horas

As Antífonas da Liturgia das Horas do Tempo Pascal da Segunda-Feira da Oitava da Páscoa até ao Pentecostes são cerca de 190, o que significa uma grande variedade de temas que desenvolvem e descrevem o mistério pascal na perspectiva da oração. Estas Antífonas imprimem à oração o carácter celebrativo dos mistérios da Páscoa do Senhor. Merecem uma particular atenção as Antífonas do Benedictus e do Magnificat pela evocação que

fazem das Leituras da Missa, a modo de anúncio (no Benedictus) e de eco ou memória (no Magnificat) da Palavra do Senhor por excelência.

3.3 — Os Responsórios

«*A finalidade dos Responsórios é projectar sobre a leitura precedente nova luz que ajude a compreendê-la melhor*» (IGLH 169). Os Responsórios desempenham na Liturgia das Horas a mesma função do Salmo Responsorial na Missa : servem para aclamar e interpretar a palavra de Deus. Na Liturgia das Horas são particularmente importantes os Responsórios do Ofício de Leitura. Por vezes são mesmo necessários para se compreender o conteúdo da mensagem e a resposta a dar-lhe na vida cristã.

Os Responsórios de Laudes, Vésperas, Completas e Horas Menores são mais aclamativos, e «*a sua finalidade é fazer penetrar mais profundamente a Palavra de Deus no espírito do ouvinte ou leitor*» (IGLH 172). Na Páscoa e sua Oitava em lugar do Responsorio de Laudes e Vésperas diz-se sempre: «*Este é o dia que o Senhor fez: exultemos e cantemos de alegria. Aleluia*».

Todos os Responsórios aclamam e interpretam a Palavra que proclama os grandes feitos da Páscoa do Senhor, que, por sua vez, constituem a matéria e o motivo da alegria pascal.

3.4 — As Preces da Liturgia das Horas

As Preces são outro elemento importante na celebração do mistério pascal do Senhor. Uma grande parte das Preces é dirigida a Jesus ressuscitado, proclamando a obra da redenção e invocando os benefícios do mistério pascal para todos aqueles por quem Cristo o realizou:

- «*Senhor Jesus Cristo, que vencestes o poder do inferno e do pecado, dai-nos, hoje e sempre, a vitória sobre o mal*» (Laudes 2 f. Oit)
- «*Vós que destruístes o poder da morte, dirige hoje os nossos passos pelo caminho da vida nova*» (Laudes 2 f. Oit)

Sendo de composição eclesiástica, as Preces proclamam o mistério pascal de Cristo e abrem-no à vida dos fiéis, convidando-

-os a realizar na vida o mesmo mistério pascal de Paixão, Morte e Ressurreição, a exemplo de Cristo.

3.6 — As orações conclusivas da Liturgia das Horas

As orações conclusivas da Liturgia das Horas são as Colectas da Missa do respectivo dia, já analisadas anteriormente.

3.5 — Os Hinos da Liturgia das Horas do Tempo Pascal

«Mais do que outros elementos do Ofício, os hinos marcam logo de entrada a característica peculiar de cada Hora ou de cada festa, movendo e aliciando os ânimos a uma piedosa celebração» (IGLH 173).

4 — O TEMPO PASCAL NA ORAÇÃO DA IGREJA

A oração da Igreja apresenta o Tempo Pascal como um dom de Deus concedido em ordem a um conhecimento mais profundo do amor de Deus (cfr Col 5 f. III). Durante este tempo proclama-se o anúncio da ressurreição como convite aos homens a uma vida nova (cfr Col 6 f. III Pc Dom V). Celebram-se os mistérios pascais na alegria pascal (So Pásce), também chamada *«alegria da redenção»* (Col 3 f. IV) ou *«alegria da ressurreição»* (Col 5 f. VI).

As celebrações do Tempo Pascal servem para celebrar a fé dos fiéis (Col 4 f. II; Col 3 f. IV), aumentar a alegria da redenção, reanimar a fé do povo (Col Dom II), saborear as alegrias celestes (Col 4 f. Oit; Col 4 f. VII), renovar e fortalecer o povo com a graça celeste (Col 3 f. Oit) e para conformar a vida ao mistério celebrado (Col 6 f. V; Col Dom VI).

As celebrações do mistério pascal são o *«acto sempre renovado da nossa redenção»* (So Sab Oit) e duram cinquenta dias, (Col Vig. Pent). Os mistérios pascais são uma graça (Pc 2 f. Oit) renovadora (Pc Pásce), também chamados *«mistério da redenção»* (Col 5 f. VI) e *«mistério da ressurreição»* (Col 4 f. VI), pelos quais Deus restaura a dignidade da natureza humana (Col 4 f. II) e abre as portas da eternidade (Col Pásce; Col 6 f. VI dep Ascens).

As festas pascais encontram o seu momento alto no «*sagrado banquete da nossa redenção*» (Pc 5 f. Oit), onde se recebe o sacramento pascal (Pc Dom II) e se realiza a «*misteriosa permuta dos dons pascais*» (So 6 f. Oit), que «*nos purifica do velho pecado e nos transforma em nova criatura*» (Pc 4 f. Oit). Neste sentido a expressão «*mistério pascal*» é sinónimo de «*sacramento pascal*» (Pc Dom II), «*dons pascais*» (So 6 f. Oit), «*mistérios*» (Pc Dom V), que realizam a passagem «*do velho pecado à vida nova da graça*» (Pc Dom V) e renovam a Igreja (Pc Sab Oit; Pc Dom III).

O Tempo Pascal é a festa dos baptizados. Prolonga a celebração da Vigília Pascal e convida a reviver os sacramentos da Iniciação Cristã: «*para compreendermos melhor as riquezas inesgotáveis do Baptismo com que fomos purificados, do Espírito com que fomos regenerados e do Sangue com que fomos redimidos*» (Col Dom II). O Baptismo regenera (Col 5 f. IV), renova nas águas os que acreditam (Col Sab III; Col Sab. IV; So 2 f. Oit; So Dom II), faz renascer pela água (Col 5 f. Oit; Col Sab Oit) e pelo Espírito Santo (Col 3 f. III) para a vida eterna (Col Sab V), purifica (Col Dom II) e aumenta a Igreja com novos filhos (Col 2 f. Oit). O Baptismo faz dos homens filhos adoptivos (Col Dom V), restituindo-os «*à glória da adopção divina*» (Col Dom III). Por este sacramento pascal é oferecido aos homens «*o dom da reconciliação e da paz*» (Col 6 f. Oit).

O Tempo Pascal é o tempo da manifestação e doação do Espírito Santo regenerador. A oração da Igreja celebra a presença e acção Espírito Santo na vida dos fiéis, sobretudo na VII Semana, como preparação para o Pentecostes. O Espírito Snto renova as almas (Col Páscoa; So 6 f. VII), habita no coração dos baptizados onde estabeleceu o templo da sua glória (Col 3 f. VII), transforma interiormente e cria corações novos (Col 5 f. VII), ressuscita para uma vida nova (Col 6 f. III), reúne a Igreja (Col 4 f. VII; Col Vig. Pent), é a remissão dos pecados (So Sab VII), revela o mistério pascal (So Pent), dá a conhecer a vontade de Deus (Col 2 f. VII) e abre as portas da vida eterna (Col 6 f. VII).

Todo o mistério pascal se encerra na Eucaristia, por onde se comunicam aos fiéis os dons pascais da Paixão, Morte, Ressurreição, Ascensão do Senhor e descida do Espírito Santo. O Tempo Pascal torna-se, assim, o verdadeiro tempo da mistagogia, onde se faz a experiência dos sacramentos da Iniciação Cristã.

Resumindo, podemos concluir que o Tempo Pascal serve para

celebrar e aprofundar melhor o conhecimento do mistério pascal de Cristo. A celebração da Páscoa prolonga-se por cinquenta dias, a fim de permitir à vida cristã a necessária aprendizagem, para que corresponda aos mistérios celebrados na Vigília Pascal. As celebrações do Tempo Pascal visam a criação duma vida que seja prelúdio da Páscoa eterna, já antecipada no tempo da Igreja peregrina em cada um de nós.

Fátima, 20 de Setembro de 1983.

P. PEDRO FERREIRA, OCD

A Igreja e o Tempo Pascal

As mulheres que tinham vindo com Jesus da Galileia, observaram o túmulo e viram como o corpo de Jesus fora depositado. Depois regressaram a casa e prepararam aromas e perfumes. Mas por ter começado o sábado judaico, observaram o descanso, conforme o preceito. No primeiro dia da semana, o nosso domingo, ao romper da alva, foram ao sepulcro, levando os perfumes que tinham preparado. Encontraram a pedra do túmulo removida e, entrando, não acharam o corpo do Senhor Jesus. Estando elas perplexas com o caso, apareceram-lhes dois homens vestidos de branco que lhes perguntaram: «Porque buscais entre os mortos Aquele que vive? Não está aqui; ressuscitou» ⁽¹⁾.

Foi assim a primeira «celebração» da Páscoa: algumas mulheres, uns perfumes, um túmulo vazio, dois homens com trajes resplandecentes, uma pergunta que fica sem resposta e uma afirmação nunca ouvida: — Ressuscitou!

A notícia passa de boca em boca. Primeiro, as mulheres vão dizê-la aos discípulos. Alguns correm ao sepulcro onde encontram apenas as ligaduras no chão e o lençol que envolvera o corpo de Jesus, enrolado, num lugar à parte. Nada mais. E regressaram a casa.

Entretanto, Maria Madalena continuava ali, da parte de fora do sepulcro, a chorar. De repente, voltou-se para trás e viu Jesus, de pé, mas sem saber que era Ele. Pensando que era o hortelão, ela disse-lhe: «Se tu O levaste, diz-me onde O puseste e eu irei buscá-l'O». Disse Jesus: «Maria» ⁽²⁾. Abriram-se-lhe os olhos e ela reconheceu-O. E foi dar a boa nova aos discípulos: «Vi o

(1) — Lc 24, 5-6.

(2) — Jo 20, 15-16.

Senhor e falei com Ele» ⁽³⁾. Era a segunda «celebração» da Páscoa.

Nesse mesmo dia, Jesus apareceu ainda aos discípulos de Emaús e à tardinha aos onze, fechados numa casa com medo dos judeus. Imaginemos o que tais aparições realizavam no coração daqueles homens e daquelas mulheres que tinham sido testemunhas dos acontecimentos dos últimos dias! Eles que tinham sido mergulhados numa tristeza mortal, viam-se agora inundados duma alegria indescritível. Três dias antes, todas as suas esperanças tinham sido desfeitas, e de repente descobrem que essas esperanças são agora mais firmes do que três dias atrás. Sim, é verdade. Jesus está ali, diante deles, vivo. Come com eles. Fala-lhes. Dá-lhes provas de que não é um fantasma, nem uma ilusão, nem um sonho. Depois desaparece.

Não se mostra durante toda a semana. Para onde foi? Para junto do Pai, certamente. E o grupo dos discípulos, o que faz entretanto? Não sabemos. Mas «oito dias depois» estavam outra vez todos em casa. Na mesma casa, supomos. Ninguém faltava. Nem mesmo Tomé, o ausente de há oito dias. Veio Jesus, estando as portas fechadas. Apresentou-se no meio deles e censurou a falta de fé do discípulo que O não vira uma semana antes e não acreditara no testemunho dos outros dez. Mostrou-lhe as mãos e os pés, onde se viam ainda os sinais da crucificação e eles compreenderam que a Cruz é inseparável da Ressurreição. E de novo os deixa ⁽⁴⁾.

Jesus apareceu-lhes ainda diversas vezes durante quarenta dias. Depois subiu aos céus, donde lhes enviou o Espírito Santo prometido ⁽⁵⁾.

Assim terminou a primeira etapa da vida da Igreja, tempo muito importante durante o qual ela fez três experiências: a primeira antes da Paixão, desde a tarde em que Jesus chamara os primeiros discípulos, começara a ensiná-los, vivera dia a dia com eles, anunciara o reino de Deus às multidões, fizera milagres e prodígios; a segunda durante os dias da Paixão e sepultura do Senhor, tempo de trevas, de tristeza, de escuridão e de dúvida; o terceiro a partir da manhã da Ressurreição, quando ela descobre

(3) — Jo 20, 18.

(4) — cf. Jo 20, 26-29.

(5) — cf. Actos 1, 3-5.

que Jesus está vivo, embora nem sempre se deixe ver. Tempo complementar dos anteriores, durante o qual Jesus continua a ensinar os discípulos por palavras e gestos simbólicos: aos de Emaús explica-lhes o sentido das Escrituras e parte-lhes o pão; aos dez amedrontados saúda-os, deseja-lhes a paz, come à vista deles, dá-lhes o Espírito Santo; a Tomé ensina-o a acreditar; faz com que as redes que nada tinham apanhado durante toda a noite, a custo sejam arrastadas para terra devido à grande quantidade de peixe; prepara uma refeição para os amigos que andavam na faina do mar e nomeia Pedro responsável das suas ovelhas. E um dia despede-se deles e enquanto se eleva nos céus, uma nuvem esconde-O a seus olhos.

A partir de então, conduzida pelo Espírito do Pentecostes que a anima como Senhor e fonte de vida, a Igreja organiza pouco a pouco a sua liturgia e a experiência que fizera durante esses Cinquenta dias deu origem, a partir dos meados do século II, àquilo que hoje chamamos o TEMPO PASCAL.

Um tempo para nascer e para crescer

Quando, aí pelos meados do século II, os documentos nos falam pela primeira vez da celebração da Páscoa, apresentam-na como uma festa que se estende por Cinquenta dias, numa clara alusão ao espaço de tempo em que Jesus, depois de ressuscitar dos mortos, apareceu aos discípulos, subiu aos céus e lhes enviou o Espírito Santo.

Desde a sua origem o Tempo Pascal, a que nos primeiros séculos se chamou Pentecostes, é um tempo de festa de Cristo Ressuscitado, vencedor do mal e da morte. Antes de ser uma criação da Igreja ele foi um dom de Jesus à própria Igreja, um tempo em que Ele viveu com os discípulos a sua vida nova e ensinou a comunidade cristã a vivê-la e a celebrá-la com Ele.

Não admira, por isso, que desde muito cedo o Tempo Pascal tenha sido um tempo sacramental em que o Senhor comunicava à Igreja a plenitude do seu mistério nos sacramentos pascaís da Iniciação cristã. Efectivamente, se a Vigília Pascal foi desde sempre o momento próprio do nascimento cristão dos adultos «pela água e pelo Espírito», no termo da preparação catecumenal, os Cinquenta dias que se lhe seguiam foram sempre aqueles em que os novos baptizados aprendiam a crescer em comunhão com o Senhor ressuscitado e vivo no meio deles.

A vida nascida na Vigília crescia e tornava-se mais pujante no Tempo Pascal. A semana a seguir ao Domingo da Ressurreição era dedicada, de modo muito particular, aos novos baptizados. Esta semana nasceu da necessidade de lhes dar uma catequese, feita simultaneamente de explicações dos ritos sacramentais e de aprofundamento espiritual. Os bispos falavam aos neófitos num tom simples e familiar, próprio de pais que se dirigem a filhos ainda pequenos e débeis na fé, embora adultos na idade. E de essas homilias que nascem as «Catequese mistagógicas», modelos de explicação dos mistérios sacramentais.

Passada a primeira semana, chegava o Domingo, o nosso actual II Domingo da Páscoa. Os baptizados na Noite pascal, tinham andado vestidos de branco toda a semana. Neste Domingo eles vinham pela primeira vez à assembleia litúrgica vestidos como toda a gente e tomavam lugar entre o povo. E o bispo quem preside à celebração. Ao chegar o momento da homilia ele começa por explicar o mistério do oitavo dia, o Domingo, «sacramento da felicidade eterna que nos espera» ⁽⁶⁾. Em seguida, dirige-se de modo particular ao grupo dos recém-baptizados, aos quais chama «tenros rebentos de santidade... por nós plantados e regados no campo de Deus, o único que os faz crescer» ⁽⁷⁾. A palavra torna-se-lhe triste ao pensar que eles vão partir, cada um para a sua terra, e que só daqui por muito tempo a igreja, onde neste momento todos se encontram reunidos, voltará a ver tão grande multidão. Preocupa-se com o que lhes possa vir a acontecer. Pedes-lhes que vivam em caridade. E despede-os, de lágrimas nos olhos e voz embargada pela comoção, para a vida quotidiana, dizendo: «Terminaram os dias de festa. A estes dias vão seguir-se dias de contratos, de acções contra os devedores, de processos. Examinai, meus irmãos, como vos deveis conduzir no meio destas ocupações. O repouso dos dias que acabam de passar, deve ter-vos inspirado sentimentos de doçura, não pensamentos de contenda» ⁽⁸⁾.

A assembleia abandona a basílica no meio de grande júbilo misturado de alguma nostalgia. Cá fora são os abraços e os adeus de amigos que viveram juntos desde o início da Quaresma, que

(6) — *S. Agostinho, sermão 259.*

(7) — *S. Agostinho, sermão 259.*

(8) — *S. Agostinho, sermão 259.*

aprenderam a conhecer-se e a apreciar-se mutuamente, que encontraram acolhimento e hospedagem em casa de outros amigos e agora partem...

Dura apenas um momento essa tristeza. A alegria pascal volta a inundar os corações de quantos receberam a Vida nova. Nos seus ouvidos ecoam de novo as palavras dos catequistas que os ensinaram (os doutores) e principalmente do bispo que os acompanhou sempre de muito perto: «Nós aprendemos da tradição a celebrar o Tempo Pascal com mais alegria, como pessoas que ressuscitaram com Cristo e gozam do seu reino. É por isso que nós não dobramos o joelho para rezar nem nos mortificamos pelo jejum durante esta festa, mas aprendemos a mostrar em nós a imagem do repouso esperado do céu» ⁽⁹⁾.

Cultivar a alegria, rezar sempre de pé para que essa atitude, diferente da postura corporal durante o resto do ano, que é de joelhos, lhes recorde a condição de libertados em que se encontram graças à Ressurreição do Senhor, não jejuar em nenhum desses Cinquenta dias, eles que observarão o jejum todas as quartas e sextas-feiras do resto do ano. Como podem jejuar no Tempo Pascal se o Noivo está com eles? «Nós não jejuamos durante o Tempo Pascal porque nesses dias o Senhor permanece connosco. Nós não jejuamos porque o Senhor está no meio de nós. Porque havia de abster-se o corpo de alimento quando a alma está repleta da presença do Senhor? Não pode estar em jejum aquele que se alimenta com a graça do Salvador, pois a companhia de Cristo é, de algum modo, o alimento do cristão. Portanto, nós estamos saciados durante o Tempo Pascal, porque o Senhor vive connosco. Quando, depois destes dias, Ele subir aos céus, nós jejuaremos de novo como o disse o mesmo Salvador... Com efeito, quando Cristo sobe ao céu e é arrancado aos nossos olhos, nós sofreremos não de fome corporal, mas de fome de amor» ⁽¹⁰⁾.

Os Bispos desses séculos recuados, responsáveis de pequenas comunidades de fiéis, não descuravam esta catequese mistagógica dos sinais, dos gestos e das atitudes que exprimiam as realidades mais profundas da fé. E sabiam encher essas explicações de conteúdo bíblico, o que as torna para nós, ainda hoje,

(9) — *Eusébio de Cesareia, Vita Constantini*, IV, 64.

(10) — *Máximo de Turim, Homília* 44.

ricas e frescas, como o eram certamente para os cristãos de antanho.

Não estarão as citações que acabamos de fazer de alguns textos antigos a convidar-nos a reflectir sobre a pobreza das explicações e justificações que damos a muito do que fazemos e cantamos na liturgia? Não será preciso voltar a fazer uma catequese espiritual do sinal da cruz, do ajoelhar e do rezar de pé, do jejuar e do não jejuar, do cantar aleluia no Tempo Pascal e do não cantá-lo na Quaresma como por vezes se ouve em emissões da Rádio e da TV ou em reuniões não litúrgicas de jovens mas que são, certamente, uma deseducação da sua sensibilidade litúrgica?

É que o Tempo Pascal continua a ser, hoje como ontem, um tempo para nascer e para crescer na fé em Cristo Ressuscitado e essa fé exprime-se e vive-se numa vida de caridade, no cultivo da alegria, na simplicidade da pregação, na beleza das formas litúrgicas, na participação consciente e activa por parte dos fiéis.

Um tempo para dizer que Cristo ressuscitou

Nem tudo está terminado na Vigília da Ressurreição. A festa da Páscoa estende-se por uma semana de semanas. Tantos foram os dias que o Ressuscitado conviveu com os discípulos e Se lhes mostrou. E eles iam repetindo a cada amigo que encontravam a grande novidade que lhes enchia os corações: «Cristo ressuscitou». Ainda hoje assim fazem os cristãos orientais ao saudarem-se no Domingo da Ressurreição. E é com essas mesmas palavras que em muitas das nossas aldeias e vilas cristãs o pároco saúda cada família ao fazer-lhe a visita pascal: «Cristo ressuscitou. Aleluia. Aleluia», saudação a que respondem todos os presentes repetindo: «Aleluia. Aleluia». E a seguir cada um beija a imagem do Senhor crucificado.

Tempo de anunciar que Cristo ressuscitou. Tempo de viver como ressuscitados. Tempo de formar uma comunidade de testemunhas pascais.

Páscoa é a festa. É a nossa festa. Não festa exterior a nós, mas a nascer do coração dos que ressuscitaram com Cristo. A sua luz transfigura-nos. Cristo ressuscitado dá à nossa vida o seu verdadeiro sentido e leva-a à sua plenitude.

Páscoa é a festa da Igreja no coração do mundo. A Igreja pascal vive da vida do Ressuscitado e através de cada um de nós deve ser o sinal da sua presença activa no mundo. Como o fogo

dos vulcões escondidos debaixo da terra, esta presença de Cristo vivo é doravante, e até ao fim dos tempos, uma força de transformação, capaz de renovar o coração dos homens todos.

É o que nos querem dizer muitas leituras dos Domingos e dos dias de semana do Tempo Pascal, ao apresentarem-nos uma imagem idealizada da comunidade primitiva: Tomé vê e crê; os cristãos põem tudo em comum... Mas como exprimir de outra maneira a novidade que a ressurreição de Cristo introduz nas nossas vidas e nas nossas relações?

Cristo ressuscitou e aquele que com Ele e n'Ele nasce de Deus, descobre em si um coração novo cuja lei é o amor. Quem acolhe a ressurreição, quem crê sem ter visto, quem exprime e alimenta a sua fé no Ressuscitado cada domingo, volta para os outros um olhar maravilhado e um coração aberto. Torna-se sinal de uma outra vida.

E primeiro entra em comunidade, entra em Igreja, celebra cada domingo com outros crentes a morte e ressurreição de Cristo. Juntos nós acolhemos em nós o dom de Deus, fazemos gestos simbólicos carregados de realidade. É certo que não desaparecem logo todas as tensões e dificuldades. A realidade aparece sempre longe do sonho que Deus vai semeando na nossa comunidade de crentes. Mas pouco a pouco, Jesus Cristo ressuscitado vai criando no mundo, em nós e por nós, um coração novo e diz-nos que são possíveis outras relações entre os homens.

Foi o encontro com Cristo Ressuscitado que levou os apóstolos, em particular Pedro e João, a renovarem o conhecimento que tinham d'Ele. Cada domingo do Tempo Pascal a Igreja refaz essa experiência. Nós reencontramos na fé o Senhor vivo, na nossa própria assembleia, no sacramento, na palavra. E cada domingo a nossa vida é iluminada com uma nova luz porque alguma coisa se passa, porque Alguém surge: o Ressuscitado. E a sua palavra, são os seus sacramentos, é o seu Espírito que fazem de nós testemunhas pascais.

Um tempo para viver do Espírito

O Espírito Santo foi dado por Jesus aos Apóstolos na tarde do Domingo da Ressurreição como fruto da sua passagem deste mundo para o Pai. A partir desse momento o Espírito permaneceu com eles e levou-os a dar testemunho da obra do Filho e da glória do Pai em que Ele entrou, deu-lhes capacidade para actuarem

com poder na difusão e consolidação da Igreja, e ensinou-lhes o segredo de eles próprios fazerem desabrochar nos fiéis que iam nascendo dos sacramentos da Iniciação como rebentos de oliveira pujantes de vida, as respostas aos apelos incessantes que o mesmo Espírito neles suscitava.

E ainda hoje é assim. O Espírito Paráclito continua a ser a torrente de água viva que inunda o coração dos crentes e por eles a terra inteira : «Aquele que crê em Mim, disse Jesus, de seu seio nascerão torrentes de água viva. Ele dizia isto falando do Espírito que haviam de receber aqueles que n'Ele viessem a acreditar» (11). Não admira que o Tempo Pascal seja de modo particular, hoje como no princípio da Igreja, um tempo para sentir o Espírito brotar como água cristalina e para viver d'Ele e n'Ele. Mais ainda: a vida cristã deste Tempo ou é uma vida do Espírito ou não é vida. Vida do Espírito no sentido de ser fruto da força irresistível do sopro de Deus no homem, que o faça passar de criatura de barro a imagem de Jesus Cristo, o Vivente. Por outras palavras: O Tempo Pascal é o tempo de uma espiritualidade a que chamaremos toda pascal, no sentido de que ela nasce do mistério cristão celebrado na liturgia deste tempo, «capaz de alimentar e fomentar a vida cristã em consonância com aquele mistério» (12).

Regra geral, quando se fala de espiritualidade as pessoas entendem uma forma de rezar, de meditar e de viver em união com Deus segundo determinado estilo que a experiência de muitos homens e mulheres cristãos provou ser boa. A espiritualidade de que aqui falamos é aquela que a Igreja propõe a todos os seus filhos na liturgia. É certo que toda a espiritualidade se relaciona com o Espírito, mas a da liturgia é a mais segura, a mais fresca e a mais variada. E quando falamos de liturgia referimo-nos particularmente à do Tempo Pascal por ser ela a que melhor põe em evidência a energia do Espírito que nela mora e que os mistérios celebrados metem, por assim dizer, fisicamente dentro dos fiéis que neles participam. É que o Tempo Pascal é sacramental não apenas por ser tempo de sacramentos. É-o também por ser o tempo

(11) — Jo 7, 38-39.

(12) — J. Ferreira, *Espiritualidade Pascal*, in Boletim de Pastoral Litúrgica 5, 7.

histórico, tornado actual nas celebrações, em que o Espírito desceu sobre a Igreja reunida no Cenáculo. E cada vez que ela volta a reunir-se noutros cenáculos, noutras assembleias, particularmente no Tempo Pascal, misteriosamente ela volta a ser inundada pelo Espírito e as maravilhas realizadas nos primeiros Cinquenta dias em que Jesus Se manifestou diversas vezes aos discípulos, acontecem de novo.

Por isso é tão fundamental a assembleia cristã para a vida da Igreja. Não é por acaso que os Actos dos Apóstolos acentuam esse pormenor: «Quando chegou o dia do Pentecostes, encontravam-se todos reunidos no mesmo lugar» ⁽¹³⁾. A espiritualidade pascal é de todo o povo cristão. Não é de elites. Não é de grupos mais ou menos especializados. É aquela que é possível e acessível a todos. Não por ser mais frágil mas por ser a única que Deus, Pai de todos os homens, não pode deixar de a todos propor.

Espiritualidade, antes de mais, que faz sentir que pertencemos à Igreja de Jesus Cristo, que fazemos parte dela pelo facto de sermos baptizados, de termos passado com Ele deste mundo para o Pai e que somos «um povo enviado a testemunhar no meio dos homens a morte e ressurreição do Senhor, impelidos pelo sopro do Espírito que o mesmo Senhor lhe envia» ⁽¹⁴⁾. Espiritualidade que é uma consequência desta acção do Espírito e não simples fruto dum querer humano, ou de uma técnica qualquer por melhor estruturada e apoiada que possa parecer naquilo que hoje se chamam as ciências humanas. Espiritualidade que é abertura aos apelos do Espírito, escuta da Palavra de Deus, acolhimento das suas mensagens, que Ele continua a enviar-nos de muitos modos e muitas vezes. Que obra teriam feito os Apóstolos se, por hipótese, eles tivessem podido viver outra espiritualidade diferente daquela que o próprio Espírito lhes ensinou ser a única com a sua marca?

«Uma das tónicas mais impressionantes da liturgia pascal, escreve o P. José Ferreira, no artigo que antes citámos, é que ela nos incute a consciência profunda de que a salvação que a Páscoa nos traz é dom de Deus. Não é o homem que cria esse dom ou o arrebatava ou o conquista; ele é dom, que vem do Pai, por Jesus

(13) — Actos 2, 1.

(14) — J. Ferreira, *ibidem*, 9.

Cristo, no Espírito Santo». E continua: «Na liturgia pascal a Igreja sente-se invadida pelo fogo do Espírito. A contemplação do Ressuscitado, cujas aparições, a princípio perturbaram, vão abrindo caminho à fé: Maria Madalena..., João..., Pedro, os discípulos de Emaús..., os Apóstolos, Tomé, a multidão nas ruas de Jerusalém no dia de Pentecostes, vinda de todos os pontos da terra, Cornélio, os antigos discípulos de João Baptista, Paulo de Tarso... e através de todos estes, os de perto e de longe vão sentindo a força avassaladora do Espírito. Não é conquista dos homens nem fruto da eloquência ou da sabedoria humana, mas da loucura da Cruz, como Paulo se orgulhará de proclamar e que mais simplesmente se chama o Espírito de Deus. Ele é o novo sopro de vida, procedente da boca de Deus, pairando sobre o caos último do mundo, o sepulcro de Jesus crucificado, para dele fazer o novo Adão, princípio da humanidade nova... A espiritualidade pascal será por isso, uma espiritualidade que sabe reconhecer o dom de Deus e responder-Lhe em acção de graças que, por sua vez, se não-de traduzir na vida vivida segundo o Espírito de Deus... A espiritualidade pascal há-de lançar o cristão no caminho que conduz a Deus uno e trino, ao Princípio e ao Fim de todas as coisas; há-de fazer redescobrir o sentido da vida em Cristo na Igreja, vida que não é círculo fechado, mas caminho sempre para mais além, para o Pai» (15).

2. A PASTORAL LITÚRGICA E O TEMPO PASCAL

2.1 — Tudo começa numa definição

A reforma litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II é hoje uma realidade. Nós não falamos já do passado como o faziam os liturgistas há 30, 40 ou 50 anos, em termos de saudade dos tempos antigos e com uma certa dose de impaciência mal contida perante as lentidões ou o imobilismo da Igreja em matéria litúrgica. Em alguns casos aconteceu até uma inversão de posições: os documentos e os livros litúrgicos parecem apontar para metas que nós, responsáveis e povo fiel, consideramos inatingíveis nas

(15) — J. Ferreira, *ibidem*, p. 11-12.

circunstâncias actuais, ou até mesmo, em certos casos e para certas pessoas, com sentido e utilidade duvidosos para os nossos tempos, tão diferentes eles são, em alguns aspectos, daqueles em que a maior parte desses usos litúrgicos nasceram, floresceram e deram fruto abundante.

Parece ser esse o caso da definição de Tempo Pascal dada pelo Calendário Romano, tão tradicional que poderia ser colocada na boca de Tertuliano ou de qualquer bispo dos cinco primeiros séculos, e ao mesmo tempo tão idealista que a julgamos utópica, quando a comparamos com a nossa maneira de celebrar e viver esse tempo:

«Os cinquenta dias que vão desde o Domingo da Ressurreição até ao Domingo de Pentecostes, celebram-se na alegria e na exultação como um só dia de festa; mais, como um 'Grande Domingo'. É principalmente nestes dias que se canta Aleluia» ⁽¹⁶⁾.

2.2 — Tempo Pascal e Aleluia.

Como fazer para que assim seja? Cantar aleluia parece não ser o ponto mais difícil de conseguir, pelo menos nos domingos do Tempo Pascal. Mas o texto refere-se aos Cinquenta dias e diz que «é principalmente nestes dias que se canta aleluia». O aleluia é, pois, o cântico característico mesmo nos dias de semana da quinquentena pascal.

Mas bastará isso? Bastará cantá-lo diariamente para realizar o espírito do texto citado? Não será preciso ir mais longe e fazer algumas vezes o seu comentário litúrgico, a sua explicação espiritual, a sua mistagogia?

Os Santos Padres não se cansavam de voltar muitas vezes aos mesmos temas e nós não podemos pensar que o fizessem por falta de imaginação ou porque essas comunidades fossem cristamente mais pobres do que as dos nossos dias. A razão era outra e temos de vê-la na riqueza das harmonias que esses temas contêm. Assim, a partir do aleluia, dizia S. Agostinho numa das suas numerosas homilias dedicadas quase exclusivamente a falar dele: «Uma vez que Deus nosso Senhor quis que me achasse hoje presente no

(16) — *Calendário Romano* 22.

meio de vós para cantar convosco o aleluia, que quer dizer 'louvai o Senhor', louvemos, pois, o Senhor, meus irmãos, com a nossa vida tanto como com a nossa língua, de coração e de boca, com a união das nossas vozes e dos nossos corações. Porque Deus não suporta o desacordo em quem canta o aleluia em sua honra. Começemos, pois, por estabelecer em nós a harmonia entre a nossa língua e a nossa vida, entre a nossa boca e o nosso coração. Ponhamos de acordo, repito, as nossas palavras e os nossos costumes, não aconteça que as nossas boas palavras dêem testemunho contra os nossos maus costumes. Que felizes seremos cantando o aleluia no céu, onde os anjos são o templo de Deus... Cantemos na terra com solicitude o aleluia, a fim de poder cantá-lo um dia em plena segurança... Em meio desta vida de dificuldades e provações, cantemos aleluia em honra de Deus bom que nos livra do mal... É preciso que a partir de hoje mesmo, no meio dos perigos, no meio das tentações, cantemos o aleluia, 'porque Deus é fiel e não permitirá que sejais tentados acima das vossas forças e vos fará sair da tentação mais fortes, a fim de poderdes perseverar'... Que ditoso aleluia cantaremos no céu... Ali já não teremos adversário, nem inimigo, nem perderemos nenhum amigo. Aqui na terra cantamos os louvores de Deus, e no céu cantá-do-emos ainda; na terra cantamo-los com preocupação, no céu cantá-los-emos em perfeita segurança; na terra cantamo-los como quem tem de morrer, no céu como quem há-de viver eternamente; na terra cantamo-los em esperança, no céu será a realidade; na terra somos viajantes, no céu estaremos na pátria. Cantêmo-los, pois, nestes dias, meus irmãos, para tornar mais leve o nosso trabalho. Cantai como cantam os que viajam, mas sem deixar de caminhar; cantai para vos consolardes no meio das vossas fadigas, cantai e caminhai. Que quer dizer caminhai? Avançai, fazei progressos no bem, porque há alguns que caminham e avançam mas para o mal. Se avançais, caminhais; mas avançai para o bom, fazei progressos na fé, na pureza dos costumes; cantai e caminhai. Não vos extravieis, não volteis para trás, não fiquéis parados» (17).

O Tempo Pascal é um tempo para caminhar em busca do Senhor com o aleluia nos lábios e na vida. Canta bem o aleluia quem vive bem.

(17) — S. Agostinho, *Sermão* 246.

2.3 — Será possível viver 50 dias em festa?

Como celebrar os Cinquenta dias do Tempo Pascal como se fosse um só dia de festa, como um grande domingo? Toda a gente sabe que depois da Missa do Domingo da Ressurreição tudo volta a cair rapidamente. Nalgumas aldeias do Norte e do Centro algumas mulheres mais fervorosas continuam a ir à Missa na semana da oitava da Páscoa, mas depois tudo volta ao ritmo do resto do ano.

Façamos porém uma pergunta impertinente: seria diferente no tempo de S. Agostinho? Não é essa a sensação que nos fica ao escutá-lo lamentar o vazio da sua basílica, nos outros dias da semana do «laetissimum spatium», ao despedir pela última vez os neófitos no Domingo «in albis».

Tempo Pascal, cinquenta dias a celebrar na alegria e na exultação, como se fossem um grande domingo! Não nos deixemos abafar pela letra. É o Espírito que dá vida. Não se trata de fazer coisas diferentes mas de fazê-las de outro modo, com outra alma. Aliás, esses dias não são feriados no calendário civil. E mesmo que o fossem, a festa exterior corre o risco de se gastar e de nos desgastar se a prolongamos demasiado. A alegria e a exultação são realidades que nascem de dentro para fora. É pois dentro do coração que se há-de viver em festa nos dias do Tempo Pascal. E o coração do homem que acredita em Jesus só vive em festa quando é o próprio Senhor que vem fazer com ele essa festa.

Tempo Pascal será pois tempo de alegria e exultação, mesmo exterior, mostrada no rosto e nos pormenores do dia a dia, na medida em que for tempo de vida sacramental, principalmente tempo de vida eucarística. É essa a verdadeira festa do cristão.

Tempo Pascal é tempo de comunhão pascal, tempo de vida a brotar d'Aquele que é a Vida: «Sem Mim não tereis a Vida em vós... Quem Me come viverá por Mim... Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a Vida eterna... Assim como Eu vivo pelo Pai, aquele que me come viverá por Mim ⁽¹⁸⁾».

Tudo começa por aí. Não haverá verdadeira reforma do Tempo

(18) — Jo 6, 53 s.

(19) — Jo 15, 5.

Pascal na consciência e na vida de cada cristão e de cada comunidade, que é muito mais difícil do que levar a cabo materialmente a reforma das leis e dos livros litúrgicos, que não inclua em primeiro lugar uma vida sólida de comunhão sacramental com Jesus Cristo ressuscitado: «Sem Mim vós não podeis fazer nada (19). A vida cristã começa por ser um dom de Deus que se recebe d'Aquele que é a sua fonte.

2.4 — Missas do Tempo Pascal e baptismo

A Vigília Pascal é por excelência o momento de celebrar os sacramentos da Iniciação. Mas raros são hoje os adultos que chegam à fé, e as circunstâncias impedem muitas vezes que se façam nessa noite baptismos de algumas crianças.

O Calendário Romano recorda que se tiver de escolher-se outra data, se opte em primeiro lugar pelos domingos do Tempo Pascal e embora por razões pastorais não se deva abusar dos baptismos dentro da Missa paroquial, os que se celebram neste tempo litúrgico deveriam ter nela o seu lugar próprio.

Está previsto que se utilize a água que foi benzida na Vigília para se manifestar melhor a unidade com o Mistério Pascal (20), que se celebrem as missas «dos neófitos» ou missas dos domingos de páscoa, utilizando os textos do ano A (21), que a homilia ajude os neo-baptizados adultos e os fiéis baptizados de longa data a recolher os frutos da experiência pascal e a estreitar os laços da caridade mútua (22) e que se reze pelos novos membros do povo de Deus na oração dos fiéis (23).

Outra parte da comunidade cristã local é também recordada pelos documentos e livros litúrgicos. São os idosos e os doentes que não podem ir à igreja. Recomenda-se aos párocos que lhes levem frequentemente, se possível mesmo todos os dias, mas principalmente no Tempo Pascal, a sagrada comunhão (24).

(20) — Ritual do Baptismo das Crianças, Preliminares 21.

(21) — Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos, Preliminares 40 e 57.

(22) — Ibidem 7 d.

(23) — Ibidem 236.

(24) — Eucharisticum Mysterium, 40; Ritual do Culto Eucarístico fora da Missa, 14.

2.5 — Visita pascal... e muitas outras coisas

A visita pascal foi inventada por Jesus. Ela é tão antiga como o domingo. Aconteceu pela primeira vez na manhã da Páscoa. Maria Madalena foi a primeira a recebê-la, junto do sepulcro. A estrada foi o lugar de encontro com os dois discípulos de Emaús. A casa onde os outros estavam fechados foi a última a ser visitada pelo Crucificado.

Haverá quem chame a isto poesia. Se pudéssemos pediríamos a todos os párocos que têm nas suas terras esse costume tão cheio de sabedoria que Jesus se serviu dele na sua pastoral de quarenta dias, que o não deixem morrer e muito menos o matem.

Não é aliás ele o único que não deveria perder-se lá onde existe: bênção das casas com água nova, bênção do pão, dos bolos e dos ovos da Páscoa, visita pascal, aleluias e cantos tradicionais, saudações típicas do Tempo Pascal, são algumas expressões de piedade popular que dizem, cada uma à sua maneira, a fé do povo cristão na graça da renovação de que a solenidade da Páscoa é a origem.

Pensamos também que é nesta perspectiva de visita pascal que se deveriam enquadrar as visitas dos bispos às paróquias de cada zona pastoral das suas Igrejas particulares, precedidas sempre de uma catequese que podia durar todo o tempo da Quaresma, os dias diocesanos, as visitas à Igreja-Mãe da diocese.

Pensamos ainda que as comunhões solenes deste tempo deveriam ser sempre precedidas da Confirmação. Seria essa uma forma de ajudar a comunidade a descobrir a unidade dos sacramentos da Iniciação e a sua relação íntima com a Páscoa. A preparação deveria pôr as crianças em contacto com o Mistério Pascal, cujas riquezas elas estão longe de imaginar e deixá-las cheias de alegria pascal.

Conclusão

Também nós estamos longe de ter esgotado todas as riquezas que o Mistério Pascal oferece ao nosso dinamismo pastoral. Ele é a fonte da vida divina, o centro da história da salvação, o mistério donde a Igreja tira o seu início e onde as maravilhas de Deus atingem o seu ponto culminante.

O fim da reforma litúrgica é permitir que esse Mistério brilhe dia a dia mais na liturgia e que os cristãos aí o descubram e vivam dele.

O Mistério Pascal aparece-nos assim como o rio de água viva a jorrar do lado de Cristo. A efusão do Espírito Santo, que é o seu fruto, deve ser ao mesmo tempo o objecto da nossa contemplação, o motor da nossa acção e o guia da nossa pastoral litúrgica.

JOSÉ DE LEÃO CORDEIRO

A Virgem Maria no Tempo Pascal

1 — O culto da Maria no Tempo Pascal, nas fontes litúrgicas e piedade popular

Numa busca às fontes da Liturgia, são relativamente escassos os elementos que podem testemunhar a presença pascal de Maria na devoção da Igreja. Falamos de presença pascal, já que nos não ajudarão muito os lugares em que se faz memória permanentemente da Mãe do Senhor, mas sem relação especial com o tempo pascal. De facto é significativo observar que desde tempos antiquíssimos se faz referência no Ordinário da Missa à comunhão com a Santíssima Virgem no interior mesmo do mistério eucarístico de seu Filho. Paulo VI, que declara na *Marialis Cultus* não ter intenção de analisar todo o conteúdo do Missal Romano a propósito de Maria, não se dispensa de inserir, como testemunho privilegiado, a memória que dela se faz nas Preces Eucarísticas: «Apraz-nos realçar, antes de mais nada, como as Preces Eucarísticas, em convergência admirável com as Liturgias orientais, contêm uma significativa memória da Bem-aventurada Virgem Maria. Assim, o velho Cântico Romano comemora a Mãe do Senhor em termos densos de doutrina e fervor cultural: 'Unidos na mesma comunhão, veneramos primeiramente a memória da gloriosa sempre Virgem Maria, Mãe do nosso Deus e Senhor Jesus Cristo'; de igual modo a recente Prece Eucarística III exprime com intensa súplica o desejo dos que oram, de compartilhar com a Mãe a herança dos filhos: «Que o Espírito Santo faça de nós uma oferta permanente, a fim de alcançarmos a herança eterna, em companhia dos vossos eleitos, com a Virgem Maria Mãe de Deus». Esta evocação quotidiana, conclui o Santo Padre, pelo lugar que ocupa no coração do Sacrifício divino, deve ser considerada como

uma forma particularmente expressiva do culto que a Igreja tributa à «Bendita do Altíssimo» (Mc, 10).

Mais sucinta é a recordação da II Anáfora, que entretanto nos apraz recordar também já que, a julgar pelo que se passa entre nós, será esta a mais frequentemente usada por toda a parte. Aí se pede simplesmente ao Senhor que tenha misericórdia de nós, e nos dê a «graça de participar na vida eterna, com a Virgem Maria, Mãe de Deus, os santos apóstolos, e todos os que viveram na amizade do Senhor».

NO MISSAL

Voltando ao objecto directo do nosso estudo, diremos que, no Missal, os únicos momentos verdadeiramente pascaes em que se faz memória de Maria parecem ser o da leitura da Paixão de Jesus na Sexta-Feira Santa, e a invocação que lhe é dirigida na ladaíinha de todos os Santos que se canta na Vigília Pascal. Existe também um formulário para as Missas comuns de Nossa Senhora onde, para além de leituras com sentido pascal, se faz alusão à presença de Maria no Cenáculo, com os discípulos. Esta é a nossa constatação, que não deixa de ser surpreendente, como diria um autor ⁽¹⁾ que certamente pode percorrer com mais cuidado os documentos litúrgicos. E de facto Paulo VI, que dedica um número da *Marialis Cultus* a *Maria no Tempo do Advento* e outro a *Maria no Tempo do Natal*, passa a seguir às solenidades da Anunciação e da Assunção, sem qualquer referência a *Maria no Tempo Pascal*. A razão é que não tinha matéria para isso, pelo menos no Missal.

Comparando com o Missal em uso antes da Reforma de Paulo VI, verificamos que desapareceu do mesmo uma Missa de razão mariana e pascal, a «Comemoração das Sete Dores da Bem-aventurada Virgem Maria», que se celebrava na Sexta-Feira depois do Domingo da Paixão, com permissão de se binar onde se fizessem «peculiares exercícios de piedade em honra da Bem-aventurada Virgem Maria Mãe Dolorosa»; esta comemoração permanece ainda hoje, como memória, mas só no dia 15 de Setembro. Ainda no pontificado de Pio XII havia uma outra Missa mariana no Tempo Pascal chamada «da Bem-aventurada Virgem Maria no Cenáculo», e era celebrada na oitava da Ascensão, imediatamente antes do Pentecostes, podendo o mesmo texto ser usado como votivo, com o nome de «Nossa Senhora dos Apóstolos».

NA LITURGIA DAS HORAS

A nossa busca foi um pouco mais bem sucedida na Liturgia das Horas. Aí encontramos Nossa Senhora na Sexta-Feira da Semana V do Tempo Pascal, na Segunda Leitura, em que o Beato Isaac, abade do mosteiro de Stella, nos diz o seguinte: «Pelo Espírito Santo, o Filho do Homem nasceu do seio da Virgem como cabeça; pelo mesmo Espírito renascemos nós da fonte do baptismo como filhos de Deus e membros do Corpo de Cristo». Não é uma referência pascal no sentido estrito, mas vem no Tempo Pascal.

Ainda na Liturgia das Horas, nas preces das Vésperas II do Domingo III da Páscoa, invoca-se a bênção do Senhor «concebido pelo poder do Espírito Santo no seio da Virgem Maria», sobre aqueles que a Ele se consagram na vida religiosa. Também aqui se não trata de uma referência à vida pascal de Maria.

Será ainda a memória de Maria como Mãe do Salvador que se fará no Hino de Laudes «Optatus votis omnium», desde a Ascensão até ao Pentecostes.

Mas o maior monumento pascal mariano da Liturgia das Horas é talvez o Hino *Regina Coeli* que se canta depois de Completas e é usado também, fora da Liturgia, nos três momentos do dia em que nos outros tempos se recita o *Angelus*.

Alargando o Tempo Pascal à Quaresma, veríamos que pelo menos dezoito vezes se invoca a Mãe de Jesus nas Preces de Laudes e Vésperas, desde a Sexta-Feira depois das Cinzas, até ao Sábado Santo, em cujas Laudes se diz: «Cristo Nosso Salvador, que junto à Cruz e ao Sepulcro quisestes ser acompanhado pela vossa Mãe Dolorosa — fazei-nos também participar na Vossa Paixão, por meio do sofrimento da vida. Nas restantes 17 Preces usam-se mais cinco fórmulas diferentes. Maria é invocada simplesmente, ou então como «Consoladora dos Aflitos» e «Refúgio dos Pecadores», não se aduzindo expressamente a sua associação ao mistério pascal de seu Filho.

NO CULTO POPULAR

Se pudéssemos percorrer as devoções do povo cristão para com a Mãe do Salvador no Tempo que vai da Quarta-Feira de Cinzas ao Pentecostes, creio que encontraríamos, pelo menos, entre nós, testemunhos mais directos do culto da Igreja a Maria pela sua associação ao Salvador no mistério da sua Paixão, Morte

e Ressurreição. Tendo intenção de dizer mais adiante alguma palavra acerca da relação do culto popular com o culto litúrgico, pensamos que seria bom despertar-vos, desde já, para uma possível recolha de devoções pascais a Maria e para uma reflexão acerca da complementariedade que elas podem significar quanto às fontes litúrgicas.

Sem buscas especiais, apenas me lembro de recensear algumas práticas correntes: a Via-Sacra na Quaresma, com duas estações dedicadas a Nossa Senhora, as procissões dos Passos, ainda durante a Quaresma que incluem o Sermão do Encontro, algumas celebrações populares da Sexta-Feira Santa ainda à base de procissões e cantos, a memória da solidão e esperança de Maria no Sábado Santo, uma procissão chamada da Ressurreição, no Domingo de Páscoa em que se faz alusão a Maria, e toda a prática do Mês de Maio que, não tendo motivação pascal, condiz muito bem com a alegria do Tempo em que a Igreja vive as alegrias da Ressurreição, revestindo-se de aspectos multiformes em frequência diária: terço, ofertas de flores, frutos, animais, etc..

Entenda-se, como nota final, que, para um estudo completo da devoção a Nossa Senhora no Tempo Pascal teríamos de lançar-nos numa tarefa que resultaria impossível: investigar nas restantes liturgias aprovadas o que tentámos investigar na Liturgia Romana. Dizem-nos, por exemplo, que a Liturgia Bracaraense celebra no Tempo Pascal uma festa com o título de «Nossa Senhora dos Prazeres».

II — Princípios conciliares para a reforma do culto em geral

O culto a Maria no Tempo Pascal tem de inserir-se numa unidade cultural mais vasta que é o culto a Maria na Igreja, tanto na Liturgia como nas devoções do povo cristão, aprovadas ou não pela autoridade eclesiástica. Por sua vez, o culto a Maria, todo o culto, deve harmonizar-se numa unidade superior, tanto na Igreja considerada no seu todo como Corpo de Cristo e Povo de Deus, como nas várias porções que a compõem, como as Dioceses e regiões, como ainda na vida de cada um dos cristãos. Não tendo sido tratada muito explicitamente no Concílio, esta necessidade de unidade e harmonia sub-jaz a várias atitudes do mesmo Concílio, que poderá mesmo ter querido, no seu espírito, pretender inserir o culto cristão numa unidade mais vasta do que a que até hoje se almejou, estendendo-o aos irmãos separados (cf. UR, 8).

Antes, pois, de considerarmos o culto a Maria nas suas múltiplas expressões, e nomeadamente na que toma no Tempo Pascal, convém lançarmos um olhar aos próprios fundamentos de todo o culto cristão, já que é das fontes que surge toda a água das torrentes, a multiplicidade dos rios e regatos, e a sua reunificação final nos oceanos.

Donde nasce o culto cristão? Se quiséssemos alargar a nossa reflexão aos horizontes máximos a que ela pode estender-se — e que não são aliás alheios às intenções do Vaticano II — começaríamos por interrogar-nos pura e simplesmente como e donde nasce todo e qualquer culto: cristão ou não cristão, organizado ou pagão, verdadeiro ou falso, e diria mais, religioso ou não. Que significa cultuar ou prestar culto?

O culto é uma atitude que nasce no coração das pessoas colocadas diante de outras pessoas ou de acontecimentos que as relacionam com outras pessoas. Quando Isabel se viu diante de Maria e percebeu o que nela acontecia; quando Pedro se viu diante do acontecimento da pesca milagrosa e percebeu o poder e o amor da pessoa que a provocara; quando a mulherzinha do povo se encontrou a ouvir Jesus, presa pela sua palavra, e se lembrou da mulher que o dera à luz e o amamentara; quando Jacob acordou de um sonho em que se lhe manifestava o desígnio estranho do Altíssimo — e quando, em cada um de nós, e em cada um dos homens nossos irmãos de todas as épocas, acontece que alguém superior, mesmo que seja homem, ou que algum acontecimento, o projecta para a descoberta de forças superiores que podem dispor do seu destino, ou podem estar na base da sua presença no mundo, então nascem sentimentos vários que se traduzem em palavras e atitudes a que podemos chamar com propriedade cultuais.

Para os cristãos, a pessoa de Jesus Cristo é a grande fonte em que nasce e se alimenta o culto. Estando n'Ele a plenitude da vida de Deus, sendo Ele a imagem do Deus invisível, tendo Ele assumido redimir o homem do seu pecado e torná-lo assim capaz de acesso à divindade que vive eternamente, tendo manifestado por muitos modos convincentes que as suas palavras eram Palavra de Deus, Jesus tornou-se o centro único, quero dizer principal e unificante, de todo o culto prestado pelos cristãos, tanto a Deus directamente, como às suas criaturas. Já os Evangelhos, mas sobretudo as cartas apostólicas e os Actos dos Apóstolos, atestam que Jesus é tudo na vida da Igreja nascente, absolutamente tudo, já que n'Ele encontraram a plenitude de vida que superava quicá

as suas próprias aspirações, até aí expressas nebulosamente nos livros sagrados do Antigo Testamento.

Como sempre acontece numa qualquer multiplicidade, os cristãos interrogaram-se sobre o que, em Jesus Cristo, era mais nuclear. Ou melhor: os cristãos não se interrogaram, já que o núcleo da Paixão e Ressurreição do Senhor lhes apareceu como o sinal de longe maior que Deus lhes dava, em Jesus Cristo, da sua vontade misericordiosa de salvação. E assim como para o povo hebraico, em cujo seio Jesus nascera e morrera, o acontecimento da saída do Egipto fora, entre tantos acontecimentos de significado divino, o que atingiu a craveira máxima, aquele portanto em que o povo melhor viu que Deus o amava e o queria salvar, assim os cristãos viram na Morte e Ressurreição do Senhor Jesus o ponto mais alto da palavra e da acção que Deus fazia, não só por eles que o tinham conhecido, mas por todos os que abraçassem a sua doutrina e fossem baptizados em seu nome, quer viessem do povo israelita, quer de qualquer outra nação. Quando, logo a seguir ao Pentecostes, Pedro tomou pela primeira vez a palavra, para falar ao povo, falou-lhes da vida, dos milagres, prodígios e sinais que Deus realizara no meio deles por meio de Jesus, e afirmou duramente que esse Jesus acreditado por Deus, eles o tinham entregue à morte, mas que Deus o ressuscitara — como o grande Rei e Profeta David tinha profetizado em Escrituras que os ouvintes interpretavam mal — e que, em vista disso, a conclusão necessária era só uma: «Saiba toda a Casa de Israel, com absoluta certeza, que Deus estabeleceu, como Senhor e Messias, a esse Jesus por vós crucificado» (Act 2, 36). Estas palavras provocaram uma profunda emoção nos ouvintes que perguntaram a Pedro e aos outros apóstolos: «Que havemos de fazer, irmãos?» Ao que eles responderam pela boca de Pedro: «Convertei-vos, e peça cada um o baptismo, em nome de Jesus Cristo, para a remissão dos seus pecados; recebereis então o dom do Espírito Santo» (Act 2, 38). O homem não pode aspirar a nada mais alto do que receber o perdão dos seus pecados da parte de Deus e entrar na comunhão do seu Espírito.

Era pois lógico que o culto cristão não começasse pelo nascimento de Jesus Cristo, mas se organizasse à volta do seu mistério pascal. Querendo manifestar aos cristãos o fundamento da reforma litúrgica que se propunha realizar, o Concílio Vaticano II escreve no início da Constituição *Sacrosanctum Concilium*: «Esta obra da redenção dos homens e da glorificação perfeita de Deus (...) realizou-a Cristo Senhor, principalmente pelo mistério pascal

da sua bem-aventurada Paixão, Ressurreição dos mortos e gloriosa Ascensão, em que 'morrendo destruiu a nossa morte, e ressurgindo, restaurou a nossa vida'. Foi do lado de Cristo adormecido na Cruz que nasceu o sacramento admirável de toda a Igreja (SC, 5). Evocando a seguir os primórdios históricos da mesma Igreja, o Concílio, que repetidamente afirma a presença viva de Jesus no meio dos que guardam a sua palavra, adverte que «Desde então, nunca mais a Igreja deixou de se reunir em assembleias para celebrar o mistério pascal: lendo 'o que a Ele se referia em todas as Escrituras' (Luc 24, 27), celebrando a Eucaristia na qual 'se torna presente o triunfo e a vitória da sua morte' e 'dando graças a Deus pelo seu dom inefável' (2 Co 9, 15) em Cristo Jesus' e para louvor da sua glória' (Ef 1. 12) pela virtude do Espírito Santo» (SC, 6).

Publicando algumas normas para a reforma litúrgica, em 1964, pela Instrução *Inter Oecumenici*, a Sagrada Congregação dos Ritos diria que «toda a força de acção pastoral colocada na ordenação da Liturgia deve tender para que se exprima, na vida, o mistério pascal, no qual o Filho de Deus incarnado, feito obediente até à morte, de tal modo é exaltado na sua ressurreição e ascensão, que Ele mesmo comunica ao mundo a vida de Jesus, pela qual os homens, mortos, para o pecado e conformados com Cristo, 'já não vivem para si mesmos, mas para Aquele que por eles morreu e ressuscitou' (2 Co 5, 15)» ⁽²⁾.

Compete à Igreja, quando chega o momento de determinar os tempos de celebração, dizer os dias em que o mistério pascal é propriamente celebrado. Mas a mesma Igreja entende que este mistério, pela própria natureza da sua nuclearidade, penetra todo o tempo da vida do Senhor Jesus, e se encontra assim em todos os seus acontecimentos. Paulo VI dirá, no *Motu Proprio Mysteriorum Paschalis* que este foi um dos ensinamentos claros do Concílio: «A celebração do mistério pascal tem a máxima importância no culto religioso dos cristãos e que a mesma se desenvolve em todo o decurso dos dias, das semanas e de todo o ano, conforme nos ensina claramente o Sacrossanto Concílio Vaticano II» ⁽³⁾. Vai portanto tal celebração, neste sentido pleno, desde a Encarnação ao Pentecostes e receberá o seu final coroamento na segunda vinda do Senhor.

Esta celebração encontra o seu lugar litúrgico antes de mais na Eucaristia, conforme se diz repetidíssimas vezes nos documentos conciliares e mais uma no início da Instrução Geral do Missal Romano: «A celebração da Missa, como acção de Cristo e do povo de Deus hierarquicamente ordenado, é o centro de toda a vida

cristã, tanto para a Igreja, quer universal quer local, como para cada um dos fiéis. Nela culmina toda a acção pela qual Deus, em Cristo, santifica o mundo, e todo o culto pelo qual os homens, por meio do mesmo Cristo, Filho de Deus, prestam adoração ao Pai. Nela se comemoram, ao longo do ano, os mistérios da Redenção, que, por esta forma, em certo sentido se tornam presentes. Todas as demais acções sagradas e todas as obras da vida cristã com ela estão relacionadas, dela derivam e a ela se ordenam» (4).

Concluiremos que, no fundo, o que o cristão celebra, no seu culto, é a salvação que lhe vem de Deus, único que pode salvar. E como Deus incarnou em Jesus Cristo para levar por diante o seu desígnio salvador, é Jesus Cristo que o cristão celebra imediatamente. E como em Jesus Cristo tudo se ordena para a prova suprema do seu amor salvador que foi a sua passagem pela morte para a ressurreição, aqui se situa o núcleo de todo o culto cristão, que a Igreja celebra essencialmente no Memorial e que o próprio Salvador deixou, do único acontecimento salvífico: a Eucaristia. Nada, no culto da Igreja, por mais longínquo que pareça relativamente ao mistério pascal e à Eucaristia, pode deixar de tomar destas realidades a sua origem, a sua eficácia, e portanto, a sua capacidade para atingir os fins imediatos e o fim último que deve atingir toda a oração, sob pena de não ser salvífica, e portanto, de não ser oração. Isto diria Paulo VI no referido *Motu Proprio* a propósito de toda a ordenação maximamente complexa do ano litúrgico, que a nada mais pode tender, com todas as normas que lhe são inerentes, do que a levar os fiéis a «comungar, pela fé, esperança e caridade, cada vez mais ardentemente, com todo o mistério de Cristo, ao longo do ano». Comunhão de peregrinos, imperfeita, portanto, mas a caminho da comunhão total que todos esperamos poder obter um dia, como compleição da graça salvadora de Jesus.

* * *

Aparentemente tudo se teria processado numa máxima simplicidade se a Igreja a mais ninguém tivesse prestado culto senão ao único mediador a quem verdadeiramente deve a sua salvação. Na realidade porém, não era intenção do Senhor prescindir de outros mediadores a quem seríamos levados a prestar também culto, embora um culto diferente, segundo a diferença de relação salvífica que a eles nos prenderia.

Uma simples enumeração das celebrações marcadas ao longo do ano litúrgico para honrar Maria, a Mãe de Jesus, dir-nos-ia que a Igreja lhe concede um lugar especial na sua oração. Houve naturalmente uma evolução progressiva, quer na consciência de que Maria era objecto de culto querido por Deus, quer nas razões desse mesmo culto, quer ainda na sua organização ao longo dos séculos. Que este culto encerra ainda hoje para muitos cristãos algo de problemático constata-o o próprio Concílio Ecuménico, que teve como uma das suas quatro principais motivações finais a consecução da unidade entre todos os discípulos de Jesus Cristo. De facto, diz-se na primeira das duas referências a propósito de Maria e a unidade: «Neste culto litúrgico, os orientais celebram com hinos maravilhosos Maria, sempre Virgem, solenemente proclamada Santíssima Mãe de Deus pelo Concílio Ecuménico de Éfeso, para que Cristo fosse reconhecido, conforme a Sagrada Escritura, em sentido verdadeiro e próprio, Filho de Deus e Filho do homem (UR, 15); diz-se na segunda que, relativamente a outros irmãos separados, «existem na verdade, graves discordâncias com a doutrina da Igreja Católica e acerca de Cristo, Verbo de Deus incarnado, e a obra da Redenção, e por consequência acerca do mistério da Igreja, e da missão de Maria na obra da salvação» (UR, 20).

Se há «graves discordâncias» acerca da missão de Maria, tem também que havê-las quanto ao culto que lhe é devido. Desde já podemos notar que a preocupação ecuménica nunca mais deixou de estar presente nos textos da máxima autoridade eclesiástica referentes a Nossa Senhora, o que deve entender-se como espírito de fidelidade ao Concílio. Concílio que se não sentiu tolhido relativamente a Maria por este facto, como pode ver-se quer na *Constituição sobre a Sagrada Liturgia*, quer sobretudo na *Lumen Gentium*. «Muito de caso pensado, escrevem os Padres Conciliares, ensina o sagrado Concílio esta doutrina católica (acerca do culto particular de Maria) e ao mesmo tempo recomenda a todos os filhos da Igreja que fomentem generosamente o culto da Santíssima Virgem, sobretudo o culto litúrgico, que tenham em grande estima as práticas e exercícios de piedade para com Ela, aprovados no decorrer do séculos pelo Magistério, e que mantenham fielmente tudo aquilo que no passado foi decretado acerca do culto das imagens de Cristo, da Virgem e dos santos» (LG, 67).

Nos números anteriores deste cap. VIII que estamos a transcrever, muitas outras expressões se empregaram que não só mani-

festavam o facto de um culto especial na Igreja, mas apontavam mesmo para um dever dos cristãos, e um dever multifacetado pelas muitas razões de tipo salvífico que os unem à Mãe de Deus e Mãe dos cristãos. Assim, diz-se que a Virgem Maria «é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus Redentor», «saudada como membro eminentíssimo na fé e na caridade», e aprova o Concílio o facto de que «A Igreja Católica, ensinada pelo Espírito Santo, consagra-lhe, como a Mãe amantíssima, filial afecto de piedade». Seria Paulo VI, e não o Concílio, que atribuiria a Maria o título de *Mãe da Igreja*, mas várias expressões do cap. VIII manifestam essa convicção já muito enraizada de que Maria exerce uma verdadeira maternidade na Igreja, embora deixando à livre discussão aspectos ainda não assentes comumente entre os teólogos.

Que tipos ou razões formais de culto adopta a Igreja para com Maria? Sem pretender ser completo, o Concílio diz entretanto que «a Virgem é invocada, na Igreja, com os títulos de advogada, auxiliadora, medianeira»; afirma que a Igreja «contempla a sua santidade misteriosa e imita a sua caridade»; que os fiéis «levantam os olhos para Maria, que brilha como modelo de virtudes sobre a família dos eleitos».

Não admira, pois, que o Concílio tenha falado de deveres, como já assinalámos atrás: «Por isso o Sagrado Concílio... pretende esclarecer cuidadosamente não só o papel da Virgem Santíssima no mistério do Verbo encarnado e do Corpo Místico, mas também os deveres dos homens resgatados para com a Mãe de Deus e Mãe dos homens, sobretudo dos fiéis». (LG, 54).

Paulo VI retomará estas linhas na sua Exortação Pastoral *Signum Magnum*, de 13 de Maio 1967, quando escreve: «É igualmente dever de todos os fiéis tributarem à fidelíssima Serva do Senhor um culto de louvor, de reconhecimento e de amor» (n.º 7); logo a seguir dá uma motivação que poderia levar-nos a pensar tratar-se aqui de um dever sem o qual os cristãos não poderão alcançar a salvação: «uma vez que, segundo a sapiente e suave disposição divina, o seu livre consentimento e a sua generosa cooperação nos desígnios de Deus tiveram e continuam a ter uma grande influência na realização da salvação humana». Grande influência não quererá talvez dizer «influência necessária», mas estamos certamente num campo de tal conveniência que a oração a Maria aparece como obrigatória.

No número 22 da *Marialis Cultus*, Sua Santidade irá um pouco mais sistematicamente à análise das atitudes ou sentimentos

cultuais que unem o povo cristão a Maria. Fala assim de «veneração profunda», «amor ardente», «invocação confiante», «serviço amoroso», «imitação operosa», «admiração comovida», «contemplação atenta».

Se quiséssemos estabelecer um paralelo com as atitudes clássicas do orante diante de Deus, que costumamos sintetizar na adoração, louvor, acção de graças, petição e reparação, diríamos que o S. Padre só não fala ainda da «reparação» relativamente a Nossa Senhora.

Em conclusão, a Igreja pode e deve prestar a Maria um culto singular, próprio dela, diferente não só do que presta a seu Filho Salvador, mas superior ao culto dos outros santos e dos anjos. Mas a Igreja tem de ter presentes estas diferenças assim como a necessidade de composição destes vários cultos numa unidade superior que vem a ser o culto cristão.

De facto, e certamente porque o Concílio foi marcado por preocupações ecuménicas, várias vezes o problema da composição do culto de Maria com o culto do Salvador foi aflorado quer em posições explícitas, quer em recomendações de equilíbrio a teólogos e pregadores nos seus trabalhos sobre a Mãe do Senhor. O Concílio não só reafirma a doutrina tantas vezes inculcada de que Cristo é o único Mediador essencial (a invocação a Maria «entende-se de maneira que nada tire nem acrescente à dignidade e eficácia do único Mediador, que é Cristo» (LG 62), mas alegra-se «vendo os irmãos separados tender para Cristo como para fonte e centro da comunhão eclesial». (UR, 20). Na Exortação *Signum Magnum* retoma Paulo VI esta dificuldade que matiza de dois aspectos diferentes, ou seja, relativamente à mediação de Cristo e relativamente à imediação do nosso contacto com Deus: «Nem se pense que a intervenção maternal de Maria traga prejuízo à eficácia predominante e insubstituível de Cristo, nosso Salvador; pelo contrário, ela tira a sua força da mediação de Cristo e é dela uma prova luminosa (cfr. LG, 62)». «Não se perturbe a nossa fé, como se a intervenção de uma criatura em tudo semelhante a nós, menos no pecado, ofendesse a nossa dignidade pessoal, e impedisse a nossa intimidade e a nossa relação imediata de adoração e de amizade com o Filho de Deus». (SM, 2.9).

Retomando o tema, o mesmo Pontífice insiste, no *Motu Proprio Mist. Paschalis*, que as festas de Nossa Senhora, como as dos santos, de modo nenhum se afastam da unidade de culto devido a Cristo pela sua obra de salvação: «Com efeito sempre foi

convicção firme da Igreja que nas festas dos santos se anuncia e renova o mistério pascal de Cristo». (AS (1969) 224).

Na *Marialis Cultus* desenvolve o S. Padre a ideia de que o culto a Maria tem também um certo carácter ecuménico, já que não só os ortodoxos têm para com Maria uma intensa devoção, como também os anglicanos vêm pondo cada vez mais em evidência o lugar de Maria na obra da Redenção e até os irmãos das Igrejas da Reforma oram com as próprias palavras de Maria (n.º 32).

, Quase poderíamos terminar dizendo que este problema não é mais do que uma manifestação, no campo teológico, da eterna dificuldade que os filósofos de todos os tempos sempre tiveram em entender que as coisas sejam ao mesmo tempo unas e múltiplas quer na sua constituição estrutural quer nas suas relações dinâmicas, sem com isso prejudicarem essencialmente a identidade própria de cada uma e do todo que elas compõem, (quer consideradas estaticamente quer sobretudo na dinâmica do seu perpétuo movimento, sempre perturbador, tão perturbador como necessário). Ao terminar umas preciosas indicações para uma radicação maior do culto a Maria ns fontes da Teologia, Paulo VI volta ao problema da unidade com uma observação pertinente acerca do fim último do culto a Maria, como princípio de unidade teológico-cristológica: «Por fim, no caso disso ser ainda necessário, queríamos insistir de novo em que a finalidade última do culto à Bem-aventurada Virgem Maria é glorificar a Deus, e levar os cristãos a aplicarem-se a uma vida absolutamente conforme à sua vontade». (MC, 39). Mas tanta insistência vem revelar-nos ainda melhor que o problema é de facto real.

III — Calendarização e Harmonia Cultural

Na passagem dos princípios genéricos que acabámos de enunciar para a realidade da vida concreta de oração na Igreja, que se verifica ao longo de toda uma vida de séculos e de todo um Povo de milhões e talvez biliões de seres, introduz-se uma multiplicidade de elementos cujo tratamento exige de quando em quando revisões e mesmo correcções. Para que a reflexão que estamos fazendo acerca do culto mariano no Tempo Pascal se nos torne mais acessível, convirá lembrarmos em traços muito largos o que se tem passado ao longo dos séculos na Igreja — e que não é senão o reflexo da realidade humana que subjaz a toda a actividade da Igreja, Corpo Místico de Jesus Cristo.

Verifiquemos antes de mais que se deu uma evolução permanente no culto da Igreja ao longo dos séculos, e que essa evolução se deu no sentido da complexificação. Os investigadores fazem-nos notar, por exemplo, que a oração mais antiga à SS.ma Virgem composta pela Igreja remontará aos fins do século IV. Se repararmos no que isso significa quanto ao Calendário litúrgico e quanto às devoções populares, dar-nos-emos imediatamente conta de que a evolução se deu realmente no sentido da complexidade. Não havia, portanto, nesse tempo, nem Missas propriamente marianas, como as muitas que hoje temos, nem devoções populares, como o Rosário, e o escapulário, nem talvez mesmo o costume individual de invocação a Maria que hoje é tão frequente entre os cristãos. A própria Ave-Maria só mais tarde terá começado a ser usada na forma de oração laudativa. (°) Poderemos talvez dizer, grosso modo, que foi o Concílio de Éfeso, realizado em 431, que marcou o início de formas concretas e específicas de oração à Mãe do Senhor (sem esquecermos que o tratamento dogmático que lhe foi dado teve como razão a necessidade de melhor se definir a constituição humano-divina do Salvador).

É normal, aliás, que tendo a Igreja vindo a tomar consciência cada vez mais clara da verdade e do bem que constituem o tesouro divino da salvação, só pouco a pouco tenha aparecido um calendário de acções cultuais ao longo de determinado tempo e um certo número de práticas particulares, não oficializadas, de oração. Desenvolveu-se o conhecimento doutrinal, através sobretudo dos Concílios que iam fixando as aquisições dos Padres da Igreja e teólogos, como também algumas vezes da própria piedade popular; desenvolveu-se a vida comunitária da Igreja que se foi estruturando em zonas cada vez mais enraizadas pelos lugares de culto, pelas obras pastorais, pela organização das pessoas; desenvolveram-se os contactos sempre difíceis com outras concepções de Deus e da salvação, contactos que muitas vezes se assemelharam aos combates do povo hebreu pela posse da sua terra e da sua fé, determinando formas de oração de cunho marcadamente apolo-gético; desenvolveu-se através dos séculos, sobretudo na Idade Média, uma piedade profundamente enraizada na convicção de que Deus continuava a conduzir a sua Igreja através de aparições e intervenções sobrenaturais, o que provocava logicamente respostas cultuais renovadas e concretas, ainda hoje visíveis em tantos lugares levantados pela cristandade além, e apoiados em histórias

maravilhosas que, não tendo o apoio de documentos históricos, e muito menos de estudos científicos, são ainda assim testemunhos de uma época de verdadeiro fervor na fé e confiança na Providência de Deus. Com tudo isto, foram surgindo as celebrações marianas e dos santos, que ao mesmo tempo tomavam lugar no calendário da acção cultural da Igreja e o iam tornando cada vez mais cheio e complexo. Se percorrermos rapidamente as solenidades, festas e memórias do actual calendário mariano, veremos como foram diferentes os tempos de aparição desses monumentos de veneração à Mãe do Senhor ⁽⁶⁾.

Assim;

1 — A Dedicção de S. Maria Maior, conhecida antes pelo título de Nossa Senhora das Neves, data dos tempos do Conc. de Éfeso (ano 431). A igreja fora construída pelo Papa Libério, no século IV, mas não era dedicada à Mãe do Senhor.

2 — A Assunção de Maria ao Céu é uma celebração muito antiga da Igreja de Jerusalém, conhecida no século VI na Igreja de Bizâncio com o nome de «Dormição da Mãe de Deus».

3 — A festa de Maria Santíssima, Mãe de Deus, que foi recentemente restaurada no dia 1 de Janeiro, Oitava do Natal, terá vindo do Oriente aí pelo século VII.

4 — A Anunciação do Senhor, que agora foi reformada com este nome, mas se chamou antes «Anunciação da Mãe de Deus», entrou também em Roma no século VII, vinda das igrejas orientais.

5 — A Natividade de Maria é atestada pelo *Chronicon Paschale* do ano 624.

6 — A Apresentação de Nossa Senhora no Templo, de que fala o Proto-Evangelho de S. Tiago, faz parte do núcleo primitivo de festas marianas que do Oriente passaram à Igreja de Roma no séc. VIII.

7 — A festa da Visitação prende-se com a Ordem Franciscana, e encontra, portanto, os seus princípios, pelo menos no Ocidente, desde o século XIII.

8 — A Imaculada Conceição, que terá tido origem muito remota na festa da concepção de Santa Ana, recebeu no Ocidente um novo conteúdo a partir do século XIX, embora se tivesse imposto definitivamente nos séculos XIV-XV.

9 — Nossa Senhora do Carmo vem do Século XIV como festa dos Carmelitas, e do séc. XVIII como festa da Igreja Universal.

10 — Nossa Senhora do Rosário entrou na Liturgia depois da vitória dos cristãos sobre os Turcos, em Lepanto, a 7 de Outubro de 1571.

11 — A Memória de Nossa Senhora das Dores terá surgido na Alemanha no séc. XV, mas só no séc. XIX foi estendida à Igreja Universal, por Pio VII.

12 — Continuando com a ordem cronológica da celebração actual da Igreja temos: Nossa Senhora de Lourdes, que vem do séc. XIX.

13 — A Memória do Imaculado Coração de Maria foi introduzida por Pio XII em 1944, como modo de perpetuar a consagração ao Imaculado Coração de Maria, realizada por esse Papa em 31 de Outubro de 1942.

14 — A Memória de Nossa Senhora Rainha vem de Pio XII que a instituiu em 1954, penso que em certa relação com Fátima, já que neste Santuário o mesmo Pontífice realizou a coroação da Imagem da Capelinha, através do Card. Masella, não como Rainha de Portugal, segundo julgavam os Portugueses, mas como *Regina Mundi*, segundo anunciou várias vezes o mesmo S. Padre.

* * *

Se tivermos presente que o Senhor nos revelou a necessidade da oração permanente, poderemos compreender não só a evolução da oração oficial da Igreja, expressa em formulários cada vez mais bem estruturados, e num calendário que ocupará diariamente e ao longo das horas do dia todo o ciclo de um ano, repetindo-se todos os anos, mas compreenderemos igualmente que, ao lado dessa oração oficial, outras formas de oração se tenham desenvolvido, conforme as necessidades e vicissitudes do Povo de Deus. As invocações de Nossa Senhora por toda a Igreja, e nomeadamente em Portugal, já poderão dizer por si a multiplicidade de formas com o que o povo cristão exprimiu ao longo dos tempos a sua relação de veneração para com Maria. O facto de o ano ter 52 semanas e cada semana 7 dias e cada dia mais de uma dezena de horas de vigília, explica, à luz do preceito do Senhor, que tantas manifestações de devoção tenham surgido, e convida-nos a encarar o problema da sua harmonização com o culto à pessoa do Salvador, único mediador cujos mistérios devemos celebrar sem cessar e que nos conduz à Trindade Divina, fonte primeira e «abismo» da salvação.

Nada sendo totalmente puro na Igreja enquanto esta não atingir o estádio da Jerusalém Celeste, não admira que muitas impurezas de vária ordem se tenham introduzido no culto em geral e em particular no culto a Nossa Senhora. Verifica-se, aliás, em qualquer nível da antropologia, nas ciências, nos costumes, na arte, que todo o movimento positivo tende a evoluir num sentido de saturação e mesmo de impureza. A mentira e o erro introduzem-se nos movimentos intelectuais, o pecado irrompe nas acções do homem, o feio mistura-se com o belo, a generosidade mancha-se de egoísmo, e as gerações entram em épocas de crise, cansaço e decadência, até à morte.

É conhecida a reacção de alguns teólogos católicos, oriundos sobretudo de países onde coexistem católicos e protestantes, contra certas expressões da piedade mariana nos tempos pré-conciliares. E propósito mesmo de Fátima, esta reacção manifestou-se com certa virulência no após-guerra, quando as peregrinações da imagem de Nossa Senhora de Fátima levaram a sua mensagem e o acontecimento a toda a parte, ao mesmo tempo que as suas profecias acerca da evolução histórica e cristã do mundo em que nos situamos. Multiplicando-se os contactos entre confissões diferentes, era normal que se aprofundassem as fontes da fé reconhecidas de ambos os lados, e se procurasse cada vez mais um consenso no essencial, pondo de parte realidades e aspectos menos fundamentais quer dum lado quer do outro. Atravessando as Igrejas por este tempo uma crise séria de recrutamento e perseverança, era necessário que se recorresse de novo à pureza das fontes originais, já que só nelas se poderia encontrar a renovação desejada.

Deu-se então, com o próprio exemplo do Concílio Vaticano II, um esforço imenso de regresso à simplicidade, à pureza, à verdade. As biografias dos Santos foram reexaminados, sobretudo nas suas pretensões de presença miraculosa de Deus; procurou-se que as verdades da fé fossem melhor fundadas nas verdadeiras fontes da revelação, e antes de mais, na própria Escritura Sagrada; procurou-se que os cristãos se preocupem muito mais com o que os pode unir do que com os pontos de discórdia, e tentou-se assim libertar energias comuns para uma presença mais aguerrida e testemunhante num mundo que perde a noção de Deus ou espera mesmo destruí-la por completo.

Era também normal que, como acontece sempre nestes períodos, algumas denúncias fossem feitas. No campo da Mariologia e da devoção a Nossa Senhora, vimos já como o Concílio en-

tendeu ter razão para advertir os fiéis de alguns riscos. Tendo antes advertido teólogos e pregadores da tentação de «um falso exagero» ou de «uma demasiada estreiteza na consideração da dignidade singular da Mãe de Deus» (LG, 67), para não «induzir em erro acerca da doutrina da Igreja os irmãos separados, ou quaisquer outros» (Ib.), lembra aos fiéis que «a verdadeira devoção não consiste numa emoção estéril e passageira, mas nasce da fé, que nos faz reconhecer a grandeza da Mãe de Deus, e nos incita a amar filialmente a nossa Mãe, e a imitar as suas virtudes». (Ib.).

Ainda neste capítulo, Paulo VI, que no seguimento do Concílio fez muitíssimo para fomentar a devoção a Nossa Senhora, dedica um número inteiro da *Marialis Cultus* ao que chama «aspectos erróneos do culto a Nossa Senhora» e que poderíamos sintetizar nos seguintes termos: «exagero de conteúdos ou de formas, que vai até falsear a doutrina»; «mesquinhez de espírito que chega a obscurecer a figura e a missão de Maria»; «desvios de culto» manifestos numa «credulidade superficial», «práticas puramente exteriores» sem «comprometimento sério», «sentimentalismo estéril e passageiro», «descomedida busca de novidade e de factos extraordinários», com o perigo de se não banir o que é «manifestamente lendário ou falso», e impureza nas motivações, em lugar de se manter «longe dos santuários qualquer interesse mesquinho» — como por exemplo, pensamos nós, interesses económicos que possam sobrepor-se à acção pastoral. (n.º 38).

Será, pois, sobre estas preocupações de fundo que irá desenvolver-se a reforma do calendário das acções culturais da Igreja, em geral e para com Nossa Senhora, cuja missão, quer no mistério de Cristo quer no mistério da Igreja, o Concílio se esforçou por ilustrar, numa síntese que nunca fora feita por tão alta instância e que o Papa Paulo VI altamente elogiou.

Será que, em tempos de purificação, se pode fomentar alguma coisa, ajudando-a a desenvolver-se, ou a purificação levará inexoravelmente a uma retracção do campo cultural, cortando festas, por exemplo, tirando-lhes solenidade, eliminando devoções, aconselhando, em síntese, rezar menos para rezar melhor?

Pode acontecer. E não deixa talvez de ser sintoma desta solução, o facto de se ter estabelecido um silêncio sagrado nas acções litúrgicas, com a reforma conciliar. É que, em períodos de saturação como a que reclama este regresso à simplicidade das fontes, há que dar ao indivíduo, e por ele às instituições, o tempo e a disposição para o encontro da sua própria interioridade. O que não significa

— há que insistir nisso — a busca do intimismo egocêntrico daqueles que, por se terem saturado dos outros, resolvem definitivamente abandoná-los. O silêncio sagrado da Liturgia será, antes, o momento para nos darmos conta de que nos perdemos do nosso irmão, talvez porque em lugar de dialogar com ele, quisemos fazer carreira e triunfo à custa da sua personalidade e da sua verdade. Não é sem razão que o Senhor nos quis remir no silêncio da sua morte — um silêncio em que se abafaram e morreram tantas vozes desordenadas, como a de Pedro que, fora de si, prometera o que não cumpriria.

Assim pois como, no interior de um rito, o silêncio é necessário para que o homem melhor encontre a plenitude do seu «eu» com todas as implicações humano-divinas e humano-humanas (quer dizer sociais), assim poderá acontecer que alguns silencia-mentos no conjunto de uma ordenação cultual sejam indispensáveis a uma verdadeira refontalização do culto. Assim interpreto a reforma do calendário mariano e assim penso que poderá interpretar-se a «falta» da presença de Maria na Liturgia do Tempo Pascal, desde que o «silêncio» seja consciente e se não torne pura ausência. Falando do silêncio sagrado diz com efeito a Instrução *Musicam Sacram* que por ele «os fiéis não se vêem reduzidos a assistir à acção litúrgica como espectadores mudos e estranhos, mas são associados intimamente ao Mistério que se celebra, graças àquela disposição interior que nasce da Palavra de Deus escutada, dos cânticos e das orações que se pronunciam e da união espiritual com o celebrante nas partes por ele ditas». (n.º 17).

Este silêncio é criador, porque necessário ambiente para a criação. Nestes silêncios morre muita ganga accidental, cai muito verniz superficial, calam-se vozes banais, cortam-se ramos secos já estéreis, acabam-se quesílias superficiais, deitam-se abaixo rebentos espúrios, cortam-se as fimbrias e as filactérias, moderam-se actividades dispersas, troca-se o maravilhoso falaz pelo realismo da vida que nasce no sepulcro, e a Igreja conhece um novo nascimento como o que o Senhor anunciou a Nicodemos: «Se não voltardes a nascer, não entrareis no reino dos Céus». Porquê? Porque vos estiolais longe das fontes da vida. (Esta assembleia parece-me ser um desses rebentos de vida gerados já na pureza das fontes que o Concílio nos convidou a frequentar).

Mas se vos recolheis de novo nas fontes, então tudo será novo, e forte, e fiel, e puro, direi mesmo, virginal. Não é mistério que a Igreja tenha tido a força que teve nos primeiros séculos

apesar de não possuir calendário litúrgico, nem festas marianas, nem o terço do Rosário, nem escapulário, nem nenhuma das centenas de confrarias e congregações religiosas que nós temos hoje, nem concílios, nem Código de Direito Canónico (com tantas leis que às vezes somos incapazes de as reduzir à simplicidade das duas essenciais, como já os fariseus no tempo do Senhor).

Dir-me-eis a brincar: saudades dos tempos apostólicos! E eu responder-vos-ei, também a brincar, pensando nos irmãos judeus, muçulmanos, chineses, indianos e outros que nunca beberam nas fontes cristãs mas de quem se lembrou o Concílio: saudades mas é dos tempos adamíticos! Só na saudade dos tempos adamíticos se pode alimentar a saudade dos princípios cristãos da Igreja.

IV — PARA UMA AVALIAÇÃO DA PRAXIS CULTUAL MARIANA NO TEMPO PASCAL

Talvez não seja atrevimento interrogarmo-nos agora sobre se a reforma do calendário romano, consequente ao Concílio Vaticano II responderá com fidelidade aos princípios do mesmo Concílio, e sobre o que poderemos fazer para, seguindo a mente do mesmo Concílio, fomentarmos o culto da B. V. Maria.

Paulo VI, ao apresentar o novo missal reformado sobre Nossa Senhora, começa por afirmar que desde que assumiu a Cátedra de Pedro sempre se esforçou por «dar incremento ao culto mariano». E isto «com o intuito de interpretar o sentir da Igreja e seguir uma inclinação pessoal». De facto, continua o S. Padre, «O desenvolvimento que tanto desejamos da devoção à Virgem Maria é um dos elementos que qualificam a piedade autêntica da Igreja, pois (...) esta devoção está inserida no âmago do único culto que com pleno direito se chama «cristão», visto que em Cristo tem a sua origem e eficácia, em Cristo encontra completa expressão, e por meio de Cristo, no Espírito, conduz ao Pai». Contra qualquer outra impressão que nos pudesse vir dos critérios seguidos na reforma do Missal, o S. Padre diz que «a cada avanço autêntico do culto cristão segue-se necessariamente um incremento proporcional da veneração para com a Mãe do Senhor». (MC. introdução).

Teremos de precaver-nos, entretanto, contra o aflorar consciente ou inconsciente de outros critérios estranhos ao julgarmos a reforma no que respeita a Nossa Senhora. Estamos, por exemplo, muito habituados ao aforisma «De Maria nunquam

satis» (para Nossa Senhora quanto mais melhor) que poderia levar-nos a identificar «incremento» do culto mariano com aumento de festas em honra de Maria, ou ao menos com a manutenção das já introduzidas no Missal, e com a ordem de importância que lhes era atribuída. Sofreríamos uma decepção se este critério quanto-qualitativo não fosse relativizado no conjunto de princípios que vimos enunciando sobre a necessidade de uma refontalização de toda a actividade da Igreja.

De facto, que se passou na reforma do Missal quanto a Nossa Senhora?

1 — Seguindo as novas ordens de importância, ficámos com 4 solenidades, 2 festas, 7 memórias obrigatórias e 1 memória facultativa. As solenidades são a Imaculada Conceição, Santa Maria Mãe de Deus, Anunciação do Senhor e Assunção. Ficaram como festas, a Visitação e a Natividade. Entraram na categoria de memórias obrigatórias, Nossa Senhora do Carmo, a Dedicção da Basílica de Santa Maria Maior (que perdeu o nome de Dedicção de Santa Maria das Neves), Nossa Senhora Rainha, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário e Apresentação de Nossa Senhora. Desceu à categoria de memória facultativa a festa do Imaculado Coração de Maria, juntamente com a de Nossa Senhora de Lourdes.

De assinalar nesta nova calendarização a introdução da antiga festa de Santa Maria Mãe de Deus, na oitava do Natal, e a deslocação das seguintes: Visitação, que da oitava de João Baptista (2 de Julho) passou para o dia 31 de Maio, talvez como coroamento do mês dedicado a Nossa Senhora; por sua vez, a festa de Nossa Senhora Rainha, agora memória, passou para a oitava da Assunção, já que o respectivo mistério se situa logicamente na sequência daquele privilégio mariano; do dia 22 de Agosto para o sábado a seguir à solenidade do Santíssimo Coração de Jesus deslocou-se, também por razões lógicas, a festa do Imaculado Coração de Maria.

O novo calendário valoriza ou desvaloriza as celebrações marianas? É uma pergunta delicada, sobretudo depois que Paulo VI publicou a *Mariæ Cultus*, em que parece afirmar a correspondência do novo calendário ao desejo do Concílio, e seu próprio, de fomentar e incrementar o culto da Bem-aventurada Virgem Maria, e se tivermos em conta o que antes dissémos acerca da tendência para avaliar a importância das coisas também sob o ponto

de vista quantitativo e qualitativo ou, se quisermos, classificativo. Um Autor espanhol, partindo de um ponto de vista particular, deu-se ao trabalho de verificar qual a sorte das festas de segunda classe na passagem para o novo Ordo. Eram 27 essas festas. Ora, segundo ele, «todas elas» conservam a sua anterior categoria (agora com a determinação de festa) excepto a Realeza de Maria, As sete Dores da Santíssima Virgem, Nossa Senhora do Rosário, S. Joaquim e Santa Ana (Pais da Santíssima Virgem) : dias que passam a ser memórias obrigatórias; a festa do Imaculado Coração de Maria baixa a *memória livre*. Não será estranho que todos os dias litúrgicos (de II classe) conservem a sua categoria (agora com o nome de festa) excepto os relacionados com a Santíssima Virgem? E não será surpreendente que se rebaixe ao ínfimo grau litúrgico a festa do Imaculado Coração de Maria? Antes da Reforma fazia-se menção do Coração de Maria na Secreta (oração sobre as oblatas) e na Póscomunhão (oração depois da comunhão) da Missa; agora não. Antes da Reforma tinha um ofício de leitura próprio; agora desapareceu». E o Autor termina com uma citação de Paulo VI dentro de uma última interrogação: «Mas não desejava Paulo VI que o Imaculado Coração de Maria resplandecesse diante do olhar de todos os cristãos como modelo de perfeito amor para com Deus e para com o próximo?» (7)

Se citámos estas interrogações foi porque achámos poder fazê-las nossas, até certo ponto. De facto, admitindo o princípio de simplificação atrás enunciado, o que nos parece importante, nesta reforma, são os critérios de base e não tanto as concretizações, que são sempre passíveis de extensões diversas, conforme até a situação das pessoas que colaboram numa reforma. Roma é um lugar de grande centralidade, foi-o sobretudo durante estes tempos em que novos tempos se prepararam para a Igreja, e pode ter parecido necessário para a generalidade dos cristãos o que nalgumas partes, por exemplo nos países mais tocados pela mensagem de Fátima, não pareceria tão urgente. Aliás, todas as fontes da Reforma apontam para a possibilidade de se realçarem localmente os mistérios ou acontecimentos que o não tenham podido ser no Calendário Geral. Por mim penso que foi pena tirar-se à festa do Imaculado Coração de Maria a sua qualidade de obrigatória, quer dizer, na prática, universal, tanto mais que ela tem um assentamento bíblico muito suficiente; e nem se compreende como, depois de uma solenidade dedicada ao Santíssimo Coração de Jesus, e em relação com ela, se deixe a memória do Coração da

Mãe como simplesmente facultativa. Falando em termos afectivos, normais em assunto do coração, diremos que o Coração de Jesus não gostará de ver que o Coração de sua Mãe foi colocado tão longe do seu... Veja-se, por exemplo, que já a festa de Maria na oitava do Natal foi ali elevada como solenidade.

* * *

Voltemos, porém, ao tema directo desta conferência, que é o culto de Maria no tempo pascal. Haveria alguma possibilidade de a Reforma, sem transgredir os seus princípios, ter adoptado uma posição mais positiva no que se refere ao Calendário da Missa? Uma vez que um dos critérios é o de celebrar acontecimentos salvíficos, e tanto quanto possível relacionados com o tempo cristológico de que fazem parte, poderiam sem dúvida ter-se guardado as duas possibilidades que admitia o missal anterior: de Nossa Senhora das Dores mais na proximidade do mistério da Cruz e Nossa Senhora do Cenáculo junto do Pentecostes. Já lhe não daríamos, como antes, o nome alternativo de Nossa Senhora dos Apóstolos, uma vez que não foram os onze que estiveram no Cenáculo, mas mais de cem outros discípulos, o que é significativo num tempo em que a Igreja entende debruçar-se a sério sobre a Teologia do laicado. Compreende-se entretanto que não é necessário compor uma Missa para que a memória de Maria seja vivida, podendo bastar que os textos litúrgicos falem dela, no tempo respectivo. (8)

Aliás, se no decurso dos primeiros séculos em que as principais festas marianas foram instituídas — e com esta reflexão nos situamos de novo em clima ecuménico — se não puseram em relevo os acontecimentos marianos mais relacionados com a presença e cooperação de Maria no mistério pascal, desde a Paixão do Senhor até ao Pentecostes, terá sido certamente porque, quer nos textos bíblicos, quer nos da tradição, verificou a Igreja que era muito discreta a presença de Maria. E como não pode deixar de olhar-se à vontade de Deus que nessa discrição se manifestou, admite-se que a memória de Maria nessas ocasiões se faça também discretamente, enquanto a atenção principal da Igreja vai para os mistérios de seu Filho Salvador. Estamos ainda aqui com o problema da composição, que volta sempre quando se pretende dar ao mistério de Cristo Salvador o lugar que lhe compete na oração do povo cristão, um povo que, sujeito às vicissitudes do tempo

que passa, não consegue ter tempo suficiente para tudo o que todos desejariam fazer, ao mesmo tempo.

* * *

Uma vez que o nosso campo não é só a Liturgia, mas toda a oração da Igreja, mesmo a dos cristãos ou associações, sobretudo a que recebeu aprovação oficial, devemos dizer uma palavra sobre a *devoção do Mês de Maio e a do Rosário* que com ele está intimamente ligado. Começamos por constatar que tanto um como outro têm recebido da autoridade pontifícia os máximos encorajamentos. Paulo VI exortou os cristãos à oração a Maria pelas necessidades da Igreja no mês que lhe consagramos, e na Exortação *Marialis Cultus* fez um pequeno tratado do Rosário, que vai certamente ficar como marco histórico a consagrar definitivamente, se disso tinha necessidade, esta antiga devoção mariana.

Admitida a vantagem de se dedicar todo o mês a Nossa Senhora, o problema que sempre aflora é ainda o da harmonização desse tempo e modo de culto com uma prática de oração litúrgica ou não litúrgica que observe a recta ordem que compete a toda a oração dos cristãos, remidos pelo sangue do único mediador essencial Nosso Senhor Jesus Cristo. Será possível compor um mês inteiro dedicado a Maria em pleno Tempo Pascal, como é o mês de Maio, sem prejudicarmos a permanente presença de Jesus, que obediente à vontade do Pai, pela força do Espírito se entrega por nós, ressuscita por nós e nos envia o mesmo Espírito para o nascimento e a vida da Igreja?

Digamos que tal composição é por um lado, muito difícil, e por outro, muita necessária. Difícil, porque ou dizemos todos os dias a mesma coisa, ou dizemos coisas que só longinquamente se referem ao mistério pascal, ou temos de fazer um esforço ingente, que resulta tantas vezes forçado até na aparência, e nem sempre conduz à unidade que se pretende. Contar casos e milagres interessantes é fácil quando se é crédulo — mas relacioná-los com o mistério pascal que é antes de mais um mistério de verdade e não de piedosas suposições, isso é difícil. Falar sempre de Maria, que é a razão imediata da reunião e da oração, mas sem deixar de ter presente que o Salvador é seu Filho, não havendo por outro dado textos bíblicos suficientes para apoio, torna-se tarefa de fazer desistir os mais generosos.

E entretanto, esta tarefa é uma necessidade. Precisamente pelo princípio de unidade e harmonia que aqui temos enunciado como primeiro e essencial. Necessidade, portanto, que nos obriga a não desistir. Até porque, ou vivificamos a oração popular dos cristãos, ou deixamos sem significado soteriológico a maior parte da oração que se faz na Igreja. Sei que entro de novo em considerações quantitativas, mas faço-o também de novo conscientemente. Já o Concílio teve o cuidado de observar que a oração litúrgica não esgota toda a oração da Igreja e que é preciso estar atento pastoralmente a esta realidade, não para consagrar liturgicamente tudo o que acontece entre o povo cristão, mas para ajudar o povo a manter a sua oração dentro das linhas rectas que uma sã Soteriologia exige. Ao iniciar a segunda parte da sua aqui tão citada Exortação *Marialis Cultus* — um documento de valor extraordinário sob o ponto de vista da pastoral — Paulo VI faz um apelo às Conferências Episcopais, às Igrejas locais, às Famílias religiosas e às comunidades de fiéis para que favoreçam uma «genuína actividade criadora», no sentido de «procederem simultaneamente, a uma diligente revisão dos exercícios de piedade para com a Santíssima Virgem». De facto, diz o S. Padre, «as formas em que se exprime essa piedade, sujeitas ao desgaste do tempo», apresentam-se muitas vezes «necessitadas de uma renovação que dê azo a nelas serem substituídos os elementos caducos, a serem valorizados os perenes, e a serem incorporados os dados doutrinários adquiridos pela reflexão teológica e propostos pelo Magistério eclesiástico». (MC, 24).

O facto de o Papa dedicar ao assunto mais de metade da sua longa exortação diz-nos precisamente da sua convicção acerca da importância e necessidade deste trabalho que a Igreja terá deixado até hoje demasiado livre, pelo que não deixarei de apontar com pedido de perdão, se sou atrevido, que mesmo os Secretariados de Liturgia podem correr o risco de uma deformação que lhes vem da sua própria denominação, pensando que não têm a ver senão com o campo da oração e da pastoral litúrgica, quando a verdade, se me não engano, é que este campo da oração não oficial dos cristãos ocupa mais lugar na vida dos mesmos do que a oração litúrgica. Longe de mim, o querer aqui afirmar que a quantidade é suficiente critério para a importância, mas digo que podemos deixar desviar muito o sentido da oração dos cristãos se não alimentamos nas fontes reveladas a sua vida de relação com Deus, a nível pessoal e grupal.

Ora os *critérios* para esse trabalho foram-nos dados pelo mesmo Pulo VI, podendo classificar-se em temáticos e metodológicos. Tematicamente, O S. Padre diz-nos que o culto a Maria tem de receber uma orientação cristológica, trinitária e eclesial. Sobre a orientação cristológica e trinitária já antes se falava muito, dado que ela foi sempre objecto de vigilância e acerbas críticas por parte dos nossos irmãos protestantes; mas precisamente pela condenação global que deles fazíamos, nem sempre terá parecido necessário pôr em realce, na teoria e na prática, esta orientação, aliás difícil, em exercícios que se dirijam predominantemente a Nossa Senhora, como são por exemplo certas promessas, procissões, e mesmo o rosário.

A orientação eclesiológica parece nascer do relevo que o Concílio deu às relações de Maria com a Igreja, e penso que teremos aí uma fonte inesgotável para a renovação da piedade mariana que tantas vezes se funda nas necessidades vitais dos cristãos, muito confinadas, senão aos próprios indivíduos, pelo menos ao âmbito das suas famílias. Pondo em relevo a maternidade de Maria sobre a Igreja, despertar-se-á o amor para com todos os irmãos e a devoção mariana ganhará assim em dimensão fraterna, num tempo muito tocado pelos egoismos de vários âmbitos. Os Santuários têm aqui um indicador ideal para uma evangelização das promessas, não para que as promessas deixem de fazer-se, e nem para que as suas motivações particulares desapareçam, mas para que dêem ocasião a um alargamento do coração do cristão para os seus irmãos próximos ou afastados, com cujos problemas deve interessar-se, assim como para a sua comunidade de inserção eclesial.

Os critérios que podemos chamar talvez metodológicos são quatro: bíblico, litúrgico, ecuménico, e antropológico. A não ser que achássemos preferível tratar os aspectos ecuménico e antropológico nos critérios temáticos, e então ficaríamos aqui com a Bíblia e a Liturgia como fontes de alimentação para a piedade popular.

É fácil de ver em todos estes critérios a repercussão do espírito do Concílio. Primeiro, no cunho bíblico que se pede para a piedade mariana. Por necessidade de regresso às fontes, já evocada, por necessidade de diálogo com os irmãos separados, e porque o problema da verdade, mesmo na oração, não pode nunca deixar de ser o primeiro problema da Igreja (como sempre foi o primeiro problema da Humanidade) têm os cristãos de alimen-

tar-se cada vez mais em fontes insuspeitas que os coloquem ao abrigo de objecções fáceis de superficialidade e credence; por parte de cristãos e não cristãos. Querendo o Concílio dialogar com todos os homens de boa vontade, teve de cuidar que os cristãos se coloquem em plataformas seguras sobre as quais o diálogo seja possível, eliminando tudo o que possam ser falsos suportes ou falsas pistas. Daí também o critério antropológico que, talvez um pouco estranhamente para alguns, o S. Padre não desdenhou e ousou mesmo incluir na sua Exortação, num número a que se pode dar o título de «as modernas concepções antropológicas e a imagem de Maria» (MC, 34 ss.).

Sobre a hamonização da piedade popular com a Liturgia haveria todo um estudo profundo a fazer, e sobretudo um programa de acção a concretizar. A tarefa é, uma vez mais o dizemos, muitíssimo difícil, como poderão verificar todos aqueles que alguma vez a tentaram. Mas não pode ser impossível, pela tal lei da necessária unidade a que tem de submeter-se toda a acção dos cristãos, sob pena de desagregação psicológica e social, com enorme desgaste para as energias da Igreja. Também o Concílio se debruçou sobre este tema, e também aqui têm os organismos encarregados da Liturgia um campo aberto a muita actividade de frutos insuspeitados. O mistério pascal só será vivido na medida em que os cristãos integrarem nele toda a sua actividade de oração, mesmo os pedidos mais pessoais e mais ligados às necessidades telúricas do homem, como o pão, a saúde e a paz.

V — CONCLUSÃO

Em conclusão diremos, a propósito do culto a Maria no Tempo Pascal que ele tem, na Liturgia, uma presença difusa ou discreta, fraco resultado do eco nela despertado pelas duas únicas referências bíblicas a Maria directamente colocadas nesse tempo da vida do Senhor e da Igreja (Jo 19, 25-27; Act 1, 14), mas encontra um anúncio muito vigoroso nas festas mais relacionadas com o Nascimento do Salvador, assim como um eco posterior na memória de Nossa Senhora das Dores, já colocada fora do Tempo Pascal, na solenidade da Assunção e na memória de Nossa Senhora Rainha, que são a manifestação plena do mistério pascal de Jesus em Maria, celebrada pela Igreja, como primícias da sua própria glorificação na glória do Cordeiro. Ao lado, mas a integrar quanto possível na corrente pascal, desenvolvem-se todas as

devogões populares do mês de Maio em louvor de Maria, as quais devem constituir um tempo privilegiado para a catequese do mistério pascal enquanto vivido plenamente pela Mãe do Salvador, e não só nos tempos cruciais da prova suprema, que foi a da Morte e Ressurreição, mas já desde o «sim» generoso que Maria deu à proposta do Senhor, no anúncio da Encarnação, para a salvação dos homens.

Integrado nos princípios de uma lúcida piedade para com a Mãe do Senhor, o culto a Maria, no tempo pascal como ao longo do ano, quer tenha a sua fonte na Liturgia quer nasça da espontânea piedade do povo cristão, será assim, como todo o culto, uma participação na celeste Liturgia da Cidade Santa de Jerusalém, «para a qual nos encaminhamos como peregrinos, e onde Cristo está sentado à direita de Deus, ministro do santuário e do verdadeiro tabernáculo»; por esse culto «cantamos ao Senhor um hino de glória com toda a milícia do exército celestial, esperamos ter parte e comunhão com os santos, cuja memória veneramos, e aguardamos como salvador Nosso Senhor Jesus Cristo, até Ele aparecer como nossa vida e nós aparecermos com Ele na glória» (SC, 8), onde tudo se unificará numa harmonia final e divina, no Pai, no Filho e no Espírito Santo.

LUCIANO GUERRA

NOTAS

- (1) BURKHARD MEUNHEUSER, *Maria em su año litúrgico*, em L. DELLA TORRE E OUTROS, *La Virgen Maria en el culto de la Iglesia*, (tradução do Italiano), Ediciones Sígueme, Apart. 332, Salamanca, 1968, p. 89.
- (2) AAS 56 (1964) 878.
- (3) AAS 61 (1969) 222.
- (4) IGMR, cap. 1, n.º 1
- (5) cf. Cândido POZO, *Maria em la obra de la salvación*, B.A.C., Madrid, 1974, pg. 39-40
- (6) Seguimos, para estes dados, VON BALTHASAR e OUTROS, *O culto a Maria hoje*, Edições Paulinas, S. Paulo 1980, p. 113 ss.
- (7) P. GARCIA, *Fátima, los Papas y nuestro tiempo*, Edições Sol de Fátima, Patronato Juan XXIII, Orcasitas, Madrid - 26, p. 30 s.
- (8) Não incluímos a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, própria de Portugal, porque, tendo embora lugar no Tempo Pascal, a sua inspiração vem do acontecimento e da mensagem de Fátima, não do tempo litúrgico em que se situa.

O Canto da Assembleia Litúrgica

Introdução

Apareceu há tempos, em França, um livro de Michel Scouarnec com o seguinte título: «Dis-moi ce que tu chantes?». (1)

O autor, divagando por uma reflexão existencial sobre o canto da assembleia, alimentada pela teologia, liturgia e ciências humanas, acaba por colocar o leitor perante o seguinte : — Diz-me o que cantas e dir-te-ei quem és: qual o teu Deus, a tua relação com Deus, quais a tua Igreja e o teu mundo, quais os teus educadores, etc, etc.

Efectivamente, o canto que as assembleias litúrgicas praticam, hoje, em Portugal, em todas as suas vertentes (se cantam ou não cantam, o que cantam, porque cantam, como cantam e quando cantam) poderá estabelecer a base óptima de um balanço a fazer àquilo que tem sido a música litúrgica em Portugal, depois do Concílio. Quem dera que um teólogo, corajoso e lúcido, fizesse uma leitura teológico-ecclesial, e de valores subjacentes aos variados comportamentos litúrgico-musicais das assembleias litúrgicas do nosso País. Esse trabalho, creio, repreender-nos-ia, severamente, a todos os que temos responsabilidade sobre a pastoral da música litúrgica. E seria um processo interessante de celebrar os 20 anos da Constituição sobre a Sagrada Liturgia. Para se abrirem novos caminhos...

Por muitas vezes e de vários modos, foram tratados nestes Encontros Nacionais questões sobre música litúrgica, sobre o canto na Liturgia. Amargamente, temos de confessar que pouco tem valido. Continuam, de facto, por despoletar os verdadeiros processos capazes de gerar a situação nova que o Concílio inspira. Parece não ter havido coragem para despoletar esses processos.

O termo *funcional* que aparece nos textos conciliares ou post-conciliares e que adjectiva a música a usar nas celebrações litúrgicas tem sido entendido, frequentemente, como pertencendo ao vocabulário e à redutora pedagogia da técnica que invade tudo e todos, mais ou menos

subtilmente. Entrou na música que se canta na Liturgia a pseudo-filosofia do consumismo, da eficácia a qualquer preço, do aliciamento, da propaganda. Os esforços individualizados e localizados de alguns, por mais louváveis e válidos que sejam, não conseguem imprimir um cunho justo à música que se pratica na Liturgia em Portugal. Não gostaria de repetir aqui coisas, ditas e reditas em anos anteriores. Preferia ultrapassar a área fenomenológica deste assunto e reflectir convosco em questões anteriores nas quais está o segredo duma transformação, se for desejada.

A música na Liturgia (quer como concepção, quer como composição quer como prática) deve ocupar, de novo, o seu justo enquadramento: a categoria da arte; da arte que é uma categoria da filosofia cristã.

Os responsáveis, na Igreja, pela educação litúrgica do Povo de Deus, a nível nacional ou diocesano, deverão assumir com maior determinação as suas responsabilidades claramente consignadas nos documentos da Igreja. Cada assembleia deverá ser formada e preparada com objectividade, competência e doação.

Dividirei esta intervenção em 3 partes :

1. A Igreja deverá promover uma teologia da beleza nos seus fundamentos e nas suas realizações práticas para a educação do Povo de Deus. A música litúrgica e o canto da assembleia têm, nessa teologia, unicamente, o seu enquadramento.
2. Urge lançar uma verdadeira pastoral da música litúrgica. O canto da assembleia é o lugar óptimo da confluência dessa pastoral.
3. A promoção do canto da assembleia deve atender a algumas recomendações práticas. Este ponto deverá ser, de preferência, desenvolvido no colóquio.

- 1.^a Parte : *A Igreja deverá promover uma teologia da beleza nos seus fundamentos e nas suas realizações práticas para a educação do Povo de Deus. A música litúrgica e o canto da assembleia têm, nessa teologia, unicamente, o seu enquadramento.*

Consideração n.º 1 :

Na libérrima e gratuita doação do seu amor, Deus, depois de ter chamado a Criação à existência, criou o homem «à sua imagem e semelhança». Ao criá-lo assim, Deus quis tornar o homem e, nele, toda

a Criação, participante da Sua luz e glória, da Sua Beleza e Santidade. Este projecto misterioso culminou e completou-se quando o Verbo, esplendor da glória do Pai, pelo Espírito Santo desposou, na Encarnação, a nossa humanidade. Deus e o homem encontram-se, agora, em dom e acolhimento.

A Liturgia celeste e eterna de que Cristo é o ministro do santuário e da tenda verdadeira, armada pelo Senhor e não pelo homem (conf. Heb. 8,2) e que não passará, mas faz passar este mundo para a Glória do Pai, toma corpo na Igreja, isto é, na humanidade assumida e unida ao Corpo glorioso de Cristo pelo Espírito Santo. A Liturgia sobre a terra torna-se, pois, acção do Espírito e da Igreja.

Consideração n.º 2 :

O mistério da Igreja e da Liturgia são indissociáveis. A Igreja, Esposa de Cristo, é a condição da Liturgia celeste da nossa humanidade mortal. A Igreja é a garante de que as liturgias locais sejam o símbolo, o espelho, a participação e a pedagogia da Liturgia celeste. A Assembleia Litúrgica é a epifania da única Igreja de Cristo. A Celebração Litúrgica é a epifania da única Liturgia. A Celebração é, pois, o momento (kairos) e o local onde a Liturgia faz viver a Igreja em todo o seu mistério. Assim as igrejas locais vivem a sua unidade na catolicidade, participante da mesma e única Liturgia celeste.

A liturgia de uma igreja local, sinal e participação da Liturgia celeste, é uma acção humana carregada de um significado que a ultrapassa. Os elementos que servem a liturgia (palavra, gesto, canto, tempo, lugar, coisas materiais) serão marcados por uma qualidade que os faça chegar ao mistério e interpretá-lo. Só a matéria que se transcende pode ser veículo do diálogo entre Deus e o homem. O recurso ao símbolo, essencial na Liturgia, fundamenta-se nesta possibilidade de conversão da matéria e no facto de a acção litúrgica não ser mera actividade natural.

Tomar os dados da natureza e dar-lhes uma nova orientação e uma nova ordem é próprio da Arte. A Arte é, por isso, chamada a oferecer o melhor de si mesma à mais grandiosa realidade : a da vivência na liturgia do mistério da Comunhão humano-divina.

Entretanto, se a acção litúrgica é acção simbólica, e, nesse sentido, é obra de arte, só o é, contudo, na medida em que se abre ao Espírito Santo. A sua linguagem e a sua eficácia superam absolutamente a da linguagem simbólica ou da arte. Por isso, o âmbito da criação artística e da acção simbólica na liturgia não pode ser outro que não o da Fé.

Consideração n.º 3 :

O problema da correcta educação cristã do Povo de Deus está inteiramente ligado à circulação ou não de valores perenes, típicos e próprios da Igreja. Não será difícil concluir que o canto do Povo de Deus em assembleia litúrgica (o que canta, porque canta e como canta) se coloca no desaguar de muitas torrentes que a Igreja gera e alimenta. A Igreja tem um projecto muito concreto e único sobre o homem e sobre as coisas, projecto que reflecte a luz que dimana do Verbo incarnado, luz que diviniza o homem, luz que santifica e sacramentaliza as coisas. Um projecto para anunciar ao mundo, a fim de que o mundo encontre o seu fim e a sua realização. A transferência de tal missão fez com que a Igreja, desde sempre, recorresse ao concurso da arte e do artista.

«Nós homens da religião, dizia o então cardeal Montini, temos um mundo inteiro invisível, sobrenatural e acima dos sentidos, para o fazer acessível ao homem, ao qual o nosso misterioso tesouro não pode ser comunicado a não ser em forma de sacramento, isto é, sobre o sagrado e sensível sinal da arte: o som das palavras que formam a música, a cor das coisas deliciosas, as formas externas sabiamente dispostas. Por outras palavras : por meio de uma certa «materialização» das coisas espirituais (...). Por isso, o artista é mediador entre nós os que possuímos o tesouro da palavra divina, do inefável e do inacessível, e aquele a quem devemos transmitir um discurso divino. O artista é o veículo, o caminho, o intérprete. É a ponte entre o nosso mundo espiritual e a sociedade humana: a ponte entre o nosso mundo religioso e espiritual e a sociedade e a experiência dos outros e as almas com as quais falamos (...). O artista desempenha, poderia dizer-se, um ministério quase sacerdotal (para-sacerdotal), ao lado do nosso. Nós exercemos os mistérios de Deus; ele é o colaborador humano que descreve esses mistérios de uma maneira actual e acessível». (2)

Nestas palavras, estão declaradas e insculpidas a função e lugar da arte e do artista na Igreja. Constatamos que esta consciência da Igreja se manifestou em obras, mais nos séculos passados do que o nosso tempo. O desenvolvimento e reflexão científica e o poderoso crescimento e organização técnica ompuseram-se de tal modo que o mundo e mesmo a Igreja como que ficaram atordoados. E as consequências não se fizeram esperar.

As janelas que permitiam ao homem a sua projecção para o infinito foram obstruídas, o homem ficou sem meios para reconhecer a sua transcendência, eclipsaram-se os valores que lhe garantiam a mediação que lhe permite a realização da sua vocação superior. A arte começa a construir-se à imagem da técnica e da ciência e o projecto de arte da Igreja que vive da inefável obra de arte que é o Verbo incarnado deixa de ter vigor operativo. Os homens passaram a ser envolvidos e, logo, marcados por coisas sem sublimidade, promove-se o gosto pelo aleatório, experimental, fortuito e sensorial. Surgem ideologias fechadas sobre si mesmas, gerando tédio e desespero. Os artistas cristãos esquecem-se dos arquétipos que deveriam cultivar para enfileirarem em correntes transitórias e de horizonte reduzido. O próprio sagrado torna-se presa de elites, de grupos ou seitas de iluminados, campo de alienação ou superstição, tanto mais atraente quanto mais opaco e sem sentido se torna o nosso mundo.

É pertinente dar-se aqui a palavra a Alcada Baptista : «Não nos podemos admirar que os senhores industriais apliquem nas suas empresas as mais frias técnicas de produtividade, se os movimentos espirituais, «as igrejas» usam e abusam hoje de técnicas de aliciamento e propaganda como qualquer vendedor de detergentes». (3) O homem precisa da técnica e da ciência, mas não vive nem para a ciência nem para a técnica, muito menos para as suas excrecências.

Consideração n.º 4:

Para ser feliz, o homem deverá integrar na sua vida a mediação da arte, aquela única plataforma que lhe permite descobrir a transcendência, a sua vocação e a beleza da sua dignidade.

«A esfera do belo, dizia Danielou, é a das hierarquias intermediárias, irradiantes da glória que desce cascadeante da Trindade até à opacidade informe da matéria». (4) Só na arte encontra a ciência a linguagem, para se abrir ao sagrado.

Mediação: eis a função da arte. A arte não é física nem metafísica. Mas é aquilo que possibilita que a física atinja a metafísica. Por esta função de mediação, a arte é a grande escola de humanidade. Por ela, o homem pode ser mais homem: «genus humanum arte et ratione vivit» (S. Tomás de Aquino). Por ela, o homem pode sentir-se mais perto de Deus, perceber a dimensão transcendente da condição humana, abrir os olhos à natureza

divina que refulge nas criaturas e sumamente mais no homem, imagem e semelhança de Deus. Sem a arte, o sagrado não atinge a massa dos homens, sem o sagrado a arte é absorvida pela ciência e pela técnica.

«A transcendência — dizia Paulo VI — mete medo ao homem moderno. E, no entanto, quem quer que não sinta esta distância não sente a verdadeira religião. Quem quer que não sinta esta superioridade de Deus, a sua inefabilidade, o seu mistério, não pode ser verdadeiramente possuidor da sua arte. Porque toda a arte é reveladora de transcendência. E gosto deste pensamento que é, creio, de Simone Weil: «o belo é a prova dada pela experiência de que a encarnação é possível». (5)

A Igreja tem de facto um projecto próprio de arte. É preciso que ele viva. A Igreja terá de o fazer circular mais para que o Povo de Deus tenha melhores hipóteses de formação e expressão e assim se abra ao símbolo e à sacramentalidade. A Igreja deverá defendê-lo e afirmá-lo, como defende e afirma a vida.

Consideração n.º 5:

Ninguém contesta que a arte, ou talvez as artes, têm um papel a desempenhar na Liturgia. Mas qual a importância da arte na Liturgia? Mero componente? Poderá a Liturgia como obra divina e humana dispensar a arte? Que verdade poderá ter a expressão mistérica, e por isso simbólica, de uma assembleia sem a qualidade artística? Reduzir a acção litúrgica a meras funções ou cerimónias realizadas com mais ou menos sumptuosidade, não será pôr em causa a dimensão profundamente simbólica da acção litúrgica? Serão as assembleias litúrgicas insensíveis ao belo ou absolutamente incapazes de desejar e realizar com beleza a acção litúrgica? Que dizem os artistas das nossas celebrações, da palavra, do canto, dos gestos, dos templos, das imagens, etc.? Que nível de diálogo mantém a Igreja com os artistas?

O âmbito litúrgico é, sem dúvida, o lugar privilegiado para a epifania da beleza divina. Mas, então, qual o papel da arte na constituição de tal âmbito? O Concílio, no cap. VII da Constituição sobre a Sagrada Liturgia não passou de uma declaração sobre a liberdade de expressão a todos os estilos e de todos os povos desde que fossem reverentes e funcionais (Conf. S. C. n.º 123). Todavia não deixou de recomendar a criação de Institutos e de outros meios para a pesquisa interdisciplinar da arte litúrgica,

nos seus fundamentos teológicos e nas suas realizações práticas, (cf. S. C. n.º 127) e, ainda, a formação dos clérigos na arte sacra.

Comentando o referido capítulo e tomando o tema Arte e Liturgia, o P.e Jounel afirmava: «A Constituição conciliar é verdadeiramente pobre sobre o tema. A arte litúrgica procede de uma teologia da Beleza. Ora na renovação das formas de culto, não nos detivemos a descobrir esta teologia. Fomos directamente à prática. Mas a arte na liturgia (...) pertence ao desenvolvimento da celebração, no seu conjunto. O projecto dos que estão encarregados da arte e da liturgia numa diocese deve ser o de providenciar pela arte no culto em todos os seus componentes (6).

Será que a arte sacra pertence apenas às franjas da Liturgia? Ou então, deverá ser reduzida a uma funcionalidade puramente didáctica, uma espécie de bíblia para analfabetos?

Pensamos que não. A Const. sobre a Sagrada Liturgia no n.º 122 refere, embora de passagem, que as obras de arte são sinais e símbolos das realidades sobrenaturais. Vejamos: são sinais e símbolos. Não meros sinais indicativos, ilustrativos ou didácticos. Mas símbolos. Ora o símbolo comporta necessariamente uma certa presença do significado, cuja relação está de algum modo radicada na realidade. É como símbolo, pela capacidade de exprimir e tornar de algum modo presente as realidades espirituais que a arte entra no conjunto simbólico que é a Liturgia; não de fora, mas de dentro. Neste sentido, se exprimiu o Pe. Jungmann: «A beleza não é uma qualidade acessória da Liturgia; pertence-lhe como essencial» (7); e ainda G. Polvara: «a liturgia é a máxima sublimação concedida ao espírito humano na expressão da comunicação entre o homem e Deus, usando, ao mesmo tempo, todas as possibilidades no campo da beleza». (8)

Assim dever-se-à encarnar a Liturgia como um organismo único «sub specie pulchri».

Por que é e para que seja o lugar por excelência da comunicação entre Deus e o homem, a Liturgia exige a arte, e a mais elevada de que o homem é capaz. Os educadores da Igreja não estão, na maior parte dos casos, preparados para formarem, assim, o Povo de Deus. Mas a Igreja diz que se avance nesse sentido. Uma responsabilidade histórica pesa sobre os ombros dos responsáveis pela educação litúrgica do Povo de Deus, particularmente em referência ao projecto de Arte da Igreja.

Ouçamos, de novo, o grande Papa Paulo VI: «Também eu fico perturbado. O meu coração sangra, quando vejo a arte con-

temporânea afastar-se da humanidade, da vida. Por vezes alguns dos nossos artistas retorquiram-me: «De quem é a culpa? Foi-nos imposta por vós a regra da imitação. Nós não somos imitadores, mas criadores». Respondi-lhes: «Já que é assim, perdoai-nos. Sim, é que não falamos suficientemente convosco, não vos seguimos, admirámo e acolhemos o bastante. Não vos explicámos bastante o que nos pertence propriamente a nós. Se os mistérios de Deus fazem saltar o coração humano de alegria, mesmo de embriaguez, não vos introduzimos o suficiente na célula secreta. Não vos tivemos como alunos, interlocutores, como amigos, e, então não nos haveis conhecido. Pois que o Papa torne a ser o que sempre foi, o amigo sincero e cordial dos artistas». (9)

Resumindo :

1. A arte é essencial à Liturgia. Ela é a condição da expressão humana na Liturgia se elevar à transcendência, de tocar o mistério. E, ao mesmo tempo, a condição do mistério que se celebra poder encontrar a sua expressão adequada. Na lei da encarnação, o divino humaniza-s e o humano diviniza-se. O divino toma uma forma corporal que ele próprio transfigura. Criado à imagem e semelhança de Deus, e elevar à condição de Filho, na humanidade glorificada do Filho de Deus, eternamente a Si unida, o homem é a obra-prima da criação e, nele, a semente da divindade penetrou o Mundo e opera a sua permanente transfiguração. Na carne humana, glorificada, pela Ressurreição, Deus fez-se próximo do homem e o homem viu e tocou o Verbo da Vida, a Bondade e o Amor beatificante, a plenitude da Verdade e do Ser, o fugor e o esplendor da Beleza. A arte autêntica não é mais do que a expressão do homem sedento da divindade. A Liturgia é o encontro das duas sedes: a divina e a humana. A Liturgia torna-se em Cristo o lugar do encontro da Beleza revelada e da Beleza procurada. Assim se exprimiu S. Leão Magno: «a visibilidade radiante de Cristo cedeu lugar aos sacramentos» (Sermo 72). Neste sentido a Liturgia surge como um organismo único «sub specie pulchri».

2. A arte litúrgica é uma arte mistérica.

Toda a arte é transfigurativa, instaura na realidade vulgar um mundo sobre-real. Ora na Liturgia a verdade do homem está no mistério da humanidade glorificada do Verbo Encarnado, donde brota a energia do Espírito que transfigura o humano e, nele, o

cosmos, no movimento de ascensão para a comunhão com o Pai. Arte litúrgica é, por isso, arte simbólica, aberta à expressão do mistério; não meramente figurativa, decorativa, funcional, sensorial ou racional, mas mistérica.

3. A arte litúrgica é tradição viva.

Momento e local da única Liturgia, a celebração litúrgica focaliza as energias de transfiguração e aplica-as ao aqui e agora de uma situação humana determinada. A assembleia litúrgica, por seu lado, é a manifestação local e temporal, em determinado contexto cultural, do mistério da Igreja Una, Santa, Católica, Apostólica. Como sinergia do Espírito e da Igreja, a Liturgia é tradição no seu mais profundo sentido: é recebida e recriada. Assim, a celebração apela para a cultura dos membros reunidos por um lado, mas, por outro, está ligada a um outro contexto sócio-cultural: o da Igreja. Na celebração litúrgica têm, apenas, lugar as diversas expressões artísticas que se alimentam, vivificam e desembocam no grande rio da Tradição artística da Igreja.

Consideração n.º 6 :

A Igreja desde sempre pugnou, de forma expressa, por que a Música e o Canto na Liturgia fossem obra de arte e veículo da comunicação humano-divina. E isso, em tal síntese, até perceber-se que a Música na Liturgia por ser arte é veículo do diálogo litúrgico entre Deus e o homem e por ser esse misterioso veículo é obra de Arte. Não é a arte pela arte que interessa à Igreja, nem a Liturgia pela Liturgia, nem a Música pela Música, nem o Canto pelo Canto. O fim da Música Litúrgica é a glória de Deus e a santificação dos fiéis e, por isso, ela deve ser santa e perfeita nas formas. Se perfeita nas formas, a Música Litúrgica deve ser uma arte verdadeira (a sua verdade está na sua transcendência), autêntica (nem forçada nem artificial, nem consumista ou rotineira, mas criativa), universal, ultrapassando o tempo e o lugar, sem deixar de ser adaptada às assembleias concretas; deve manifestar um talento não presumido, mas testado, do compositor ou executante e uma capacidade que só uma formação séria garante. Mas a Música Litúrgica terá de ser santa: os seus arquétipos vão buscar-se ao diálogo de Deus com o seu Povo. Na economia da salvação, a Música Sacra exerce uma mediação profética e sacerdotal entre a verdade de Deus e o seu Povo. O verdadeiro artista da Música Litúrgica deve penetrar nesse

mistério primeiro pela contemplação, para depois exprimir, com melodias, o conteúdo dos textos e dos ritos das acções litúrgicas. Desse modo, ele continua a obra de Cristo que é a Imagem, a expressão de Deus Invisível, para fazer com que o Pai seja conhecido e amado. Por isso, a Música Litúrgica é de ordem sacramental, pois acompanha e exprime a acção sacramental.

A necessidade de colocar a Música Litúrgica neste nível, isto é, dentro da categoria da Arte, levou muitos Papas a publicarem documentos e a emitirem orientações precisas. Esta presença e atenção da Igreja são imprescindíveis se atentarmos em algumas características típicas da Música: por ser arte abstracta ela é extremamente flutuante e variável; é facilmente influenciada pela alteração dos gostos e dos costumes, através dos tempos; abre-se facilmente às expressões profanas e teatrais; provoca um deleite que nem sempre é fácil conter no seu justo termo; é área sobre a qual muitos gostam e querem discutir e impor critérios ainda que não tenham conhecimentos que tal permitam.

Apresentarei em «flashes» como a Igreja quer a sua Música Litúrgica:

- 1 — O fim da Música Sacra é a glória de Deus e a santificação dos fiéis; por isso deve ser ornada de santidade e de perfeição formal.
- 2 — A Música Litúrgica exerce uma função ministerial: o Povo de Deus tem o dever e o direito de participar, pelo canto, na Liturgia.
- 3 — O tesouro musical da Igreja deve ser cultivado para educar o povo cristão e para inspirar novas composições de Música Litúrgica.
- 4 — Tenha-se em grande apreço o Órgão de Tubos.
- 5 — Os candidatos ao sacerdócio e aqueles que nas ordens, congregações e institutos se vierem a consagrar deverão ser formados seriamente na Música Litúrgica.
- 6 — Deverão ser criados Institutos de Música Sacra para preparação cuidada dos que vão dedicar-se à Música Litúrgica.
- 7 — Deverão instituir-se nas Dioceses Comissões de Música Sacra, independentes ou integradas na Comissão de Liturgia.

8 — Deverão formar-se peritos em Música Sacra nas Dioceses.

Da perspectiva da Igreja, o canto da assembleia é o resultado, é o oceano onde vão desaguar as concretizações de todas estas instâncias e princípios. Sem que o que acima foi enunciado funcione, pelo menos em parte, julgo que não poderá falar-se em Canto da Assembleia. Tenho conduzido no canto muitas assembleias e devo confessar que vejo tudo muito circunstanciado, episódico e, até certo ponto, artificial. Pergunto-me se, nesse trabalho, não parecerei um franco atirador. Há energias e capacidades, mas parece que estão mortas.

Urge, no meu modo de ver, lançar um projecto de Pastoral da Música Litúrgica com coragem e decisão, com fé e simplicidade. Só desse modo conseguiremos um Canto da Assembleia que seja o mais digno possível de Deus e edifique, santifique e fortaleça os fiéis.

2.^a Parte: *Urgência duma verdadeira pastoral da Música Litúrgica*

A verdadeira pastoral da Música Litúrgica assenta fundamentalmente na convicção de que ela é precisa e de que passa pela formação bíblica e litúrgica do Povo de Deus e pela sua educação no canto litúrgico. São os pastores os maiores responsáveis pelo lançamento e pela alimentação de uma verdadeira pastoral da Música Litúrgica, a nível nacional e diocesano. O segredo de uma mudança efectiva, neste campo da pastoral, está na criação de condições novas, instâncias geradoras de vida. E essa criação compete aos pastores: aos bispos e, na sua prolongação, aos padres. Nada acontecerá de novo, se os pastores continuarem a adiar. «Não há qualquer esperança de que a educação litúrgica e a participação activa aconteçam se, antes, os pastores de almas se não imbuírem plenamente do espírito e da virtude da Liturgia e não se fizerem mestres nela» (C. S. L., n.º 14).

Os documentos conciliares e post-conciliares, na sequência de outros, apontam com clareza, para os processos capazes de desencadear com segurança uma verdadeira e frutuosa pastoral da música litúrgica donde poderá surgir o canto da assembleia, em todas as suas exigências, componentes e versões.

I — Formação dos candidatos ao sacerdócio e do clero:

a) De muitas formas, a Igreja apresenta nos seus documentos orientações que as Conferências episcopais e os bispos, nas suas dioceses deverão traduzir sobre a formação litúrgica, em geral e sobre a formação litúrgico-musical, em especial, dos candidatos ao sacerdócio, apontando, mesmo, as disciplinas necessárias. Entretanto, o que se passa ?

As aulas de Música Litúrgica nas Instituições de formação sacerdotal, quando são obrigatórias, preenchem os tempos vagos, e são substituídas, muitas vezes, por frequências, festas, saídas e até greves. Raramente integram o quadro oficial da formação dos alunos e, em poucos casos, são ministradas por professores competentes.

Os alunos, salvo alguma excepção, não saem preparados, nem sequer sensibilizados. Os documentos da Igreja ficam, assim, condenados a ser letra morta, no nosso País, perante o silêncio ou o alheamento enigmático daqueles de quem depende a melhoria da situação.

b) Dizem os documentos da Igreja que o canto do celebrante é o mais importante da celebração e que os bispos e os padres são os presidentes, os moderadores das celebrações assim como os educadores daqueles que irão intervir nas celebrações como actores e animadores. Foi pelo esforço histórico do seu «aggiornamento» que a Igreja chegou a essa conclusão. A formação litúrgica e musical daqueles que se ordenaram há mais de 15 anos não incluía essas perspectivas.

Mas não se fala de reciclagem do clero, a nível diocesano ou nacional, em que se trate de questões como estas: — Doutrina da Igreja sobre Música Litúrgica, o canto do Celebrante, o canto em vernáculo, os critérios de Música Litúrgica, como se preparam cantores, directores de assembleia, organistas, as atitudes a tomar com a Tradição musical da Igreja, com a participação do Povo de Deus na Liturgia, com o Coro, etc..

Noções isoladas sobre um assunto ou outro não orientam e, por isso, não provocam uma renovação saudável.

II — A Música Litúrgica, como é apresentada nos documentos da Igreja, deve ser composta, executada e seleccionada por pessoas preparadas. Para além do talento positivo e da preparação teológico-litúrgica e pastoral, e do testemunho de vida cristã, um

compositor de Música Sacra precisa de 7 anos de estudo; um organista: 6 anos; um director de coros e assembleia: 6 anos; um cantor salmista: 4 anos. Os responsáveis pela música dos Seminários, das Catedrais, das Comissões ou Serviços Diocesanos, devem dispor duma preparação mais longa ainda.

III — O cumprimento responsável das várias funções na Liturgia, no campo da Música, pode justificar que se aproveite as Escolas oficiais e que se peça ao Estado a abertura de mais Escolas. Entretanto, os documentos da Igreja apontam para a criação de Escolas ou Institutos de Música Sacra nos quais as pessoas, clérigos ou leigos, com talento e com vontade de oferecer à Igreja esse talento possam preparar-se, devidamente, para as diversas tarefas de Música Litúrgica necessárias à Liturgia. Os saudosos P. Manuel Luís e P. Manuel Faria, de forma directa e veemente, muitas vezes chamaram a atenção, neste lugar, para a dignidade e perfeição de formas da Música Litúrgica e para a necessidade de preparação técnica, litúrgica e espiritual daqueles que vierem a trabalhar no campo da Música Litúrgica. Eles próprios estudaram, preparam-se e deixaram atrás de si uma luz que é ainda o que nos alimenta a todos, em Portugal. Mas eles, os verdadeiramente capazes, o Senhor levou-os e não deixaram quem os possa e saiba substituir na sua capacidade e sabedoria. Em todo o País há, neste momento, meia dúzia de padres com alguma preparação. Mesmo esses têm a vida preenchida com outras actividades pastorais. Que nos oiçam os nossos bispos. São precisos mais padres formados em Música Sacra.

Eu próprio, nestes Encontros, tenho pedido que se abram Escolas, e, sobretudo, um Instituto de Música Sacra, à medida do Concílio, onde venham a ser preparados padres e leigos que nas suas dioceses possam vir a ser princípio de renovação digna e sã. Pedimos aos nossos bispos que encarem o assunto com maior objectividade e atenção e que superem as dificuldades que porventura existam. Essas dificuldades serão sempre pequenas, confrontadas com a urgência e a importância desse Instituto. Pede-o o momento histórico que vivemos: é à volta da Liturgia que a Igreja reúne os seus filhos. Nela os educa, forma e fortalece e prepara para o mundo e para Deus.

IV — Aos coros litúrgicos, agora com uma importância e peso maiores, está confiada uma alta missão pedagógica. A Igreja

entrega-lhes a prática e divulgação do seu tesouro musical e responsabiliza-os pela qualidade do canto da assembleia (qualidade litúrgica e qualidade artística). Eles são, assim, o penhor, o garante, a bitola e o símbolo dum determinado nível estético e religioso, abaixo do qual não há lugar para Deus, nem para o homem, criado à imagem e semelhança de Deus e redimido em Jesus Cristo, esplendor e glória do Pai.

Esta evocação do Coro para ser, na Liturgia, sinal de cultura e arte leva-me a citar, de novo, Alçada Baptista, na sua «Peregrinação Interior», II, pag. 21. Ele fala da missão do escritor, mas não parece forçado transpor a citação para a missão do Coro ou para a missão do compositor de Música Litúrgica: «Fala-se nos deveres do escritor para com a sociedade, nomeadamente para com o povo e, com isso, pretende justificar-se toda a mediocridade catequística, ignorante e inestética, a pretexto de que é isso que o povo compreende e de que é isso que o ajuda à sua libertação. Ora eu acho que para com a sociedade e, obviamente, para com o povo, o escritor tem um grande dever que é o de escrever bem» (...). Nos meus tempos de militante da Santa Igreja Católica encontrei um padre, numa aldeia perdida na raia, que, ao falar das fórmulas litúrgicas que usava, disse-me: A Via-Sacra?!... rezo a do Guardini, porque a gente tem que ter respeito pelo povo. É exactamente assim: impingir ao povo os subprodutos da literatura não é só uma maneira de fazer viver os medíocres. É, sobretudo, uma grande falta de respeito pelo povo». (10).

A qualidade artística marcará, assim, todas as obras que o Coro executa na Liturgia. A obra de arte nada tem a ver com a qualidade dos materiais, opulência, luxo ou supérfluo: são igualmente obras de arte o claustro dos Jerónimos e a Igreja da Graça em Santarém, as pinturas de Fra Angelico e os desenhos a lápis de Matisse, a Missa do Papa Marcelo e o Salve Regina ou um Coral.

Porém, os coros não se interessarão só pela qualidade artística do que cantam. Eles, pelas suas qualidades litúrgicas e pastorais, serão os pedagogos do Povo de Deus reunido em Assembleia Litúrgica. Os coros conhecerão, por isso, as directrizes litúrgicas, vivê-las-ão com humildade e amor, participarão exemplarmente na Eucaristia e em outras acções litúrgicas. Ensairão com a restante assembleia, dialogarão com ela, solenizarão as melodias dela com harmonizações festivas e belas, e a ela ofere-

cerão, para fruto espiritual de todos, algumas páginas do Tesouro de Música Sacra. O Coro é assim pedagogo da Assembleia artística, litúrgica e pastoralmente.

A Assembleia vai então rever-se no seu Coro, vai olhá-lo como exemplo e bandeira que vai à frente mas com ela. E então cantará com convicção e confiança; participará exterior e interiormente, irá fazendo a síntese entre oração e arte, até compreender que o verdadeiro, o belo e o bom coincidem.

Criem-se, por conseguinte, coros com capacidades diversas conforme as assembleias e ter-se-ão os melhores focos geradores de canto da assembleia.

V — O Decreto do «Múnus Pastoral dos Bispos» diz que nas Dioceses não falem os serviços, instituições e obras que são próprias duma Igreja Participar e que se reconheçam necessárias para o bom governo e apostolado. A Inst. «Musicam Sacram», n.º 68, decalcando o n.º 46 da Const. sobre a Sagrada Liturgia, diz textualmente :

«As Comissões Diocesanas de Música Sacra trazem uma contribuição de grande valor para o progresso, na Diocese, da Música Sacra, de acordo com a pastoral litúrgica. Assim, pois, e na medida do possível, deverão existir em cada Diocese; trabalharão unindo os seus esforços aos da Comissão de Liturgia. Frequentemente interessará também que as duas comissões estejam reunidas numa só; neste caso será constituída por peritos em ambas as disciplinas. Assim se facilitará o progresso desejado. Recomenda-se vivamente que, onde pareça de maior utilidade, várias dioceses de uma mesma região constituam uma Comissão única que possa realizar um plano de acção comum e agrupar as forças em ordem a um melhor resultado.

Deverão criar-se, portanto, nas Dioceses, movimentos, serviços, secretariados ou comissões que se responsabilizem pela pastoral da Música Litúrgica. Estes órgãos deveriam ser, antes de mais :

1. Um lugar onde se possa encontrar o material necessário para uma verdadeira pastoral da Música Litúrgica:

- documentos da Igreja sobre Música Litúrgica;
- revistas de Música Litúrgica;
- cassettes e discos com Música Litúrgica;

- colectâneas criteriosas de Música Litúrgica;
 - fotocópias de conferências ou reflexões sobre Liturgia e Música Litúrgica.
2. Um lugar onde possa adquirir-se uma orientação segura sobre Música Litúrgica ou através duma consulta directa ou através da promoção de iniciativas como estas:
- a) pequenos cursos de mentalização sobre os documentos da Igreja. O estudo dos documentos dará pistas abundantes e seguras sobre os critérios da Música Litúrgica, o canto do Celebrante, o canto da Assembleia, sobre os coros, os instrumentos, a educação do Povo no canto litúrgico, etc.
 - b) Encontros de coros, como oportunidade para uma vivência litúrgica exemplar (na celebração da Eucaristia) e para um partilha dos trabalhos dos coros que, conforme se forem apresentando, merecerão comentários dum responsável diocesano pela Música Litúrgica.
 - c) Encontro de instrumentistas (organistas ou outros) nos quais se ensine o que é fundamental a um instrumentista: quais os instrumentos próprios da Liturgia, como devem ser manejados, quando devem tocar ou calar, etc.
 - d) Encontros do Povo de Deus, em massa, organizados a propósito dos tempos litúrgicos mais importantes ou a propósito duma festa local, da visita pastoral do Bispo, Missa Nova dum padre, etc. O povo será, aí, ensaiado e mentalizado sobre a participação na Liturgia pelo canto.
3. Um lugar donde, de tempos a tempos, saem informações importantes para as paróquias através dum Boletim, jornal ou mesmo folha volante.

Desse modo:

- seriam comunicadas as iniciativas diocesanas sobre Música Litúrgica;
- apresentar-se-iam notas práticas sobre algumas questões importantes.

Por exemplo:

Sobre o Coro: — em que condições se deve criar um coro litúrgico;

— relações do coro litúrgico com o Pároco;

— relação do Coro com a assembleia;

— qual a formação espiritual, litúrgica e musical do Coro, etc.

Sobre instrumentos:

— que tipos de órgãos electrónicos se podem adquirir para a Igreja;

— os antigos harmónios são melhores ou piores que os órgãos electrónicos;

— que comportamento a ter com os Órgãos de Tubos; quem os pode restaurar, etc.

Um Serviço de Música diocesana ou para várias dioceses, se for julgado conveniente, é extremamente frutuoso no quadro duma verdadeira Pastoral da Música Litúrgica.

Fique bem claro o seguinte: sem uma autêntica formação dos candidatos ao sacerdócio na Música Litúrgica, sem a criação de um ou mais Institutos de Música Sacra e sem padres formados seriamente em Música Litúrgica, será em vão falar em Música Litúrgica em Portugal. E... consequentemente, não poderá falar-se em canto da Assembleia em Portugal.

Pedimos aos nossos Bispos que exerçam a sua função profética por gestos e por decisões de alcance. A qualidade da Música Litúrgica, entre nós, muito dependerá das suas legítimas e necessárias intervenções.

A. FERREIRA DOS SANTOS

NOTAS

1) Michel Scouarnec, *Dis-moi ce que tu chantes?* Paris-Cerf, 1981

2) Cardeal Montini, *Alocução ao IV Congresso Nacional da União Católica dos Artistas Italianos*, de 2 de Fevereiro de 1963

- 3) Alçada Baptista, *Peregrinação Interior*, Tomo II, O Anjo da Esperança, Edições Uranus, Lisboa, 1982
- 4) Danielou: *Oraison, probleme politique*, Paris, 1965
- 5) Jean Guilton, *Diálogos com Paulo VI*, Edições Livros do Brasil, Lisboa, 1966
- 6) P. Jounel, in *Art et Liturgie*, LMD, 1978, pg. 93-94
- 7) Jungmann, *La celebrazione liturgica*, Milano, 1958, pg. 40
- 8) G. Poevara: *Tratazione teorica-pratica di funcipi estetici*, Milano, 1942
- 9) Jean Guilton (O. C.)
- 10) Alçada Baptista (O. C.) pg. 121-122

Crónica do IX Encontro

Realizou-se no Santuário de Fátima, de 19 a 23 de Setembro, o IX Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, que teve mais de mil pessoas inscritas, provenientes de todas as dioceses de Portugal e ainda dos vários países de expressão portuguesa.

Participaram nos trabalhos e celebrações litúrgicas do Encontro: seis bispos, mais de cem sacerdotes, algumas centenas de religiosas e outras tantas de leigos — numa manifestação inequívoca e solidária de interesse pela Pastoral Litúrgica.

A iniciativa foi mais uma vez do Secretariado Nacional de Liturgia que não se poupou a esforços para que este Encontro se mantivesse ao nível dos anteriores e pudesse ser um momento forte da Pastoral Litúrgica no nosso País.

Continuando a desenvolver a temática da celebração do MISTÉRIO PASCAL, iniciada em 1982, o Encontro tratou este ano do TEMPO PASCAL e contou com a preciosa colaboração dos seguintes conferencistas: Cón. José Ferreira — «O Tempo Pascal na Tradição da Igreja»; P. Dr. Luis Ribeiro — «O Tempo Pascal no Leccionário da Missa e da Liturgia das Horas»; P. Dr. Pedro Ferreira, O.C.D. — «O Tempo Pascal nas orações do Missal e da Liturgia das Horas»; P. Dr. José de Leão Cordero — «A Igreja e o Tempo Pascal»; Mons. Dr. Luciano Gomes Paulo Guerra — «A Virgem no Tempo Pascal»; e Cón. Dr. António Ferreira dos Santos — «O Canto na Assembleia Litúrgica».

Estas conferências, que foram feitas com muita competência e profundidade, tiveram oportunidade de serem esclarecidas e desenvolvidas nos colóquios que se lhes seguiram e em que a assembleia participou intensamente.

Das celebrações litúrgicas, que nestes Encontros são preparadas com o maior cuidado e vividas comunitariamente em espírito de fé, destacam-se as Eucaristias celebradas na Basílica, as Laudes e a Hora Intermédia celebradas no anfiteatro do Centro Pastoral

de Paulo VI, as Laudes e a Vigília do dia 20 na Capelinha das Aparições. A Liturgia da Igreja está longe de ser um cerimonial de carácter mais ou menos ritualista e revelou-se, de novo, neste Encontro, com uma beleza, transcendência e dinamismo que convencem e impressionam os mais exigentes.

O Secretariado voltou a publicar um *Guia* com a letra e a música das celebrações, tendo colaborado nele os seguintes compositores. Cón. Dr. Manuel Faria e Dr. Manuel Luis, já falecidos, Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, Cón. Carlos Silva, P. José Fernandes da Silva, P. Manuel Simões e P. António Cartageno.

A preparação da assembleia nos ensaios e a sua orientação nas celebrações litúrgicas foram confiadas aos Padres Manuel José Amorim e Agostinho Ribeiro Pedroso, que estiveram mais uma vez à altura das suas responsabilidades.

Porque se está a passar o 20.º aniversário do Constituição sobre a Sagrada Liturgia — a carta magna da renovação litúrgica conciliar — o IX Encontro dedicou-lhe um serão comemorativo e organizou uma exposição bibliográfica em que se deu aos visitantes, através dos livros litúrgicos traduzidos em português desde a Constituição, uma ideia objectiva da quantidade e da qualidade do trabalho já realizado entre nós em ordem à aplicação do Concílio no domínio da Liturgia.

Na tarde do dia 22, dedicada à Música na Liturgia, foi homenageado o Cónego Dr. Manuel Faria, que faleceu recentemente em Braga e deixou na composição musical e litúrgica uma obra que ficará entre as primeiras desta época. O P. José Fernandes da Silva, seu discípulo predilecto, evocou a sua figura de padre, compositor e mestre em palavras repassadas de admiração e reconhecimento, às quais se seguiu o canto da Hora Intermédia daquele mesmo dia, musicada pelo Cón. Manuel Faria — de resto, a última composição que fez antes de partir deste mundo.

Durante o Encontro — e pela primeira vez — fez-se um concurso de adágios de carácter religioso referentes a Deus, aos Santos e os Tempos e Celebrações litúrgicas. Os adágios relacionados com a Semana Santa, a Páscoa e o Tempo Pascal tinham uma dupla pontuação, por motivos óbvios.

Este concurso foi intensamente participado e os adágios acabaram por preencher dez metros e meio de rolo de papel. Foram classificados os seguintes concorrentes: 1.º P. Cândido António de Azevedo, de Sernancelhe, com 45 adágios válidos; 2.º Maria

de Fátima Fonseca, de Felgueiras, com 38; 3.º Idalina Carola, de Alverca do Ribatejo, com 12; 4.º Servas de Jesus do Lar de Santa Luzia, da Guarda, com 11; 5.º Irmã Lusitana, do mesmo Lar e cidade da Guarda, com 10.

Na manhã do dia 23 foi o encerramento. Depois da celebração das Laudes, Mons. Aníbal Ramos deu uma informação sucinta das actividades e preocupações do Secretariado, pôs em relevo a saída do SALTÉRIO LITÚRGICO, que contém os Salmos com introduções, orações sálmicas e o seu uso litúrgico, disse uma palavra de justo louvor aos Padres Drs. José de Leão Cordeiro e Pedro Ferreira que o prepararam, e agradeceu a todas as entidades que permitiram a realização e o êxito deste Encontro.

O Sr. D. Júlio Tavares Rebimbas, na sua qualidade de Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, encerrou os trabalhos, pronunciando palavras de esclarecida e oportuna orientação, que vêm integralmente reproduzidas na abertura deste Boletim.

Críticas e Sugestões

De um grupo de participantes que representavam as seguintes paróquias : Fânzeres, S. Cosme, Rio Tinto, Covelo, S. Pedro da Cova (da vigararia de Gondomar); Pedroso e Perosinho (da vigararia de Vila Nova de Gaia); Meinedo e Pias (da vigararia de Lousada); Macieira de Rates, Alvelos e Remelhe (do arciprestado de Barcelos); Junqueira (arciprestado de Vila do Conde); Seixas do Minho (arciprestado de Caminha); e ainda a Ordem da Trindade, do Porto.

Estes participantes foram unânimes em afirmar que o Encontro correspondeu àquilo que dele se esperava. Os que participaram pela primeira vez confessaram : «foi uma descoberta maravilhosa de reflexão e celebração».

Um casal que participou pela primeira vez disse : «habitualmente não cantamos porque não sabemos música nem temos quem nos ensine... e fomo-nos descobrir a cantar; pusemos o coração a trabalhar, e o entusiasmo fez o resto».

Os participantes de uma destas paróquias, que já celebra as Vésperas ao domingo, foram mais entusiasmados para celebrar ainda melhor.

Os participantes mais velhos, com o fogo que trouxeram, vão procurar fazer mais e melhor.

Todos pediram que «a Vigília no próximo Encontro regresse à Basílica para comodidade de todos e maior concentração do espírito».

De um participante de Viana do Castelo :

«Graças a Deus, lá estive mais uma vez no Encontro de Liturgia. Tudo correu bem. O Secretariado está de parabéns. É grato verificar como, de há anos para cá, se tem visto crescer

o número de participantes. Não há dúvida de que a ânsia de saber e conhecer é grande em todos nós. Aleluia! Deo grátias!»

De uma Religiosa:

«Quanto ao Encontro de Liturgia, gostei muitíssimo, mas, se houvesse mais tempo para os colóquios, teria gostado muito mais ...»

X Encontro Nacional de Pastoral Liturgia

APRESENTAÇÃO

Com este, é o terceiro Encontro anual que este Secretariado Nacional de Liturgia dedica à **CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO PASCAL**, «pelo qual Cristo morrendo destruiu a nossa morte e ressuscitando nos restaurou a vida».

Respeitando a ordem dos valores em causa, começou pelo **TRÍDUO PASCAL** — «vértice de todo o ano litúrgico»; prosseguiu com o **TEMPO PASCAL** — «os cinquenta dias que vão do domingo da Ressurreição ao domingo do Pentecostes e se celebram na alegria e na exultação, como se fora um único dia de festa, um «grande domingo»; e concluirá, este ano, com uma reflexão sobre a celebração da **QUARESMA**, cuja liturgia «vai dispondo catecúmenos e fiéis para celebrarem o Mistério Pascal: aqueles, através dos diversos graus da iniciação cristã; estes, pela recordação do Baptismo e pelas práticas de penitência».

E, como sempre, tudo fará para que as **CELEBRAÇÕES LITÚRGICAS DO ENCONTRO** com músicas próprias e a devida preparação constituam dignas e marcantes experiências comunitárias.

TEMÁTICA

A celebração da **QUARESMA** será tratada nos seguintes temas: 1. *A Quaresma — sentido, génese e evolução histórica*, pelo P. Dr. Luís Ribeiro; 2. *O Leccionário do tempo da Quaresma*, pelo P. Dr. Pedro Ferreira, OCD; 3. *A dimensão penitencial da Quaresma*, pelo P. Dr. José de Leão Cordeiro; 4. *A dimensão baptismo da Quaresma*, pelo Cón. José Ferreira; 5. *A pastoral e a espiritualidade da Quaresma*, pelo P. Dr. Manuel Madureira Dias; 6. *Os cânticos e a música litúrgica para o tempo da Quaresma*, pelo Cón. Dr. António Ferreira dos Santos.

O método englobante como são tratados estes temas e a possibilidade de dispor das temáticas, já publicadas, dos outros dois Encontros permitem que participe com todo o proveito mesmo quem for pela primeira vez.

DATA

O X Encontro irá *de 17 (às 17 horas) a 21 de Setembro (ao meio-dia).*

LOCAL

Centro Pastoral de Paulo VI no Santuário de Fátima.

CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

Cada participante inscrever-se-á com 750\$00. Sendo *casal*, a inscrição será de 750\$00 para ambos os cônjuges. Sendo *jovem*, a inscrição será de 650\$00. A inscrição só dá direito a participar nas conferências e celebrações.

Todas estas inscrições só podem ser feitas no SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA (Seminário de Aveiro — 3800 AVEIRO — Telef. 22172) *até ao dia 20 de Agosto.*

ALOJAMENTOS

Os participantes que não tiverem alojamentos próprios e pretenderem que estes fiquem a cargo do Secretariado, podem dispor das seguintes modalidades:

- | | |
|---|----------|
| 1. Refeições e dormidas nos 4 dias c/ quarto individual | 4500\$00 |
| 2. Refeições e dormidas nos 4 dias c/ quarto de 2 camas | 4000\$00 |
| 3. Refeições e dormidas nos 4 dias c/ quarto + 2 camas | 3500\$00 |
| 4. Só refeições | 3000\$00 |

O SNL não garante que possa atender todos os pedidos de quartos individuais nem localizá-los a todos no Santuário.

Mais informações serão dadas, na 1.^a semana de Setembro, a todos os inscritos, como já é habitual.

O SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA